relacionamento com as comunidades locais e no acesso a compensações ou apoios financeiros e sociais.

Embora não estritamente dependente do turismo, mas com maior potencial impacte nesta atividade, são de destacar os efeitos das alterações climáticas a médio e longo prazo. De facto, com causa e efeito globais, as alterações climáticas podem ter impactes geograficamente muito diferenciados e expressivos no turismo da maior parte dos destinos, que tanto podem ser progressivos (subida do nível da água do mar, aumento da temperatura, degradação dos ecossistemas, etc.), como de efeito rápido, associado a fenómenos meteorológicos extremos. Segundo Scott e Lemieux (2009) o setor do turismo é bastante sensível às alterações climáticas, evidenciando que alguns territórios como os pequenos estados insulares são dos que estão sujeitos a maiores riscos. Assim, é essencial que a nível do planeamento estratégico dos destinos sejam, desde logo, considerados os efeitos das alterações climáticas.

A abordagem aos impactes do turismo apresentada até aqui, resumiu-se essencialmente aos negativos. De facto, essa é uma tendência da maioria dos atuais estudos que abordam os impactes do turismo explicada, em grande parte, pela crescente e relativamente recente preocupação em promover um turismo mais sustentável e por nos encontrarmos numa fase pós euforia, na qual o turismo era apresentado como uma fonte de energia inesgotável e limpa.

Porém, a importância e as vantagens do turismo são tão relevantes e diversas que os seus impactes positivos não devem ser descurados. Desde logo destacam-se os benefícios socioeconómicos, como o de promover o aumento do rendimento, de receitas de impostos e do investimento, a geração de divisas, a criação de emprego e o elevado efeito multiplicador na economia, que se reflete diretamente tanto na região e país, como nas comunidades locais e imigrantes. Existem ainda outros impactes significativos, como a melhoria de infraestruturas e equipamentos, o incremento da produção de bens e serviços locais e nacionais, o enriquecimento social e cultural resultante da interação com outras comunidades, o estímulo da criação artística e cultural, e o incentivo à tomada de medidas que visem a proteção do património cultural e ambiental (Goeldner e Ritchie, 2006).

Sendo o turismo uma atividade cada vez mais dispersa, essas vantagens estendem-se a um número crescente de territórios, mesmo aos mais isolados, como muitas ilhas ou arquipélagos de pequena dimensão. Para muitos destes territórios, o turismo torna-se mesmo na principal oportunidade de desenvolvimento, em particular para as regiões constituídas como estados independentes, sem grandes possibilidade de se integrarem num mercado mais amplo e de usufruir de ajudas à insularidade, com exceção da prestada pela comunidade internacional.

3.2.5 A qualidade como fulcro da competitividade e da sustentabilidade

A preocupação com a qualidade é antiga, mas só recentemente ganhou centralidade. Na década de 1970 uma nova abordagem começou a ganhar peso, dando-se início à "denominada fase Gestão pela Qualidade Total, que advoga um compromisso total com a satisfação do cliente, através da melhoria contínua e da inovação" (Soares, 2006: 16).

Esta abordagem à qualidade passou a coloca no centro os clientes e a combinar a tangibilidade com intangibilidade, deixando de estar apenas ligada às caraterísticas objetivas do produto final. Segundo Procter e Gamble (*op. cit.* Soares, 2002: 16) " a Qualidade Total é um esforço continuado de melhoria feito por todos os elementos de uma organização, no sentido de compreender, responder e superar as expectativas dos clientes".

Para melhorar a qualidade passou a ser necessário garantir que os produtos assegurem, não só, um conjunto de requisitos, muitos deles definidos por normas ou especificações técnicas, mas igualmente os interesses e expetativas dos consumidores, muito determinados por fatores mais subjetivos. A gestão da qualidade tornou-se assim bastante mais complexa, especialmente na área dos serviços, como o turismo, em que os fatores afetivos e intangíveis são frequentemente preponderantes.

Como a qualidade se tem afirmado como fator fulcral para a competitividade no turismo, a aposta na gestão da qualidade tem ganho importância crescente a nível das organizações do setor e dos destinos (Baker e Crompton, 2000; EC, 2003; Hudson *et al.*, 2004). Essa importância resulta, em grande parte, do incremento da concorrência dos destinos e das empresas, da crescente exigência por parte dos turistas, e do facto da satisfação estar estritamente ligada à qualidade e ser essencial para uma política de sustentabilidade. Segundo Silva *et al*. (2001a, pp. 19-20),

> os sistemas de [gestão da] qualidade, tanto nas empresas como nos destinos, traduzem-se em maior segurança na condução dos processos, em imagem e reputação positivas, bem como em maior facilidade no lançamento de novos produtos e na conquista de novos mercados, resultando em vantagens competitivas evidentes para os envolvidos.

A importância dada a este assunto tem-se repercutido na apresentação de diversos modelos de gestão da qualidade, como são exemplo os propostos por Martilla e James (IPA), pela Comissão da União Europeia para o Turismo (QUALITEST), por Zeithami, Parasuraman e Berry (SERVQUAL), e por Hoffman (ITQT). Destes modelos, o IPA - Importance-Performance Analysis (Martilla e James, 1977), é o mais antigo e serviu de base a muitos outros desenvolvimentos em torno deste tema. Começou por ser aplicado a um concessionário de automóveis, estendendo-se posteriormente a vários serviços e ao

setor do turismo (Hudson *et al.*, 2004). Basicamente o IPA consiste num conjunto de procedimentos que destacam a importância relativa de vários atributos e o desempenho da empresa em cada um desses atributos.

Mais recentemente, e com aplicação direcionada para o turismo, a Comissão Europeia veio sugerir a implementação de um modelo de gestão integrada da qualidade dos destinos que combina quatro elementos-chave na sua abordagem (EC, 2003: 4):

- Satisfação dos turistas, especialmente com os serviços no destino e a relação com as suas expetativas, mas igualmente com todos os aspetos que contribuam para a satisfação durante a visita;
- Satisfação do próprio setor do turismo, nomeadamente a qualidade dos empregos e o sucesso das empresas;
- Satisfação da comunidade local face ao turismo;
- Qualidade ambiental, medidas de impacte positivo ou negativo do turismo sobre o ambiente.

A gestão da qualidade deve constituir um processo contínuo na ótica de um ciclo composto por diversas fases: (i) preparação, (ii) envolvimento das organizações e comunidades, (iii) elaboração e implementação de instrumentos de medida, (iv) avaliação, (v) comparação dos resultados com destinos semelhantes recorrendo a uma estratégia de *benchmarking*, (vi) implementação de ações a partir dos resultados da avaliação, (vii) monitorização dos resultados ao longo do tempo e (viii) melhoramento dos procedimentos. Sinteticamente, este processo "significa estabelecer objetivos, desenvolver uma estratégia, fazer melhorias e verificar resultados" (EC, 2003: 5). Este modelo, designado por QUALITEST, é composto por 16 temas, divididos em dois grupos – qualidade do destino e qualidade do produto – sujeitos a avaliação da qualidade a nível da perceção, da gestão e do desempenho (Figura 30).

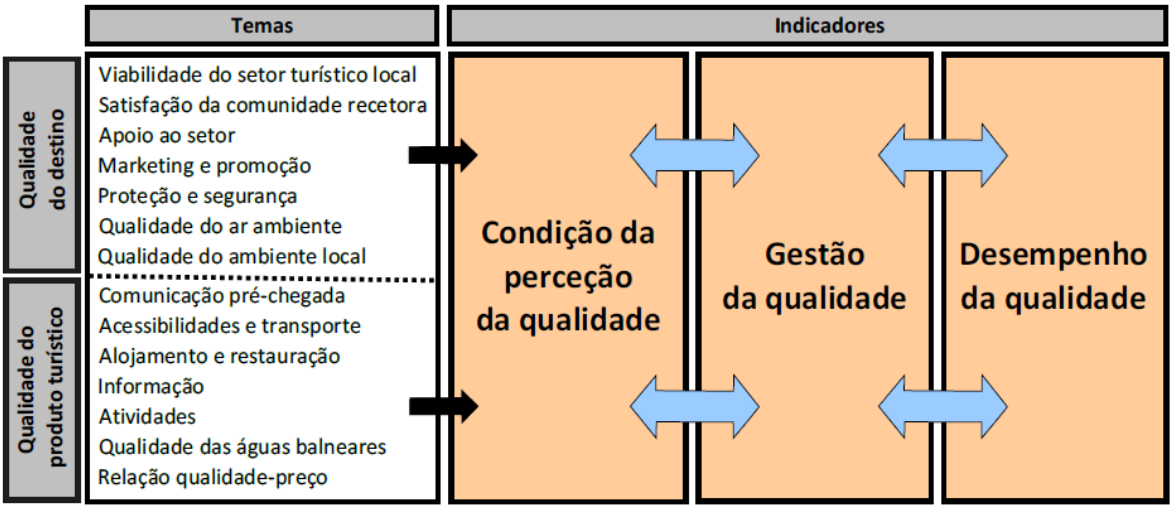


Figura 30 | Diagrama referencial para o sistema de gestão da qualidade QUALITEST (EC, 2003: 8)

A avaliação da qualidade do destino envolve, além das componentes da qualidade descritas atrás, todos os *stakeholders* conforme, esquematizado na figura 31.

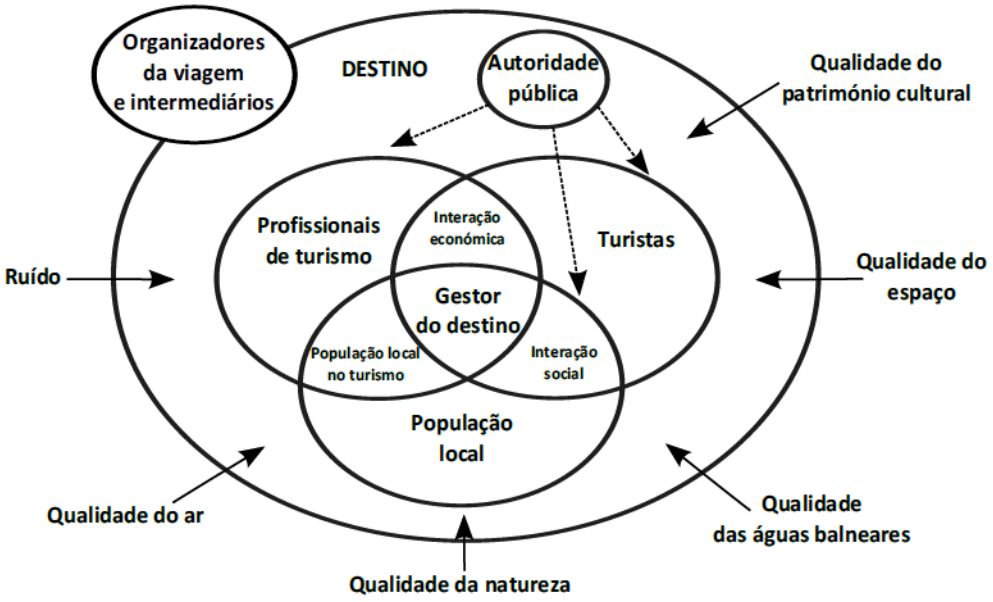


Figura 31 | Entidades e componentes do processo de avaliação da qualidade dos destinos (EC, 2003: 13)

Entre as inúmeras propostas para medição e monitorização da qualidade é de destacar igualmente o modelo SERVQUAL, apresentado por Zeithaml, Parasuraman e Berry, em 1985. Esta proposta tem como base a discrepância entre as expectativas dos clientes e a perceção relativamente ao serviço recebido (Parasuraman *et al.*, 1985). Este modelo inclui cinco dimensões da qualidade (tangibilidade, confiabilidade, compreensão, segurança e empatia) e incorpora um questionário dividido em duas partes, uma visando avaliar as expetativas e a outra a perceção dos serviços oferecidos. Apesar de limitado e sujeito a muitas críticas, o modelo SERVQUAL tornou-se uma referência e influenciou o desenvolvimento de muitos outros.

Assim, a qualidade é determinada quer por fatores objetivos, quer subjetivos, dependentes da perceção individual e das expetativas e motivações de cada um dos turistas. Segundo Sancho (1998: 211), "o que conta é a qualidade percebida pelo consumidor, que se mede segundo o grau de satisfação obtido na experiência turística".

Posteriormente foram desenvolvidos outros modelos, incluindo alguns que incorporam a componente da sustentabilidade dos destinos turísticos como uma premissa. Entre os modelos de gestão integrada da qualidade de destinos turísticos destaca-se o ITQT (*Integrated Total Quality Tourism*)[31] que, segundo Silva *et al.* (2001a: 67), tem como

[31] Este modelo foi apresentado em 1995, por Hoffmann, B. em cooperação com o World Travel & Tourism Environment Research Centre e o Imperial College Centre for Environmental Techonology.

objetivo "demonstrar de que forma o turismo pode gerar um triplo benefício (SEE[32]), quando a aposta é o turismo sustentável: enriquecimento sócio-cultural, ambientalmente sustentável e economicamente viável". Os autores deste modelo consideram que a adoção do ITQT por todos os *stakeholders* do turismo garantirá múltiplos benefícios sinergéticos e um desenvolvimento turístico sustentável.

A aplicação de sistemas de qualidade não é fácil e exige continuidade e coerência para permitir a comparabilidade e medir a evolução do processo, o que se complica ainda mais pela qualidade dos destinos estar dependente de uma multiplicidade de públicos-alvo, de produtos e de serviços diretamente e indiretamente associados à atividade turística (segurança, limpeza, serviços públicos, etc.).

A gestão da qualidade centrada no cliente não pode ser descurada, pois a satisfação dos turistas está, cada vez mais, diretamente associada à capacidade competitiva das empresas e dos destinos. Clientes satisfeitos têm mais probabilidade de regressar, de ter maiores gastos e são um elemento essencial na promoção, para além dessa satisfação se refletir positivamente nos fornecedores de serviços e na hospitalidade. Como destacam Silva, Mendes e Guerreiro (2001a: 22),

> a adoção de estratégias de melhoria da qualidade pressupõe todo um processo de reorientação da gestão no sentido de uma mudança cultural profunda nas organizações, que assim se veem implicadas no desenvolvimento de novos valores e comportamentos, sempre em busca de um posicionamento que, num ambiente de uma competitividade cada vez mais agressiva, lhes permita ir ao encontro da concretização dos desejos dos clientes.

Mas a gestão da qualidade é atualmente tão necessária como discutível. Por vezes tornou-se tão abrangente, complexa e onerosa, que alguns agentes a veem com algum ceticismo, especialmente na aplicação por microempresas e nos setores que oferecem serviços onde a componente emocional e intangível é preponderante, como é o caso da animação turística. Segundo Crompton e MacKay (1988: 41), "grande parte da dificuldade em avaliar a qualidade dos serviços de animação é atribuída à sua intangibilidade, heterogeneidade e inseparabilidade da sua produção e funções de consumo". A importância destes elementos para medir a qualidade associada aos serviços de animação turística é determinante, ao ponto de se justificar que "a principal dimensão na avaliação da qualidade nestes serviços tem sido definida pela satisfação do visitante" (Manning, 1986: 6).

A especificidade deste setor tem levado alguns autores a desenvolver modelos direcionados para a animação, como é o caso do proposto por Mackaya e Crompton

[32] S - Socio-culturally enriching, E - Environmentally sustainable, E – Economically viable.

(1988), que tem como base o processo pelo qual os consumidores avaliam a qualidade dos serviços de animação. Tal como nos modelos referidos anteriormente, também na proposta destes autores a qualidade está diretamente relacionada com o nível de satisfação e, especialmente, o resultado da comparação entre as expectativas de um serviço e o que é percebido como recebido.

Mesmo reconhecendo que a qualidade dos destinos e dos serviços está essencialmente associada à satisfação por parte dos turistas e esta é muito determinada pelas expetativas, comparabilidade e perceção do que usufruem, é fundamental encontrarem-se mecanismos que ajudem o setor na implementação de medidas objetivas de melhoria da qualidade. Para isso, é necessário considerar uma abordagem que atente tanto à dimensão associada à satisfação ou qualidade da experiência, como à da qualidade do desempenho. Segundo Baker e Crompton (2000: 787), "as avaliações da qualidade do desempenho são baseados nas perceções dos turistas sobre o desempenho dos prestadores dos serviços, enquanto a satisfação refere-se a um estado de espírito emocional após a exposição à oportunidade". A capacidade de ação dos prestadores de serviços sobre a melhoria da qualidade está assim essencialmente restrita à componente da qualidade de desempenho

Para agir sobre o estado emocional dos turistas é determinante que seja assegurada uma gestão holística da qualidade do destino, pois só uma ação conjugada dos diversos agentes pode garantir a qualidade geral da experiência turística, que por sua vez se reflete positivamente na qualidade de cada um dos serviços, pois turistas satisfeitos com o destino são mais tolerantes a possíveis constrangimentos e estão mais disponíveis para valorizar as experiências.

3.2.6 Turismo responsável

> O turismo responsável visa "criar melhores lugares para as pessoas viverem e melhores locais para visitar".
>
> "Todos nós temos a responsabilidade de fazer a diferença através da forma como agimos".
>
> Declaração da Cidade do Cabo, 2002 (TRTP, 2012)

Numa primeira abordagem o turismo responsável é um conceito muito abrangente que se confunde com o turismo sustentável e o alternativo (Goodwin, 2012; Harrison e Husbands, 1996; Stanford, 2006; Swarbrooke, 1999). Contudo, a sua utilização começou a ser promovida exatamente para substituir o termo de turismo alternativo, que os participantes na Conferência de Tamanrasset consideraram ser demasiado vago (Stanford, 2006). Nessa conferência, organizada pela OMT em 1989, considerou-se o "turismo responsável como aquele que diz respeito a todas as formas de turismo que respeitem os patrimónios natural, construído e cultural das sociedades de acolhimento e os interesses de todas as partes envolvidas: habitantes, hóspedes, visitantes, governo, etc." (Smith, 1990b: 479).

O conceito de turismo responsável ganhou relevo com a aprovação pela OMT do Código Global de Ética do Turismo (WTO, 1999b), em 1999, no qual se estabeleceu um conjunto de orientações globais como o respeito pela diversidade cultural, e se valorizou o papel dos diferentes atores na promoção de formas de turismo mais responsáveis. Em 2002, na Conferência da Cidade do Cabo sobre Turismo Responsável em Destinos, onde estiveram representadas a OMT, as NU e muitas outras organizações internacionais, foi considerado como turismo responsável aquele que:

- Minimiza os impactes negativos económicos, ambientais e sociais;
- Recorre a uma estratégia de utilização dos recursos com preocupações na sua sustentabilidade e no impacte, em especial, a nível local;
- Procura direcionar parte significativa dos benefícios económicos para a população local e contribuir para o seu bem-estar;
- Envolve os residentes e todos os *stakeholders* nos processos e decisões;
- Contribui positivamente para a conservação do património natural e cultural;
- Fornece experiências mais agradáveis aos turistas;
- Promove a interação com respeito mútuo entre os turistas e as comunidades acolhedoras, e uma maior compreensão e valorização das questões locais a nível cultural, social e ambiental;
- Promove o turismo acessível (ICRT, 2012).

Estes princípios do turismo responsável são globalmente partilhados pelo Centro Internacional de Turismo Responsável[33] e por muitas outras organizações que reconhecem a necessidade de valorizar os contributos positivos do turismo e reduzir os impactes negativos. Também para a Sociedade Internacional de Ecoturismo[34], o turismo responsável é aquele que procura maximizar os benefícios para a economia local e minimizar os impactes sociais e ambientais negativos da atividade turística (TIES, 2007).

O facto de estas definições serem bastante abrangentes e se confundirem com a de turismo sustentável, explica-se por terem genericamente o mesmo objetivo: a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando os níveis económico, sociocultural e ambiental (Spenceley *et al.*, 2002). A confusão envolve ainda outros conceitos como o de turismo alternativo, verde, discreto, suave e mesmo alguns mais restritos, como o de ecoturismo.

Neste contexto, é importante distinguir os vários conceitos de turismo, em particular o sustentável, o alternativo e o responsável, e assentar a utilização deste último em fatores diferenciadores claramente identificados, que permitam responder à evolução das tendências do turismo e das sociedades.

Conforme foi referido anteriormente, o conceito de turismo responsável ganhou acuidade na conferência de Tamanrasset em substituição do de turismo alternativo, por este ser demasiado ambíguo, tendo recentemente ganho relevância em resultado do crescente inconformismo com o conceito de desenvolvimento e turismo sustentável. De facto, como explicado em capítulo anterior, a sustentabilidade continua a ser um conceito muito vago, que se banalizou e frequentemente se desvirtuou. Apesar das expectativas iniciais terem sido elevadas, os resultados práticos têm sido muito limitados (Kerala Tourism e ICRT, 2008). Consequentemente verifica-se um crescente descrédito do conceito e o acentuar do conflito entre a conceção de sustentabilidade fraca e a forte.

A adoção de um conceito relativamente abstrato associado a uma meta utópica, como o de desenvolvimento sustentável, é certamente útil para direcionar a ação presente e prospetiva, mas não dispensa uma ação mais prática, imediata, dirigida e compreensível. Poderá então considerar-se o turismo responsável mais pragmático do que o sustentável, porque não atende a uma visão utópica, mas resulta de atitudes e ações concretas a curto prazo. Enquadrando esta diferenciação na lógica do planeamento, dir-se-á que o turismo sustentável está ao nível do planeamento estratégico, enquanto o turismo responsável se

[33] The International Centre for Responsible Tourism, é um centro de investigação integrado na universidade inglesa de Greenwich (http://icrtcic.wordpress.com/).

[34] TIES - The International Ecotourism Society, é a mais antiga e consagrada associação internacional de ecoturismo (www.ecotourism.org/).

posiciona no nível tático e operacional. Ao contrário da sustentabilidade, a responsabilidade é atuante no imediato e compreensível em cada ação e dimensão.

Esta abordagem permite tanto reforçar a interdependência entre a responsabilidade e a sustentabilidade, como estabelecer diferenciações estruturantes que clarificam a problemática em torno do desenvolvimento sustentável. De uma forma simples, poderemos assumir o conceito de responsabilidade como o processo e o caminho decomposto em ações rumo ao desenvolvimento sustentável (Figura 32).

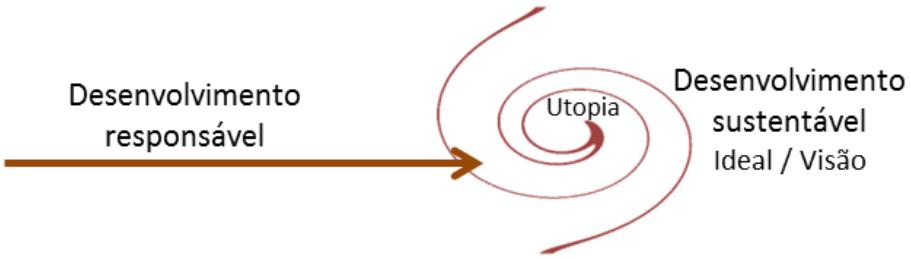


Figura 32 | O desenvolvimento responsável como processo do desenvolvimento sustentável

Deste modo, "o turismo responsável pode ser entendido como aquele que coloca em prática os princípios da sustentabilidade" (Harrison e Husbands, 1996: 5).

Ações como plantar árvores, preferir produtos locais, ou promover atividades benévolas para populações especiais, são facilmente entendidas no âmbito da responsabilidade ambiental, social ou económica, mesmo que não passem de pequenos contributos no âmbito da sustentabilidade de um território. Esta valorização das pequenas ações permite percecionar melhor a problemática e acentuar o envolvimento dos diversos atores, quer pela valorização das suas ações, quer evitando que estes se escondam atrás de valores e princípios vagos, desresponsabilizando-se de agir. Neste ponto de vista, a ação responsável por parte de cada individuo ou organização pode ser insignificante ao nível da sustentabilidade, mas ser um importante contributo em termos sociais, ambientais ou económicos. Acresce aqui a vantagem e visibilidade para os que promovem essas medidas, devido à imagem positiva que isso transmite, resultando tanto em satisfação pessoal, como em vantagens competitivas para as organizações promotoras. Desta forma, reforça-se o envolvimento e o benefício de todos, desde os turistas, às comunidades locais, agentes turísticos e ao próprio destino.

Como defendido na conferência da Cidade do Cabo, em 2002 (TRTP, 2012), e reafirmado na de Kerala, em 2008 (Kerala Tourism e ICRT, 2008), o turismo responsável está associado à necessidade de responsabilizar as diversas entidades, empresas, turistas e comunidades locais a promoverem o turismo sustentável e a criar melhores lugares para as pessoas viverem e visitarem (Spenceley *et al.*, 2002). Deste modo, com o turismo

responsável, procura-se que os indivíduos, organizações e empresas sejam responsabilizados pelas suas ações e pelos impactes das mesmas.

Uma vez que o turismo responsável está muito associado "à forma de fazer turismo", (Harrison e Husbands, 1996), é essencial valorizar o papel dos próprios turistas. Segundo Swarbrooke (1999), os turistas são frequentemente negligenciados nas discussões sobre sustentabilidade, apontados mais como parte dos problemas do que pelas suas ações positivas, tanto pelas escolhas que fazem e que influenciam a oferta, como pela sua interação com o ambiente e o meio sociocultural das regiões visitadas *in loco* e em trânsito.

A progressiva consciencialização dos turistas para as questões da sustentabilidade levou Krippendorf (1987, pp. 132-133) a identificar o grupo de "consumidores críticos": aqueles que, na escolha das viagem e no seu comportamento no local de destino se preocupam com a redução dos impactes ambientais, mostram um maior respeito e interação com as culturas locais e procuram serviços e bens que beneficiem a economia local. Contudo, catalogações como "consumidores críticos" ou "bons turistas" são bastante discutíveis, quer por serem definições pouco consensuais, quer por apontarem frequentemente para padrões de excelência associada a uma personagem mítica longe da praxis (Rozenberg, 1991; Stanford, 2006).

Para Swarbrooke (1999), mais importante do que apresentar uma definição de turista responsável, é o estabelecimento e descrição das suas responsabilidades básicas, que passam por:

- Adotar um comportamento moral e ético em consonância com o respeito das sociedades e culturas locais;
- Respeitar e cumprir as leis e regulamentos das regiões visitadas e de trânsito;
- Procurar reduzir os impactes ambientais e excluir-se de participar em atividades ou desenvolver ações que tenham impactes excessivos;
- Contribuir, tanto quanto possível, para a economia local;
- Minimizar a utilização de recursos locais escassos;
- Assumir responsabilidades extras, como colaborar em prole das sociedades ou ambiente local, por exemplo com trabalho voluntário, contributos financeiros, etc.;
- Preferir destinos e serviços de empresas e organizações que promovam práticas mais sustentáveis;
- Procurar informar-se sobre os destinos, património, culturas e boas práticas.

Para incentivar estas ações e escolhas mais responsáveis é essencial que os destinos e as organizações adotem os princípios da sustentabilidade como visão prospetiva, e a nível operacional apostem na sensibilização dos agentes turísticos, das comunidades locais e

dos visitantes para práticas mais responsáveis. Para além da necessidade em assegurar uma boa governança e instrumentos de planeamento adequados, compete aos governos e autoridades locais a promoção de estratégias apropriadas de gestão dos destinos, a garantia de apoio financeiro e a monitorização da atividade turística, assim como o estabelecimento de diretrizes para o turismo responsável, como normas de boas práticas e adoção de sistemas de certificação, como é o caso dos *ecolabels*.

Como referido na Declaração da Cidade do Cabo, "a fim de implementar os princípios orientadores para a responsabilidade económica, social e ambiental, é essencial recorrer a um portefólio de ferramentas, que incluem regulamentos, incentivos e estratégias participativas *multi-stakeholders*" (TRTP, 2012).

Na Declaração de Kerala[35] (Kerala Tourism e ICRT, 2008) realça-se ainda o papel dos *media* na promoção e valorização dos princípios e práticas associadas ao turismo responsável, e no lançamento de campanhas e desenvolvimento de estratégias de *marketing* que contribuam para valorizar os princípios da sustentabilidade e responsabilizar todos os atores, em particular os consumidores.

No que se refere às empresas e organizações, nas últimas décadas assistiu-se a uma valorização significativa da componente da responsabilidade social ou ambiental, inicialmente restrita às empresas de grande dimensão, que tem tendência a generalizar-se (Comissão Europeia, 2001; Goodwin, 2011). Como evidencia Stanford (2006: 45) "as empresas de turismo estão a agir de forma mais responsável, tanto a nível organizacional, como estimulando os seus clientes a agir mais responsavelmente". As justificações podem ser diversas, destacando-se a necessidade de responder às novas motivações e exigências dos clientes, como estratégia de *marketing* com o objetivo de acentuar o prestígio das empresas e assim obter vantagens competitivas, por filantropia, ou por necessidade de obter outras vantagens ou cumprirem exigências. Para a Comissão Europeia (2001: 7), a responsabilidade social das empresas passa essencialmente pela "integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas".

Um conceito que tem vindo a ganhar grande relevância nos últimos anos é o de responsabilidade social corporativa (RSC), estando associado a exigências sociais que vão "sendo assumidas pouco a pouco pelos gestores das empresas consideradas 'excelentes', o que exige entender as empresas como organizações que buscam o bem-estar de todos os grupos de interesse (*stakeholders*) e, simultaneamente geradoras de benefícios tanto

[35] Esta Declaração foi aprovada na Segunda Conferência Internacional de Turismo Responsável em Destinos, organizada em 2008 numa parceira entre o Turismo de Kerala e o International Centre for Responsible Tourism (ICRT).

económicos como sociais" (Sánchez e Acosta, 2005: 243). Para Sever e Capó (2011) as definições de responsabilidade social corporativa são múltiplas e evolutivas, verificando-se uma tendência para se tornarem mais abrangentes. Para além da adoção de medidas voluntárias em prole da sociedade e do ambiente, a responsabilidade social corporativa passou a estar também associada a uma gestão integrada com multiviagens para os diferentes atores que interatuam tanto no espaço interno da empresa, como na envolvência, procurando em simultâneo criar vantagens para a própria empresa, estabelecer uma estrutura de gestão integradora envolvendo todos os colaboradores e alargar os benefícios aos clientes, fornecedores e à comunidade local.

Com o objetivo de sistematizar a informação existente sobre a responsabilidade social, baseada nas melhores práticas, e construir uma ferramenta que possa ajudar e estimular as organizações a passar de boas intenções para boas ações, a Organização Internacional de Normalização (ISO[36]), iniciou um trabalho em 2004 para estabelecer os padrões da responsabilidade social sistematizados na norma ISO 26000 (ISO, 2011). Esta norma tem como principio uma abordagem holística envolvendo uma escala macro e micro, em que se consideram os direitos humanos, as práticas laborais e os direitos do consumidor, se estimula o envolvimento das comunidades e de todos os agentes, se valorizam as boas práticas ambientais e se promovem iniciativas voluntárias associadas a práticas efetivas e justas (Figura 33).

Figura 33 | Os sete temas centrais de responsabilidade social (ISO, 2011)

[36] A ISO (International Organization for Standardization) é uma ONG fundada em 1947, composta por uma rede de 164 entidades nacionais de normalização e uma secretaria central, com sede em Genebra, que promove o desenvolvimento de normas internacionais voluntárias. Em Portugal o Instituto Português da Qualidade, IP (IPQ) é a entidade responsável pela ISO e pela coordenação do Sistema Português da Qualidade (SPQ).

Apesar da generalidade das ações associadas à responsabilidade social serem de adoção voluntária, o que à primeira vista pressuporia uma forte componente filantrópica, muitos autores consideram que ainda há muitas empresas que assumem a responsabilidade social mais como necessidade de contrariar imagens negativas ou responder às exigências da procura (Cleverdon e Kalisch, 2000; Miller, 2001).

É indiscutível que a crescente sensibilização da sociedade para estas preocupações tem levado ao incremento da adoção de ações de caráter voluntário e do número de organizações envolvidas (Server e Capó, 2011). Contudo, a prática voluntária só por si não é suficiente, sendo indispensável ser complementada por normas e medidas obrigatórias, associadas a uma lógica de "poluidor-pagador". Seguindo essa abordagem, a Comissão Europeia desenvolveu um estudo apresentado no Livro Branco sobre Responsabilidade Ambiental (Comissão Europeia, 2000: 5), no qual se

> estabelece a estrutura de um futuro regime comunitário de responsabilidade ambiental que tem como objetivo aplicar o princípio do poluidor-pagador, [considerando que] uma das formas de garantir uma maior prudência, com vista a evitar a ocorrência de danos ambientais, consiste em impor responsabilidades às partes cujas atividades encerram riscos de provocar esse tipo de danos.

Mas também aqui se tem verificado uma partilha das responsabilidades, com grupos de cidadãos a organizarem-se para defenderem a adoção de práticas mais responsáveis, e um crescente número de operadores turísticos a implementar códigos de conduta voluntários, ou orientações sobre comportamento responsável para seus clientes (Font e Tribe, 2001).

Seja qual for a principal motivação, o envolvimento de todos os agentes para um turismo mais responsável, implica uma cadeia interligada de influências e exigências, com as empresas e organizações, tanto a agirem em resposta aos interesses e atitudes dos turistas, como a serem influenciadores dessas atitudes mais responsáveis (Frey e George, 2010). Como destaca Goodwin (2012), todos têm um papel importante, podendo as entidades gestoras ser um elemento catalisador na promoção de formas de turismo mais responsável, e por sua vez mais sustentável, através do estabelecimento de regulamentações específicas, melhorando a gestão do território, desenvolvendo estudos para melhorar o conhecimento do meio e dos impactes, promovendo medidas de incentivo e valorizando as ações em prol da responsabilidade.

Se os princípios da sustentabilidade foram rapidamente incluídos no planeamento da generalidade dos destinos, frequentemente sem grandes consequências e ações concretas, já no que se refere ao turismo responsável a aposta dos destinos e, em particular no que se refere ao planeamento, é bastante mais escassa. Isso poderá explicar-

se por diversos fatores, desde logo porque a maioria dos instrumentos de planeamento dos destinos destaca essencialmente o nível estratégico, pois é bem mais fácil incluir princípios generalistas a ações concretas, e também porque a abordagem ao turismo responsável é mais recente. Estas justificações só vêm reforçar a necessidade de redirecionar o enfoque para a responsabilidade promovendo o envolvimento de todos e estabelecendo medidas concretas.

Entre os destinos pioneiros que têm realizado um trabalho mais consistente em torno do turismo responsável destaca-se a Cidade do Cabo, na África do Sul, e o distrito de Kaikoura, na Nova Zelândia, que se tornou a primeira região a obter a certificação para o conjunto "destino e atividade turística" do programa Green Globe.

A par de se estimular a participação ativa de todos os *stakeholders* na promoção do turismo responsável, com a adoção da regra de ouro da responsabilidade que passa por todos procurarem "fazer uma diferença positiva" (Beardsley *et al.*, 2006), é fundamental aferir e credibilizar o envolvimento dos diferentes agentes e, em particular, do destino como um todo, evitando que a demagogia se sobreponha às ações e o nível de envolvimento seja percetível. É fundamental encontrar medidas de aferição do grau de desempenho desses destinos em termos de turismo responsável e torná-lo facilmente percebido pelos *stakeholders*, particularmente pelos visitantes. Descrições das ações, informação sobre como cada um dos grupos de *stakeholders* pode contribuir positivamente ou reduzir os impactes, promoção de boas práticas, envolvimento de todos nos processos, monitorização da atividade, sistemas de certificação e atribuição de prémios de bom desempenho, são medidas concretas em prole de um turismo mais responsável, e por isso em direção a uma maior sustentabilidade.

Mas se não é difícil todos contribuirmos positivamente com as nossas escolhas e ações, é importante aferir o nível dessa contribuição, para estimular um envolvimento crescente e valorizar níveis mais elevados de responsabilidade.

Nesse sentido é adequado considerar a aferição da responsabilidade na lógica de uma tabela de dupla entrada. Num dos lados consideram-se as diversas dimensões associadas à responsabilidade (gestão ambiental, inclusão social, etc.), e no outro, o grau de responsabilidade, considerando diversos níveis de intensidade, conforme sugere Stanford (2006), cuja proposta se representa na figura 34. Esta abordagem exige um trabalho consistente na definição e sistematização das principais dimensões associadas à responsabilidade no turismo, que poderão ser variáveis relativas às especificidades das realidades geográficas, ou aos diferentes grupos de *stakeholders*. Certamente que este não será um trabalho fácil e obrigará ao estabelecimento de importantes compromissos, caso se pretenda vir a criar uma comparabilidade a nível internacional.

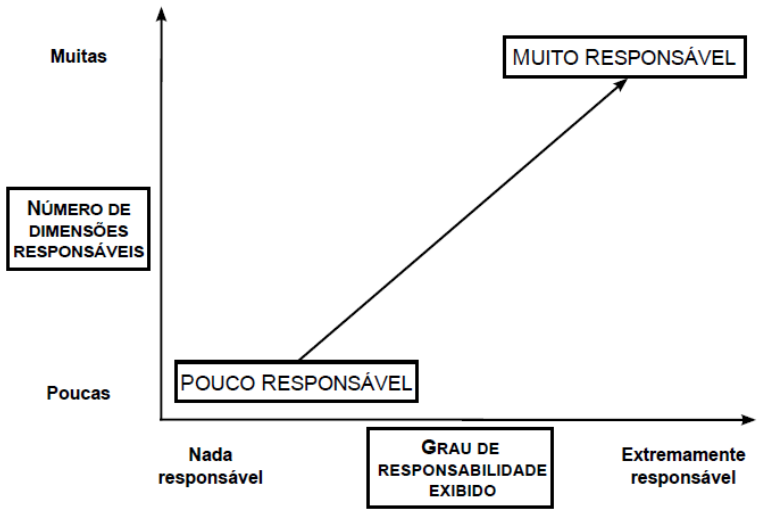


Figura 34 | Aferição do grau de responsabilidade turística (Stanford, 2006: 292)

Numa síntese da problemática em torno do turismo responsável, poderá concluir-se que:

- Embora continue a existir alguma fragmentação e confusão semântica associada ao turismo responsável, este conceito é mais entendível e menos abrangente que o de turismo sustentável ou o de turismo alternativo (Salvatti, 2004; Stanford, 2006);
- Está associado à tomada de ações que visem melhorar as condições ou atenuar os impactes, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável; desta forma, verifica-se uma associação estrita entre o turismo responsável e o sustentável, podendo considerar-se que o primeiro é o processo em direção à sustentabilidade (Harrison e Husbands, 1996; TRTP, 2012);
- No turismo responsável todos os atores são diretamente envolvidos e facilmente percecionam esse envolvimento, levando-os a tomar responsabilidade pelas suas ações (Comissão Europeia, 2000);
- "Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais - implica ir mais além através de um 'maior' investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais" (Comissão Europeia, 2001: 7);
- Os viajantes desempenham um papel essencial para a promoção de um turismo mais responsável, porque as suas escolhas, motivações, exigências e atitudes podem contribuir diretamente e influenciar os destinos e os agentes turísticos a serem mais responsáveis;
- Existem formas de turismo predominantemente responsáveis, como o turismo comunitário, o turismo voluntário, o *pro-poor tourism* ou o ecoturismo, mas todas as formas de turismo podem tornar-se mais responsáveis.

3.3 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NAS ILHAS DE PEQUENA DIMENSÃO

> "As Ilhas são lugares especiais com uma atração natural para os turistas e um desafio especial para a sustentabilidade."
>
> (Sheldon, 2005: 1)

3.3.1 Imagem e particularidades dos territórios insulares

A representação mental da insularidade está muito associada ao isolamento e à autenticidade, criando uma imagem que tem perdurado ao longo da história e que nem mesmo a globalização parece fazer romper (Baldacchino, 2006c). Como destaca Henriques, (2009: 131), "a ilha como *locus* da concretização de um certo imaginário elísio atravessa os tempos, vem da Antiguidade até aos nossos dias". Em torno da mística associada às ilhas perdura a ideia de uma certa pureza, provavelmente por serem espaços marginais onde os males têm dificuldade em chegar, o que aumenta a sensação de segurança e cria a imagem de um espaço físico e de tempo limitado, onde é possível concentrar todo um ideal de vida (Butler, 1993). Mas, é de salientar que esta mística envolve essencialmente as ilhas tropicais, ligadas ao exotismo, ou mesmo ao ideal paradisíaco.

Se a geografia mental das ilhas nos leva aos "paraísos" trópicas, merece também destaque o impressionante número de pequenas ilhas localizadas nas regiões frias, a maioria de pequena dimensão e desabitadas, (Royle, 2001). Só a Suécia conta com 221.800 ilhas, das quais apenas 400 (0,2%) são permanentemente habitadas e 74% têm menos de 11 habitantes (Kallgard, 2004; Statistics Sweden, 2009).

Por sua vez, o isolamento não tem impedido que os territórios insulares habitados fiquem excluídos das influências externas, constituindo-se muitos como lugares onde povos de diferentes culturas se encontram e vivem em estreita proximidade, comportando-se como centros dinâmicos da interação cultural, que Curtis (2011) designa por "encruzilhadas de culturas".

Apesar dos importantes padrões comuns associados à insularidade, especialmente em termos de isolamento e imagem mental, as realidades são múltiplas, desde logo por existirem espaços insulares com dimensões e proximidade aos continentes muito díspares. Segundo Falkland (1993: 264) as "ilhas de grande dimensão tendem a ter características e problemas semelhantes aos dos continentes, enquanto as pequenas têm um conjunto de problemas particulares".

Mas, mesmo considerando o grupo restrito às ilhas oceânicas (afastadas dos continentes) de pequena dimensão, há realidades muito distintas. A posição estratégica, dispersão territorial, relações políticas e infraestruturas condicionam o nível de isolamento e de desenvolvimento, podendo encontrar-se desde locais extremamente isolados, a regiões estratégicas de encruzilhadas que se tornaram lugares focais ou mesmo centrais. Como destaca Henriques (2009, pp. 80-81) algumas "ilhas representavam para a circulação nos oceanos o que os oásis significavam para a circulação nos desertos: abrigo e pontos de apoio para eventuais operações de reparação e reabastecimento das naus". Mais recentemente algumas destas ilhas tornaram-se estratégicas em termos militares, de tráfego marítimo, ou adquiriram centralidade turística. O isolamento é condicionado por múltiplos fatores, sendo que algumas ilhas costeiras, como as localizadas ao largo da costa da Papua Nova Guiné, ou as Bijagós na Guiné Bissau, estão mais isoladas, do que muitos arquipélagos mais afastados dos continentes, como é o caso do Havai, ou mesmo dos Açores. Para alguns territórios insulares o isolamento pode mesmo ser um mito, constituindo o mar uma via de comunicação privilegiada e não tanto uma barreira, sendo esses espaços bastante mais acessíveis do que muitos territórios interiores.

As realidades insulares dependem assim de múltiplos fatores, dos quais se destacam a dependência política, dimensão territorial e demográfica, a posição e localização geográfica, acessibilidades, proximidade dos mercados, clima, dispersão territorial, procura turística, recursos naturais, economia e a cultura (Royle, 2001).

Num estudo desenvolvido pelo ODIT France, sobre o turismo sustentável nas ilhas francesas (Gargasson *et al.*, 2009), foi proposto agrupar as ilhas localizadas junto ao litoral da França Metropolitana segundo seis critérios principais: tamanho, distância ao continente, população, frequentação turística, capacidade de acolhimento e proteção. A nível internacional, outros fatores ganham relevância, levando à constituição de diversos agrupamentos ou tipologias de territórios:

- Dimensão geográfica e demográfica - Estados insulares de grande dimensão (e.g. Japão, Reino Unido, Indonésia, Filipinas, Cuba, Sri Lanka), ou pequenos estados (e.g. Maldivas, Malta, Bahamas, Cabo Verde);
- Densidade populacional – A maioria das pequenas ilhas das regiões frias são desabitadas, em contraste com pequenas ou grandes ilhas fortemente povoadas como muitas ilhas mediterrâneas, do Sudeste Asiático, ou das Caraíbas;
- Dispersão territorial - Desde Estados-ilha, até arquipélagos com grande dispersão territorial, como é o caso das Filipinas com mais de 7.100 ilhas;
- Clima – Ilhas tropicais de águas quentes em oposição às com climas frios ou de águas frias, considerando ainda situações de transição;

- Estrutura política dos territórios - Desde estados independentes a territórios com ou sem autonomia política;
- Nível de desenvolvimento, tipo e dinâmica económica e dependência externa - Territórios com economias predominantemente tradicionais ou modernas e a importância de setores como os serviços financeiros, o turismo, a pesca, a agricultura ou a extração de recursos energéticos;
- Posição geográfica e acessibilidades - Fatores importantes para o desenvolvimento económico e turístico dos destinos insulares;
- Densidade turística - Depende da procura turística e da demografia das regiões insulares e aporta importantes consequências económicas, socioculturais e ambientais para esses territórios.

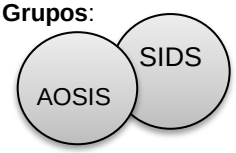
Considerando que neste estudo a abordagem se restringe à realidade dos territórios insulares de reduzida dimensão e afastados dos continentes, importa definir os seus fatores de individualização. A principal variável associada à definição deste grupo é, sem dúvida, a dimensão territorial, mas é comum considerar-se também o número de habitantes, entre outros fatores. Efetivamente não existe um consenso sobre a classificação dos territórios insulares de pequena dimensão (TIPD).

No Commonwealth Science Council Meeting, de 1984, foi adotado como limite das ilhas de pequena dimensão a superfície de 5.000 km^2 (Falkland, 1993). Em 1991 a UNESCO veio considerar esse limite em 2.000 km^2 e incluir todas as ilhas com largura inferior a 10 km (Falkland e Custodio, 1991). Poderá ainda considerar-se a categoria de "ilhas muito pequenas", as com menos de 100 km^2, ou uma largura máxima de 3 km (Dijon, 1984). Alguns autores defendem limites e critérios diferentes. Para Dollman (1985 *op. cit.* King, 1993) as pequenas ilhas são as que têm menos de 13.000 km^2 e de um milhão de habitantes, enquanto Beller (1986 *op. cit.* King, 1993) defende os limites de 10.000 km^2 e 500 mil habitantes. Por sua vez, a Commonwealth adota para definição de pequeno estado, todos os que tenham uma população inferior a 1,5 milhões de habitantes (Commonwealth Secretariat, 2011).

As ilhas de pequena dimensão podem ainda ser divididas pela sua génese e geologia (vulcânicas, atóis, etc.), pela sua localização (ilhas marítimas costeiras ou oceânicas, ou ilhas fluviais e lacustres), e pelo tipo de clima e temperatura das águas por que são banhadas, sendo comum distinguirem-se as de águas frias, das de águas quentes.

No quadro 6 apresenta-se um esquema com o principal agrupamento dos territórios insulares de pequena dimensão (TIPD), considerando fatores políticos e geográficos (Baldacchino, 2006c; Baum, 2000; Bernardie-Tahir, 2011; Royle, 2001; Stanford, 2006).

Quadro 6 | Critérios de definição e principais grupos dentro dos TIPD

Critérios definição TIPD	Localização	Clima e turismo	Política e economia	Outros
Superfície: > 5.000 Km^2 →Commonwealth > 2.000 Km^2 ou >10 Km largura → UNESCO > 10.000 a 13.000 Km^2 →outras fontes **População:** > 1,5 milhões hab. →Commonwealth > 0,5 ou 1 milhão hab. →outras fontes	**Ilhas marítimas**: (oceanos e mares) – Costeiras – Oceânicas **No interior dos continentes**: – Lacustres – Fluviais	**Águas quentes** - Climas tropicais e subtropicais **Águas frias** - Climas frios e temperados **De transição** - Climas temperados com verões quentes ou frescos	**Territórios**: - Independentes - Autónomos - Sem autonomia política - Desenvolvidos ou em desenvolvimento **Grupos**: 	**Outros grupos** – Micro ilhas isoladas – Desabitadas, ou com reduzida densidade populacional

Devido essencialmente a fatores políticos e económicos, dentro do grupo dos TIPD é de destacar o constituído pelos países insulares de pequena dimensão, especialmente os pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS - Small Island Developing States). A partir da década de 1990 as Nações Unidas passaram a dar especial relevo aos SIDS, por constituírem um caso especial e partilharem desafios comuns, em particular no que se refere à sua vulnerabilidade (UN-OHRLLS, 2011). Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cúpula da Terra), realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi enfatizada a necessidade de se desenvolverem estratégias específicas para este grupo, conforme referido no documento final da Agenda 21.

> Pequenos estados insulares em desenvolvimento e ilhas que abrigam pequenas comunidades são um caso especial, tanto para o ambiente como para o desenvolvimento. Ambos são ecologicamente frágeis e vulneráveis. A sua pequena dimensão, recursos limitados, a sua dispersão geográfica e o isolamento dos mercados, coloca-os em desvantagem económica e impede o desenvolvimento de economias de escala (UN, 1992, pp. Cap. 17, n.º 124).

Segundo o departamento das Nações Unidas OHRLLS[37], em 2012, existiam cinquenta e dois SIDS, dos quais trinta e oito eram membros efetivos das Nações Unidas e catorze membros associados das Comissões Regionais, pois não são estados independentes (UN-OHRLLS, 2011: 2). Mas os critérios para a constituição deste grupo contribuem para aumentar a dificuldade na definição de pequenos estados insulares, pois incluem alguns países com território predominantemente continental (e.g. Guiné-Bissau, Belize, Guiana e Suriname), outros de grande dimensão (e.g. Papua Nova Guiné com quase 463 mil km^2),

[37] UN-OHRLLS, do inglês: *The United Nations Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and the Small Island Developing States*. Este departamento foi estabelecido pela Assembleia das NU em 2001, através da Resolução 56/227 (UN-OHRLLS, 2012).

bem como outros que, para além de extensos, são muito populosos (e.g. Cuba com cerca de 110 mil km^2 e mais de 11 milhões de habitantes).

Apesar do grupo dos SIDS incluir países com realidades geográficas, demográficas e económicas bastante distintas, eles compartilham muitas semelhanças, em especial uma elevada vulnerabilidade, tanto a nível económico, como cultural e ambiental (Fry, 2005; Rietbergen *et al.*, 2007). Parte destes SIDS constituíram em 1990 a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS[38]). Esta associação visa unir os países constituídos por ilhas ou arquipélagos com pequena dimensão e países costeiros de baixa altitude, "que compartilham desafios semelhantes de desenvolvimento e preocupações sobre o ambiente, especialmente na sua vulnerabilidade aos efeitos adversos das alterações climáticas" e pretende "funcionar basicamente como um lóbi *ad hoc* e ser a principal voz dos SIDS nas negociações dentro do sistema das Nações Unidas" (AOSIS, 2012).

[38] AOSIS, do inglês: *Alliance of Small Island States*. Esta associação era constituída em 2012 por 39 estados efetivos e quatro observadores (http://aosis.info/ e www.sidsnet.org/aosis/index.html).

3.3.2 Especificidades das economias das ilhas de pequena dimensão

A insularidade oferece um quadro excecional para a análise e experimentação de modelos de desenvolvimento, especialmente nos territórios periféricos de dimensão limitada. Como apresentado anteriormente, no que se refere aos espaços insulares isolados de pequena dimensão, é possível identificar-se um padrão que justifica uma análise particular destes territórios (Baldacchino, 2006c; Bernardie-Tahir, 2011; Briguglio, 1995; Butler, 1993; Croes, 2006; Douglas, 2006; Ioannides, 1994; McElroy, 2003; Royle, 2001). Estes são territórios propícios ao desenvolvimento de estudos macroeconómicos e sociais, desde logo por apresentarem fronteiras perfeitamente delimitadas, pela sua reduzida dimensão, terem particularidades comuns e apresentarem facilidade no controlo dos fluxos.

O interesse por estes territórios foi igualmente acentuado por mudanças significativas na organização de muitos destes espaços, nomeadamente as decorrentes da melhoria das acessibilidades, em especial com a difusão da aviação civil na segunda metade do século XX, e a fatores políticos e económicos. Como refere McElroy (2003: 231) "a história recente de muitas ilhas de pequena dimensão foi marcada por dois fatores de desenvolvimento favoráveis: o marco da descolonização e a expansão do turismo internacional".

A atenção dada a estes territórios ganhou particular visibilidade a partir de 1992, com a ênfase dada aos SIDS na Agenda 21 e com a criação do *Commonwealth Vulnerability Index*[39] (Briguglio, 1992), trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito das Nações Unidas e do Banco Mundial. No estudo apresentado pelas Nações Unidas em 1997 (UN, 2005), que teve como base a aplicação deste índice, a partir de uma análise de 111 países em desenvolvimento, chegou-se à conclusão que os países de pequena dimensão apresentavam maior vulnerabilidade económica e ambiental, verificando-se que das 25 economias mais vulneráveis, 24 correspondiam a pequenos estados e destes, 17 eram pequenas ilhas. Como refere Cordina (2008: 23),

> as pequenas economias, especialmente as insulares, tendem a enfrentar maiores níveis de risco para o seu crescimento e desenvolvimento económico, engendradas pela sua exposição a choques ou pelas suas reações endógenas que as tornam mais suscetíveis aos efeitos de tais choques. Essa dependência e vulnerabilidade que se assume cada vez mais determinante com o incremento da globalização é um fator de debilidade comum à generalidade destes estados, mas existem outros fatores que os unem.

Segundo a generalidade dos investigadores e economistas que se debruçam sobre esta temática (Bernardie-Tahir, 2011; Briguglio, 1995; Butler, 1993; Codina, 2008; Conlin e Baum, 1995; Croes, 2006; Curtis, 2011; Easterly e Kraay, 1999; Estevão, 1999; Poirine,

[39] O estudo preliminar para a construção deste índice foi apresentado por Briguglio em 1992.

1995; Santos, 2011; Sarmento, 2008; UN-OHRLLS, 2011), apesar da existência de uma importante diversidade de realidades das economias insulares periféricas de pequena dimensão, é possível identificar um conjunto de traços comuns a muitos desses territórios, dos quais se destacam:

- Estrutura económica condicionada pela limitação de recursos e escala de produção reduzida:
  - Pequena dimensão do mercado interno;
  - Tecido produtivo dominado por empresas de micro e pequena dimensão;
  - Limitações de recursos naturais e forte dependência energética;
  - Limitações na força de trabalho e de capital;
  - Forte dependência de fluxos externos, com tendência para muitos destes territórios terem um elevado défice da balança de bens e serviços[40].
- Limitações na acessibilidade:
  - Afastamento dos principais mercados de importação e exportação;
  - Constrangimentos nas deslocações para o exterior devido à dependência do barco e essencialmente do avião, da frequência das ligações ser limitada e dos custos acrescidos dos transportes;
  - Dificuldades acrescidas nas acessibilidades internas nos territórios com múltiplas ilhas.
- Forte dispersão territorial, com muitas das regiões insulares a serem constituídas por diversas, ou mesmo inúmeras ilhas;
- Peso e influência política e institucional limitada;
- Territórios particularmente frágeis do ponto de vista ambiental e sociocultural e consequentemente com baixa capacidade de carga;
- Vulnerabilidade significativa aos riscos naturais e às alterações climáticas;
- Espaços privilegiados para o desenvolvimento da atividade turística, em especial as ilhas de águas quentes.

Considerando que muitos destes aspetos constituem importantes constrangimentos ao desenvolvimento, pode concluir-se que estas economias, para além de dependentes e vulneráveis, estão sujeitas a um importante dilema. Se por um lado, a reduzida dimensão do mercado local e escassez de disponibilidade de recursos e *know-how* é um forte constrangimento para que a economia possa basear-se na dinâmica interna, por outro, as limitações de acessibilidade, a reduzida escala de produção e a crescente competitividade

[40] O défice da balança de pagamentos dos SIDS é em média significativamente superior à dos outros países em desenvolvimento, tendo aumentado de 12% do PIB para 18% entre 2004 e 2008, com muitos dos SIDS a terem um défice superior a 20% (UN, 2010a).

internacional tornam difícil o aproveitamento das possibilidades criadas pela globalização económica (Easterly e Kraay, 1999). Consequentemente, o desenvolvimento destas economias tem sido muitas vezes acompanhado por um desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos e por uma dependência significativa de fluxos financeiros externos (UN-DESA, 2010).

Para evitar essa dependência, algumas economias procuram adotar um modelo de desenvolvimento orientado para dentro (*inward-looking*). Esta estratégia pode ser parcialmente justificada, quer pela necessidade de proteger um mercado interno pouco competitivo, quer porque os custos acrescidos de importação dos bens relacionados com as limitações de acessibilidade e afastamento dos principais mercados acabam, nalguns casos, por favorecer a produção local, tornando-a mais competitiva para consumo interno.

Contudo, como explica Poirine (1995), esta estratégia é geralmente prejudicial para essas economias, pelo facto do mercado local ser muito limitado, dificultando a aplicação de uma política de substituição de mercadorias eficaz por insuficiência de escala, *know-how*, e tecnologia, o que vai acentuar a dependência externa. Simultaneamente, um protecionismo excessivo tende a prejudicar a exportação de alguns bens que possam ser competitivos. Se a exiguidade do mercado interno e as próprias caraterísticas da insularidade parecem aconselhar a adoção de um modelo de desenvolvimento orientado para o exterior (*outward-looking*), esta política só terá sucesso caso essas economias apostem na especialização de alguns produtos ou serviços, visando melhorar as vantagens competitivas e assim promover as exportações. Em simultâneo é essencial assegurar-se a criação de uma dinâmica interna que promova a valorização da economia local, apostando no mercado de proximidade e em produtos e serviços de baixa escala e muito personalizados, ou fortemente enraizados na cultura local, procurando assim padrões de competitividade diferenciadores e criativos para alguns dos produtos locais (Croes, 2006; Nath *et al.*, 2010). Como evidencia Sarmento (2008: 247),

> neste contexto, o grande desafio que se coloca a estas economias é o de encontrar um modelo alternativo de funcionamento que introduza um maior dinamismo de crescimento e que possibilite a sua transformação estrutural, de modo a reduzir a sua vulnerabilidade e a criar uma base de sustentação para o crescimento económico.

As respostas têm sido diversas, desde economias tradicionais relativamente fechadas, a outras que se abriram ao exterior e conseguiram obter importantes vantagens competitivas em vários produtos e setores, como é o caso das pescas, do setor financeiro e do turismo. As economias insulares de pequena dimensão, que não adotaram uma estratégia de desenvolvimento orientada para o exterior, têm tendência a manter uma economia tradicional, com elevado défice e uma importante comunidade de diáspora, fatores que as

levam a ficar excessivamente dependentes da ajuda externa e da remessa de emigrantes. Segundo o Commonwealth Secretariat (2011: 4), “mais de 35% do PIB do Tonga resulta de remessas de emigrantes, mas países como Samoa, Cabo Verde, Granada e muitos outros pequenos estados insulares são igualmente muito dependentes das remessas de emigrantes”.

Para Connell (2007, pp. 130-131) a diáspora aporta oportunidades, especialmente para as pequenas ilhas que “têm as opções limitadas, podendo algumas soluções encontrar-se em continentes distantes, embora por vezes, em águas tempestuosas”. De facto, as comunidades de diáspora, para além das remessas enviadas, podem constituir-se como excelentes embaixadoras destes territórios e suas culturas e simultaneamente alimentarem a procura turística.

Apesar da grande maioria dos pequenos territórios insulares ter recursos naturais muito limitados, alguns apresentam na sua área marítima significativos recursos pesqueiros ou energias fósseis que, quando devidamente explorados, constituem importantes fontes de rendimento. Outros territórios insulares com localização estratégica tornaram-se importantes centros militares com reflexos determinantes na economia local, em particular durante a II Guerra Mundial e na década de 1980, quando a Guerra Fria esteve mais proeminente, mas muitos viram a sua situação alterada com a redução da tensão mundial (Campling e Rosalie, 2006).

Até à década de 1980 o desenvolvimento de muitos dos estados insulares de pequena dimensão, que não eram integrados em países continentais ou de grande dimensão, dependia de um conjunto de fatores relativamente comuns. Segundo Bertram e Watters, que em 1985 apresentam o modelo MIRAB, as economias desses estados evoluem graças ao efeito combinado da emigração (*Migration*), das remessas (*Remittances*), da ajuda pública ao desenvolvimento (*Aid*) e da burocracia (*Bureaucracy*) (Bertram, 2006).

Mas, nas últimas décadas, as dinâmicas dos territórios insulares têm gerado mudanças importantes e por vezes muito rápidas, que levaram a que este modelo tenha deixado de ser adequado à realidade de muitos desses territórios. Na segunda metade do século XX mais de oitenta pequenos estados obtiveram independência política ou adquiriram importante nível de autonomia administrativa (de Albuquerque e McElroy, 1992). Esta realidade, em conjugação com a globalização e a evolução dos transportes e das comunicações, levou a importantes e rápidas mudanças. Segundo Briguglio *et al.* (2006, pp. iv-v),

> a resposta aos permanentes e novos desafios que os pequenos estados em desenvolvimento estão sujeitos apresenta um quadro misto. No lado positivo, alguns pequenos estados têm implementado programas de reformas económicas agressivas,

> melhorado o clima para o investimento e criado um ambiente propício ao desenvolvimento do setor privado, atualizando os seus sistemas de governança, expandindo a cooperação regional (…). Mas menor sucesso tem sido alcançado na articulação e implementação de mitigação de desastres naturais e de medidas de segurança e em muitos estados pequenos, o progresso no ajuste e reforma fiscal tem sido dececionante e a governança está muito longe do desejável.

As debilidades e limitadas opções de desenvolvimento económico levaram muitos territórios insulares de pequena dimensão a apostar na exportação de serviços, em particular nos financeiros e no turismo. Nos últimos 50 anos inúmeros pequenos territórios insulares tornaram-se importantes centros financeiros e paraísos fiscais[41], com muitos deles a apostar em simultâneo e em complementaridade no setor do turismo, como é o caso das Bermudas e das Ilhas Caimão (Hampton e Christensen, 2007). A maioria destes "*clusters* conhecidos por OFCs (*Offshore Financial Centres*) estão localizados em torno da periferia europeia (e.g. Ilhas do Canal, Ilha de Man, Malta e Chipre), no Caribe (Ilhas Caimão, Ilhas Virgens Britânicas, Baamas, Bermuda), no Pacífico (Vanuatu e Ilhas Cook) e no Oceano Índico (Maurícias e Seychelles) " (Hampton, 2002: 1657). Como evidencia Saliba (2007: 50), "o setor de serviços financeiros tornou-se na 'corrente sanguínea' da máquina económica de muitas jurisdições de pequenas ilhas na economia global de hoje". No mesmo sentido, Jankee (2006: 98) refere que

> o efeito do processo de globalização no setor financeiro em pequenos estados pode ser visto não apenas como o proporcionar de uma oportunidade para o crescimento económico através do desenvolvimento deste setor em particular, mas também como o aumentar da resiliência geral das pequenas economias em face das vulnerabilidades inerentes que enfrentam.

Segundo (Hampton, 2002: 1657), no início deste século, a "acumulação de riqueza realizada nestes paraísos fiscais em ilhas oceânicas era estimada em cerca de seis triliões de dólares dos EUA", verificando-se que muitas pequenas economias insulares estão significativamente dependentes desse setor, "com exemplos extremos em que mais de 90% das receitas do governo são provenientes de atividades do setor financeiro". Contudo, o mais comum é o setor financeiro representar cerca de 10% do PIB dessas economias (Saliba, 2007).

[41] Estes centros financeiros são sustentados numa reduzida jurisdição e tributação, especializando-se na prestação de serviços empresariais e comerciais de sociedades externas, sendo muitos deles localizados em ilhas de pequena dimensão, pelo que são geralmente conhecidos por paraísos fiscais *offshore*. Para além do setor financeiro e sede de empresas, alguns apresentam grandes vantagens para a inscrição de navios (e.g. Bahamas e Panamá) e aeronaves (e.g. Aruba, Bermudas e Ilhas Caimão) (Hampton, 2002).

Mas não há soluções mágicas nem generalizadas. O sucesso na aposta neste setor depende de um conjunto de fatores externos e internos. Se para diversos estados oceânicos de pequena dimensão a aposta em centros financeiros é um sucesso com significativa expressão na economia e emprego local, em muitos outros que tentaram essa via, "a atividade financeira é muito frágil, devido à sua suscetibilidade e à reputação e integridade da jurisdição de acolhimento" (Jayaraman, 1998 *op. cit.* Saliba, 2007: 42).

Segundo Hampton (2004 *op. cit.* Saliba, 2007: 43) "os anos dourados da finança *offshore* podem estar a chegar ao fim". De facto, desde 1998, e em particular depois do 11 de setembro de 2001, "uma série de iniciativas internacionais foram lançadas para combater as práticas fiscais prejudiciais, branqueamento de capitais e regulação financeira inadequada, o que se vai repercutir e transformar as economias de muitas pequenas economias insulares" (Hampton, 2002: 1657). Estas limitações e a forte concorrência entre os territórios que apostaram nestes centros financeiros, tornam difícil que outros consigam atualmente enveredar com sucesso por esta via, pelo que a aposta se passou a direcionar para o setor do turismo.

Estas duas apostas – setor financeiro e turismo, criaram novas oportunidades para os territórios e levaram a uma maior diferenciação das economias, com alguns investigadores a distinguirem dois grandes grupos, as designadas por PROFIT e as por STID. Para Baldacchino (2006a), as economias PROFIT[42], são as que apostam numa política externa proactiva suportada por taxas e impostos muito reduzidos, na atração de capitais e empresas estrangeiras, no desenvolvimento das acessibilidades e na flexibilidade laboral e de gestão dos recursos naturais. Nas economias STID[43], o turismo tornou-se no motor do desenvolvimento, mesmo que acompanhado por outros setores como o financeiro (McElroy, 2006).

Qualquer que seja a solução adotada, mais que os recursos e as condições geográficas, o desenvolvimento desses territórios depende de fatores internos a nível social e político, ou seja, da capacidade de organização e de promover políticas adequadas. Como evidenciam Briguglio e Cordina (2004), os pequenos estados que têm conseguido bons progressos em termos de desenvolvimento conseguem-no graças a uma boa governação, envolvendo o reconhecimento e a consciência das desvantagens associadas à sua reduzida escala e adotando políticas para minimizar ou resistir a essas desvantagens.

[42] PROFIT - People considerations (P), Resource management (R), Overseas engagement and ultra-national recognition (O), Finance, insurance and taxation (FI), and Transportation (T).

[43] STID - Small Tourism-driven Island Destination.

Apesar das múltiplas realidades e soluções de desenvolvimento dos territórios insulares, a investigação tem tentado desenvolver uma teoria social e económica sobre a insularidade. Mesmo que esta seja uma tarefa ainda sem sucesso (Santos, 2011: 17), têm sido muitos os contributos e avanços. A teoria e o objeto de investigação inicial, muito centrada nas limitações e vulnerabilidade destes territórios, evoluíram passando as preocupações a estarem mais direcionadas para encontrar oportunidades dentro de cada uma das realidades e a de tornar estes territórios mais resilientes, tendo como base os princípios da sustentabilidade (Briguglio e Kisanga, 2004; Guillaumont, 2007).

3.3.3 Desenvolvimento turístico nas ilhas de pequena dimensão

> "O turismo é o '*lifeblood*' da maioria dos pequenos estados insulares das Caraíbas".
>
> (Lewis, 2005)

Com a forte expansão e dispersão do turismo, a partir da década de 1950, este setor reforçou, ou constituiu-se, numa nova oportunidade para a economia de muitos territórios, entre os quais os insulares de pequena dimensão. Segundo McElroy (2003), a última e principal grande alteração económica nestes territórios tem estado particularmente ligada ao forte crescimento do setor do turismo que, em muitos casos, transformou completamente as economias locais. Entre os fatores que têm contribuído para essa transformação, destacam-se os seguintes:

- Forte expansão do turismo internacional;
- Melhoria das acessibilidades, sobretudo com a generalização da utilização do avião;
- Novas oportunidades de comunicação, promoção e acesso à informação, decorrentes da generalização do recurso à internet e do e-turismo;
- Aumento da procura de destinos alternativos;
- Fortes investimentos em empreendimentos turísticos em diversas ilhas tropicais, maioritariamente por capitais internacionais;
- Expansão acentuada do turismo de cruzeiros nas últimas duas décadas e com boas perspetivas de continuidade - crescimento anual de 8 a 15% (WTO, 2003);
- Elevada atratividade dos territórios insulares, associada às geografias mentais do turismo, nas quais as ilhas ocupam um lugar destacado.

Segundo Lowenthal (2007: 209) a sedução por estes territórios resulta, em parte, por serem percecionados como "repositórios de valores e modos de vida que noutros locais se perderam". Nesse mesmo sentido, Bernardie-Tahir (2005) refere que, perante uma sociedade predominantemente urbana e quotidianamente intensa, as ilhas representam simultaneamente locais de evasão e de busca de identidades perdidas. O encanto das ilhas está assim associado aos constrangimentos de desenvolvimento destes territórios, que mantêm muitos valores tradicionais, populações hospitaleiras e elevado nível de segurança. Tal como outros territórios remotos, as ilhas são nas geografias mentais do turismo espaços de escape, evasão e aventura, associados ao exotismo, beleza natural, culturas autênticas e descoberta. Neste sentido, o isolamento, desconhecido, natureza "virgem" e a autenticidade, são fatores indutores da atração turística. Contudo, o isolamento e a natureza são entendidos geralmente de forma fantasiosa pelos turistas, já

que, como defende Terrasson (2007), a maioria da população dos países desenvolvidos prefere uma natureza controlada e suavizada. Apesar de atraídos pelo exotismo das ilhas e uma natureza "virgem", muitos dos turistas acabam por se concentrar em sítios turísticos fortemente artificializados. É nestas "ilhas artificiais", dentro dos territórios e culturas insulares, que efetivamente se tem concentrado a maioria da procura turística. Segundo Pattullo (2003: 20), nos finais da década de 1980 a oferta de alojamento nas ilhas das Caraíbas era constituída maioritariamente por grandes e exclusivos empreendimentos turísticos de capitais internacionais, tendência que se acentuou na década seguinte e que em muitos casos domina quase por completo a oferta.

A procura dos espaços insulares foi fortemente incentivada por grandes campanhas de promoção que, desde a década de 1980, recorreram às características singulares desses espaços e à exploração da imagem mental associada ao exotismo e paraíso. Mas, efetivamente, o que ocorreu foi uma transferência para outros territórios, do mesmo tipo de procura e motivação predominante e associada ao turismo de massas e ao tradicional turismo de sol e praia (Consórcio GEOIDEIA *et al.*, 2002).

A expansão do turismo de cruzeiros tem igualmente contribuído para acentuar um modelo de turismo exógeno, com fortes impactes negativos a nível social, cultural e ambiental, em particular nas ilhas de pequena dimensão (UN-DESA, 2010), mas que se constitui cada vez mais como um produto importante para diversos destinos (Dowling, 2006; WTO, 2003). Mesmo considerando que apenas uma pequena percentagem do valor gerado por este produto fica nas regiões visitadas, quando multiplicado por milhares de passageiros pode ter importantes retornos para as economias locais. Segundo diversos estudos (CESD, 2006; ECC, 2011; OTL e APL, 2011), em média, as taxas de desembarque e os gastos por passageiro nos portos visitados varia entre 30 e 100 euros, sendo que nas pequenas economias insulares e em desenvolvimento o consumo local dos turistas e tripulantes é relativamente mais baixo do que em grandes cidades e países desenvolvidos (CESD, 2006; ECC, 2011). Este é um produto importante para muitas regiões insulares, em particular nas Caraíbas ou as ilhas mediterrânicas, mas para além dos impactes negativos é necessário considerar-se a sua viabilidade e retorno em relação aos elevados investimentos em infraestruturas, que crescem à medida que a dimensão dos navios assim o exige.

Em consequência da elevada procura turística de ilhas tropicais e dos modelos de desenvolvimento desses destinos, que tiveram essencialmente como base o turismo balnear de massas, muitos desses territórios encontram-se entre os que apresentam maior densidade turística à escada mundial, podendo encontrar-se "diversos SIDS na lista dos 25 destinos com mais visitantes por residentes" (UN-DESA, 2010: 18). Esta realidade conflitua

com a imagem mental de “ideal paradisíaco” associado às ilhas tropicais, e acentua-se quando confrontada com o ponto de vista das sociedades e economias locais (Bernardie-Tahir, 2011). A distorção parte tanto dos próprios turistas como dos operadores turísticos. Segundo Peron (2005), apesar da globalização e da elevada concentração turística em muitas ilhas, a promoção turística tem conseguido reforçar a imagem mental das ilhas como refúgios do mundo moderno. Para Baldacchino (2006c: 3) “esta associação entre as pequenas ilhas tropicais e a indústria do turismo, foi mesmo um dos melhores exercícios de marca na história do *marketing* de destino”. Os operadores e as agências de viagem tiveram um importante papel na difusão deste imaginário, com a proliferação de imagens de praias douradas banhadas por oceanos de azul-turquesa e coqueiros verdejantes.

Mas o movimento turístico para os pequenos territórios insulares é anterior a este ímpeto para as ilhas tropicais. As elites europeias e norte-americanas já no século XIX eram atraídas por alguns destinos insulares para gozarem férias, constituindo-se como destinos de saúde e climatismo, como era o caso da ilha da Madeira (Henriques, 2008). Após a segunda Guerra Mundial acentuaram-se as viagens para as ilhas periféricas das regiões mais desenvolvidas, nomeadamente para as ilhas mediterrânicas e para as subtropicais atlânticas como a Madeira e as Canárias, numa tendência de "empuxo contínuo para a periferia" (Butler, 2002: 3). Com climas amenos e soalheiros e ambientes salubres, tranquilos e seguros, alguns desses destinos tornaram-se importantes refúgios, inicialmente de classes abastadas, para depois se estenderem a uma classe média em forte crescimento. A ilha da Madeira é um excelente exemplo deste tipo de ilhas que se tornou rapidamente num dos principais destinos portugueses.

Posteriormente, com a expansão do tráfego aéreo e do turismo de cruzeiros, a procura de destinos insulares iniciou um período de forte crescimento. Entre 1970 e 2010 o número de chegadas nas Caraíbas passou de 4 para 23 milhões e o de passageiros em cruzeiros de 1,3 para 20 milhões (CTO, 2011). Atualmente o turismo tornou-se mesmo no principal setor dinamizador de muitas economias insulares de pequena dimensão e, em particular, dos SIDS. Segundo as Nações Unidas (UN-DESA, 2010: 16),

> muitos SIDS dependem do setor do turismo como motor para o desenvolvimento e crescimento económico. No entanto, a dependência do turismo é uma fonte significativa de vulnerabilidade económica para os SIDS, especialmente devido à alta volatilidade do crescimento das receitas do turismo. Com recursos limitados, que historicamente impediram a formação de uma base económica diversificada, entre outros fatores, os SIDS tendem a ser relativamente mais dependentes do turismo que outros estados. Em média, as receitas do turismo internacional foram responsáveis em 2007 por 51 % do total das exportações de SIDS (Figura 35), valor muito superior aos 10 % em outros países em desenvolvimento.

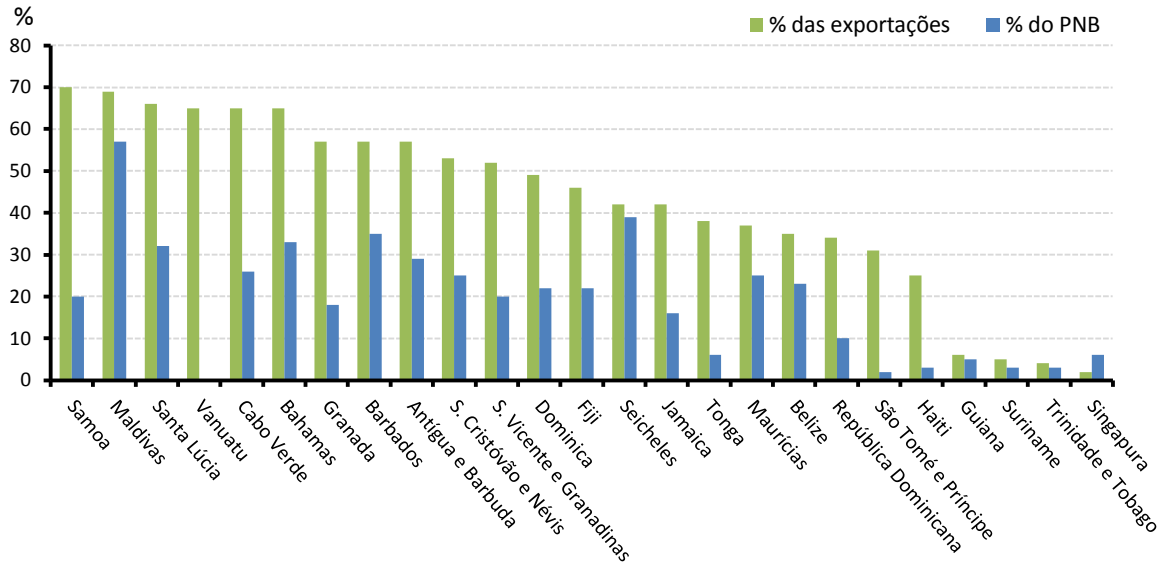


Figura 35 | Peso das receitas do turismo internacional nas exportações e contribuição para o PNB dos SIDS, em 2009 (UN-DESA, 2010: 16; World Bank, 2010)

Tanto pela atratividade associada à insularidade, como pela reduzida dimensão das economias, e pelas próprias limitações em encontrar outras alternativas económicas, algumas ilhas e estados insulares encontram-se entre as economias com as mais elevadas contribuições do turismo para o PNB e para o emprego (UNWTO, 2011b). Atualmente existem muitos pequenos estados insulares em que o setor do turismo é diretamente responsável por mais de 10% do PNB, chegando a mais de 50% (Figura 35), sendo em diversos países o setor que gera mais emprego (Jayawardena e Ramajeesingh, 2003; UN-DESA, 2010). Segundo Croes (2006), para além dos contributos diretos do turismo sobre o emprego e a economia local, a aposta no turismo apresenta outras grandes vantagens para as economias insulares de pequena dimensão:

- Aumenta a escala na procura de bens e serviços, permitindo a viabilização de diversos produtos e a redução de custos de produção;
- A abertura ao exterior e o incremento da concorrência podem levar ao aumento da eficiência e da qualidade, com a decorrente melhoria dos padrões dos serviços locais, que passam a competir com empresas internacionais com elevadas exigências e tecnologias avançadas;
- Os contributos indiretos do turismo estimulam muitos outros setores.

As transformações decorrentes da forte expansão da atividade turística em muitas das ilhas de pequena dimensão levaram a importantes mudanças socioeconómicas e mesmo da paisagem. Economias tradicionais, muito baseadas na agricultura e pescas, passaram a ter no turismo a sua principal atividade dinamizadora da economia, tanto diretamente como pelo efeito multiplicador associado a esta atividade.

Mas se é indiscutível que o turismo representa uma extraordinária oportunidade de desenvolvimento de muitos destinos insulares de pequena dimensão, não são de menosprezar as suas consequências negativas e novos desafios, que aportam problemas difíceis de superar:

- A excessiva dependência do setor do turismo acentua o risco e a vulnerabilidade económica, sendo aconselhável uma maior diversificação;
- Apesar das previsões otimistas de crescimento do turismo internacional, a primeira década deste século foi "caracterizada por um padrão de crescimento bastante irregular" (UN-DESA, 2010: 16);
- O crescimento muito acentuado da atividade turística suscita reservas pela sua potencial volatilidade (ciclo de vida dos destinos, crises internacionais, instabilidade política e social, catástrofes naturais) e por ser gerador de maiores impactes ambientais e socioculturais, comparativamente com situação de crescimento mais lento;
- Uma parte muito significativa da atividade económica gerada pelo setor do turismo é canalizada para o exterior, quer porque os principais investidores são frequentemente grandes companhias internacionais, quer pelo aumento das importações de bens destinadas aos turistas e decorrentes das alterações de hábitos de consumo dos residentes;
- Os pequenos países insulares apresentam grandes limitações de recursos financeiros necessários para o desenvolvimento de infraestruturas turísticas, o que limita a sua atratividade ou os obriga a ficar dependentes do investimento externo e de uma gestão geralmente contrária aos interesses das economias locais (Petrovic, 2004);
- Devido à sua reduzida dimensão, geografia e isolamento, muitos dos pequenos territórios insulares "são particularmente frágeis, tanto no que se refere ao nível ambiental, económico, cultural ou social" (Lombard e Labescat, 2010: 8). Por sua vez, os impactes sociais e ambientais decorrentes do crescimento da atividade turística, em muitos destinos, têm sido excessivos;
- Os efeitos das alterações climáticas são uma ameaça considerável em muitos destes territórios, tanto pela sua exposição à subida do nível do mar, como aos fenómenos naturais, que tendem a ser mais frequentes e intensos (Nath *et al.*, 2010).

Segundo Butler (1993), os impactes da atividade turística, no ambiente ou nas sociedades locais têm sido frequentemente descurados, especialmente nas fases iniciais do crescimento do turismo. Após uma fase inicial de euforia, rapidamente se percebeu que os impactes negativos desta atividade podem levar à degradação das condições que

sustentam o próprio turismo e que os resultados positivos podem não ser tão profícuos como esperado, em especial porque frequentemente o contributo direto para a economia e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais fica aquém do expectável (Scheyvens e Momsen, 2008). Segundo Curtis (2011), o aumento do fluxo de turistas e, em alguns casos, da emigração associada a este setor, têm contribuído para gerar importantes e nefastas alterações sociais e culturais.

Poluição, sobre-exploração de recursos locais, degradação de vastas áreas de recife, ocupação de extensas áreas costeiras por infraestruturas turísticas, desarticulação de economias locais, aumento significativo das importações e do custo de vida, importantes impactes socioculturais e redução da hospitalidade, são algumas ameaças associadas ao crescimento turístico, que têm particular expressão nas pequenas economias insulares (Briguglio *et al.*, 1996; Curtis, 2011; Nath *et al.*, 2010; Rietbergen *et al.*, 2007). Esses impactes, por vezes difíceis de corrigir, têm levado a que o turismo tenha passado a ser encarado, em diversos destinos e grupos de *stakeholders,* como um elemento invasor que se procura suportar por necessidade económica.

Em situações extremas, pode ocorrer uma excessiva degradação do ambiente e mesmo a "usurpação" de extensas áreas costeiras e de recursos, criando espaços culturalmente díspares, em que as populações locais são excluídas. Noutros locais o rápido crescimento do setor, associado à construção de infraestruturas e à oferta de serviços, incentivou a imigração, levando ao acentuar de conflitos com as comunidades locais, muitas vezes marginalizadas, por não quererem, ou conseguirem adaptar-se às necessidades deste setor.

De facto, após períodos de forte crescimento, muitos destinos insulares assistem nos últimos anos a um agravamento de problemas ambientais e sociais que, conjuntamente com o aumento da concorrência e alteração no perfil dos turistas e da procura, têm levado à perda de competitividade (Briguglio *et al.*, 1996).

Se atualmente é quase unânime a necessidade de se promover um modelo de desenvolvimento mais sustentável, que exige uma gestão turística e um planeamento proactivo direcionado para o desenvolvimento local, entre a teoria e a realidade continuam a existir importantes hiatos. Dependências externas, interesses instalados, governação desadequada, expetativas dos *stakeholders* e da população local frequentemente focados nos seus interesses e em resultados rápidos, e as limitações de gestão dos técnicos e políticos locais, são alguns dos principais constrangimentos a um desenvolvimento turístico mais sustentado.

O sucesso da atividade turística depende de muitos fatores relativamente objetivos, nomeadamente dos recursos locais, das acessibilidades e da posição geográfica. Contudo,

há outros fatores mais difíceis de controlar, designadamente a imagem percebida pelo mercado, notoriedade, acesso aos mercados e investimentos externos, interesse dos operadores e até a "sorte" de se constituírem destinos de moda. Como enfatizam Baldacchino e Milne (2000) o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento assente no turismo está igualmente dependente de alguma sorte.

É ainda necessário considerar a existência de realidades e dinamismos espaciais e temporais muito diversificados, o que leva a que a estratégia de desenvolvimento turístico deva ser adaptada a cada uma das realidades. Destinos exclusivos, turismo de sol e mar massificado mas com boa relação de preço qualidade e com impactes sociais e ambientais suportáveis, turismo de cruzeiros em que se asseguram taxas ambientais a reverter para projetos de desenvolvimento local, diversificação de produtos e aposta em novos nichos, ecoturismo e turismo de baixa densidade, são múltiplas as possibilidades, que se ampliam à medida que a concorrência aumenta e o perfil e motivação dos turistas se diversifica.

O aumento da concorrência e a tendência para a segmentação têm levado ao surgimento de destinos cada vez mais especializados e direcionados para o turismo de nichos, muito focalizados em potencialidades locais e em vantagens competitivas que os seus territórios, posição ou culturas permitem explorar. Destinos de mergulho, de surf, *resorts* construídos em cima da água, ecoturismo, são alguns dos nichos de novos ou renovados destinos insulares. Segundo Simões e Ferreira (2009: 7), a aposta no turismo de nichos "configura uma nova oportunidade de inovação e de alavancagem do processo de desenvolvimento, não apenas turístico, mas também territorial".

Para corrigir erros do passado e se adaptarem às novas premissas de desenvolvimento, muitos destinos necessitam de investir na adaptação ou alteração do seu modelo de desenvolvimento turístico, apostando na redução dos impactes negativos, na qualidade, na promoção do aumento dos gastos dos turistas e, especialmente, no direcionamento de muitas das vantagens turísticas para a população local, procurando em simultâneo sinergias com outros setores que possam promover a diversificação da economia, ou seja a aposta num modelo de desenvolvimento mais responsável e sustentável (Hampton e Christensen, 2007; Sheldon, 2005).

Apesar da unanimidade em torno de uma abordagem renovada ao turismo com maior enfoque na sustentabilidade, segmentação e qualidade, as estratégias de cada destino são diversificadas. Enquanto alguns investigadores defendem que um modelo centrado na procura pode trazer riscos elevados, já que frequentemente é direcionado para uma estratégia a curto prazo e a sustentabilidade só pode ser garantida com um planeamento a longo prazo (António *et al.*, 2007), outros consideram que um modelo com base "na procura é mais apropriado para a economia das pequenas ilhas em período de

globalização" (Croes, 2006: 454). Segundo este autor, a forte procura de destinos insulares cria uma janela de oportunidade para os que conseguirem promover-se junto dos principais mercados, levando-os a ganhar vantagens competitivas imediatas, como o aumento da procura e do investimento externo em equipamentos turísticos. Este tem sido o modelo mais generalizado que levou a crescimentos acentuados, mas igualmente a elevados impactes negativos, pelo que é geralmente considerado ultrapassado. Todavia, é ainda necessário considerar-se que, para diversos produtos e destinos, este poderá continuar a ser um modelo adequado, caso seja suportado por um planeamento e uma gestão turística que procure reduzir os seus impactes negativos e incremente as vantagens para as economias locais.

Considerando a existência de realidades muito distintas entre os territórios insulares, em particular no que se refere ao isolamento, dimensão e clima, é compreensível que os modelos e medidas mais adequadas para promover o desenvolvimento turístico sejam também diversificados.

3.3.4 Ilhas de águas quentes versus águas frias

Não só a geografia mental do turismo insular está direcionada para o idílico tropical, como a nível da investigação e do planeamento turístico, a maioria dos estudos sobre o desenvolvimento turístico das ilhas de pequena dimensão abrangem essencialmente ilhas localizadas em regiões quentes ou subtropicais (Baldacchino, 2006b). Segundo Henriques (2009: 129) "contrariamente às 'ilhas de água quente', o turismo nas 'ilhas de água fria' só há relativamente pouco tempo começou a adquirir expressão". Para Gössling e Wall (2007) as ilhas de águas frias podem mesmo ser encaradas como "contra-lugares" em comparação com os destinos de águas quentes. Atualmente é aceite que os destinos insulares "de águas" frias justificam uma abordagem particular por apresentarem algumas características determinantes, que as distinguem das 'ilhas de água quente' (Baldacchino, 2005; Baum, 2000; Butler, 2006; Henriques, 2008).

Clima e natureza "agrestes", temperaturas da água do mar pouco apelativas para o turismo balnear e baixa densidade populacional, são algumas das características marcantes destes lugares que condicionam o desenvolvimento turístico. A limitação ou ausência do produto balnear e as condições atmosféricas frequentemente adversas justificam, desde logo, que as ilhas de águas frias apresentem importantes condicionantes para a expansão da atividade turística. Deste modo o desenvolvimento desta atividade está essencialmente associado ao turismo de nichos, destacando-se o turismo cultural, tendo como base a história e a cultura local e, em particular, os na natureza e de aventura, tanto no que se refere à observação da paisagem e da fauna, como a prática de alguns desportos na natureza (Baldacchino, 2006b).

Apesar da individualização deste grupo de ilhas de águas frias se justificar, também ele engloba realidades e potencialidades turísticas distintas. Desde logo pela diversidade das ilhas, com a maioria a ser desabitada e em regiões de climas frios, contrastando com outras ilhas de regiões temperadas, que são importantes destinos turísticos.

A literatura considera como águas frias as ilhas banhadas por águas com temperatura que não são propícias a que se nade nelas (Baldacchino, 2006c). Embora útil, esta definição é demasiado vaga e frágil, desde logo pela existência de temperaturas intermédias e variações sazonais. Geralmente temperaturas até aos 20 a 22 graus centígrados são consideradas águas frias. Contudo, durante o verão há importantes destinos balneares com temperaturas entre os 16 e os 20º C, como é o caso da costa ocidental de Portugal Continental. Destinos como Malta, Açores, Maldivas ou as Feroé, apresentam temperaturas da água do mar ao longo do ano bastante distintas e potencialidades e produtos turísticos também muito diferenciados. Praias apelativas, sol e temperaturas atmosféricas relativamente elevadas, são igualmente importantes elementos que condicionam a oferta do turismo balnear.

A temperatura da água do mar depende de vários fatores, em especial da latitude, da extensão dos oceanos e mares e das correntes oceânicas. Por sua vez, é difícil estabelecer um limite preciso da temperatura que possibilita ou é agradável para a prática de banhos, porque isso varia de pessoa para pessoa, existindo ainda outros fatores a considerar, como a exposição solar, a temperatura ambiente, o vento e as diferenças climáticas entre as regiões de origem e de destino dos viajantes. Deste modo, considera-se ser mais adequado ampliar a divisão em águas quentes, frescas e frias, ou de forma ainda mais detalhada, como se apresenta no quadro 7.

Quadro 7 | Proposta de classificação das águas do mar considerando o conforto para banhos

Classificação	Quentes		Frescas	Frias	
	Quentes	Tépidas	Frescas	Frias	Muito frias
Temperaturas	> 26ºC	22 a 25ºC	16 a 21ºC	10 a 15ºC	< 10ºC

Genericamente poderá considerar-se que as ilhas de águas quentes estão localizadas nas latitudes baixas e médias em climas quentes e subtropicais, as frias nas latitudes elevadas de climas frios e temperados e as frescas nas latitudes médias em climas temperados e subtropicais. Nesse sentido, as ilhas de águas quentes são propensas ao turismo de sol e mar ao longo de todo o ano, enquanto as de águas frescas apenas durante a estação quente.

A justificação da literatura apenas considerar dois grupos de ilhas (o de águas frias e o de águas quentes) poderá prender-se tanto por serem os mais facilmente individualizados, como pelo facto da zona latitudinal correspondente às ilhas de águas frescas ser relativamente estreita e com um limitado número de ilhas. Há ainda a considerar a variação sazonal da temperatura da água do mar, podendo uma região durante uma época do ano ser banhada por águas frescas e noutra quentes, como acontece nas ilhas do mediterrâneo e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Assim, justifica-se a individualização de um grupo de ilhas de transição, nas quais o produto balnear apresenta diversos condicionantes, podendo apenas ser expressivo no período de verão, ou mesmo não se constituir como um dos principais produtos desses destinos. Os fatores de atratividades deste grupo de ilhas está frequentemente centrado no turismo na natureza, náutico e cultural, afirmando-se em vários segmentos do turismo de nichos. Se é reconhecido existirem potencialidades turísticas mais limitadas nas ilhas de águas frias e em algumas de transição, é de destacar que estas poderão beneficiar da massificação de muitas ilhas de águas quentes, afirmando-se como lugares autênticos, verdadeiros e últimos refúgios de um quotidiano fervilhante associado à globalização e ao modo de vida urbano.

3.4 TURISMO NA NATUREZA

> Existe um consenso geral de que o turismo na natureza é um segmento importante da indústria do turismo e que, desde finais do século passado, tem crescido a um ritmo mais acelerado que a média do setor.
>
> (Mehmetoglu, 2007: 651)

3.4.1 Emergência e conceptualização do turismo na natureza

Desde as últimas décadas do século XX que se assiste a importantes alterações das dinâmicas do lazer e do turismo, associadas a uma maior consciência ambiental e à valorização da atividade física. Estas mudanças, conjugadas com a comercialização da "natureza" como bem de consumo e a melhoria nas acessibilidades, têm levado à expansão do turismo na natureza e consequentemente ao aumento da procura de territórios naturais e de aventura. Segundo a UNEP,

> o turismo de massa atingiu um estado de crescimento estável. Em contraste, o ecoturismo, o turismo natureza, de património, cultural e a "soft adventure" estão a adquirir a liderança, sendo previsto um rápido crescimento para as próximas duas décadas. Estima-se que a despesa global com ecoturismo esteja a aumentar cerca de seis vezes a taxa de crescimento global do setor do turismo. (UNEP, 2011a: 419)

Para Buckley (2003: 1) o "turismo baseado no ambiente é uma enorme indústria internacional com consequências económicas, sociais e ambientais relevantes, tanto à escala local como global". Contudo, quando se pretende quantificar o crescimento e importância do turismo na natureza, os valores disponíveis são muito variáveis. Segundo Mehmetoglu (2007) e Nyaupane *et al.* (2004), o turismo na natureza tem crescido desde os finais do século XX, 10 a 30% ao ano, enquanto a consultora THR[44] considera que "as viagens de turismo de natureza têm registado um crescimento situado à volta dos 7% ano entre 1997 e 2004" (THR, 2006a: 9).

No que se refere à dimensão da procura, os valores são ainda mais diversificados. Page e Dowling (2002) indicam a existência de referências que apontam para que este produto seja a principal motivação de viagem desde 1 a 2% dos turistas internacionais, até 20 a 40%, dependendo da fonte, metodologias e do destino. Segundo a *Travel Industry Association of America* (*op. cit.* Nyaupane *et al.*, 2004), nos EUA, o turismo na natureza é o segundo propósito para as viagens turísticas, representando cerca de 17% dessas viagens.

[44] Segundo estudo realizado pela THR - Asesores en Turismo, Hotelería y Recreación, S.A., para o Turismo de Portugal, referente ao turismo de natureza e associado ao PENT.

De acordo com a THR o turismo de natureza é a principal motivação de viagem para 9% dos turistas europeus (THR, 2006a), enquanto a Sociedade Internacional de Ecoturismo defende que "60% dos turistas internacionais podem ser considerados turistas na natureza" (Mehmetoglu, 2007: 651). Segundo Filion *et al.* (1994, *op. cit.* Nyaupane *et al.*, 2004) a importância deste segmento varia de região para região, verificando-se que, em alguns países, este segmento representa de 40% a mais de 60% dos turistas internacionais. A variabilidade regional é assim dos fatores mais relevantes quando se analisa a importância deste segmento, existindo regiões e países em que o turismo na natureza tem uma expressão residual, enquanto noutros ele representa a principal motivação de visitação, como é o caso da Austrália, Costa Rica, Escócia e Nova Zelândia (Quadro 8).

Quadro 8 | Importância do segmento turismo na natureza na motivação dos turistas

País	Ano	Turistas internacionais	Turistas domésticos	Fonte
Austrália	2009	64 %	19% (das dormidas)	(Tourism Australia, 2009)
Costa Rica	2009	Superior a 40%	-	(ITC, 2009 *op. cit.* Villalobos-Céspedes *et al.*, 2012)
Escócia	2007	67%	44%	(Bryden *et al.*, 2010; TNS, 2008)
Nova Zelândia	2008	70 %	22% (das viagens)	(Ministry of Tourism, 2009)

A variabilidade observada resulta de diversos fatores que dificultam o estabelecimento de comparações, nomeadamente a utilização de critérios distintos para recolha da informação e não ser adotada uma conceção comum do produto turismo na natureza (Curtin, 2010; Jamal *et al.*, 2003). Leidner (2004: 20) realça também a dificuldade de associar as viagens a um produto turístico específico, dado que normalmente os turistas "preferem satisfazer uma combinação de interesses durante a mesma visita". Acresce que conceptualmente muitos dos produtos se sobrepõem (e.g. ecoturismo, turismo na natureza, turismo de aventura, turismo rural, etc.), resultando numa "mistura muito heterogénea de diferentes segmentos de mercado, que atraem pessoas distintas com diversas motivações" (European Commission, 2002: 4). Assim, a segmentação do mercado turístico em produtos é frequentemente forçada, quer pela sobreposição referida, quer por muitos dos consumidores serem motivados pela conjugação da oferta e diversificação de interesses (Leidner, 2004). É certo que existe um mercado especializado, direcionado para os consumidores aficionados, mas, a maioria dos visitantes de áreas naturais não está interessada exclusivamente nas atividades na natureza, sendo recomendável que os destinos que têm como núcleo o património natural procurem incorporar na oferta elementos culturais e de lazer (Mehmetoglu, 2007).

Apesar da disparidade dos valores de crescimento e importância deste produto, parece existir consenso de que, nas últimas duas décadas, o turismo na natureza tem vindo a crescer a um ritmo significativamente superior à média do setor e que se perspetiva a manutenção dessa tendência para os próximos anos (Buckley *et al.*, 2003; Campbell, 1999; Cunha, 2003; Hill e Gale, 2009; Kuo, 2002; Nyaupane *et al.*, 2004; Page e Dowling, 2002; Ryan *et al.*, 2000; WTO, 2001b).

Em face das limitações referidas, julga-se importante, como ponto de partida para qualquer estudo que tenha como abordagem o turismo na natureza, apresentar a terminologia utilizada, descrevendo o seu significado e esclarecendo o nível de abrangência deste produto. Recorrer a definições internacionalmente aceites é especialmente importante para viabilizar a realização de medições sistemáticas e comparáveis a nível regional e internacional. Esta condição é indispensável para no futuro se conseguir estimar com alguma fiabilidade a importância deste produto, reduzindo a incerteza no planeamento e permitindo atuar na gestão de forma a "ajudar a reduzir conflitos com os utilizadores de outros recursos, identificar os segmentos de mercado, contribuir para um desenvolvimento mais sustentável e monitorizar a evolução ao longo do tempo" (Fredman e Tyrväinen, 2010: 182).

A terminologia mais comum para o produto turismo na natureza é bastante diversificada, destacando-se para além desta, as expressões turismo na natureza, turismo natureza, turismo de natureza e turismo em espaços naturais [45]. Estes termos são usados tanto como sinónimos, como representando conceitos relativamente distintos. Existe ainda um role de outras expressões que são utilizadas como sinónimos de turismo na natureza, ou estão muito interligados, nomeadamente turismo ecológico, suave, verde, apropriado, de aventura, alternativo, de nichos, discreto, responsável, sustentável, ativo e rural, e ainda ecoturismo e atividades ou desporto na natureza e de aventura.

Quanto à definição de turismo na natureza, continua a não existir consenso nem uma proposta de taxonomia aceite internacionalmente (Fredman *et al.*, 2009; Hill e Gale, 2009; Mehmetoglu, 2007; Weaver *et al.*, 1999). Através da revisão bibliográfica, foram encontradas inúmeras definições de turismo na natureza, ou de natureza, das quais se apresenta no quadro 9 uma seleção que abrange as aceções mais relevantes, ordenadas pelo ano de publicação. Estas definições apresentam conceções e níveis de abrangência distintos consoante os autores, verificando-se que algumas enfatizam a componente territorial (visitação a áreas naturais), outras focam a participação em atividades ou em

[45] Em inglês os termos mais comuns são "nature-based tourism" e "nature tourism".

experiências relacionadas com atrativos naturais e outras incorporam a componente relacionada com a sustentabilidade.

Quadro 9 | Definição de turismo na natureza

Graburn (1983)	O turismo na natureza é o turismo praticado em áreas predominantemente naturais, podendo ser dividido em turismo ecológico e ambiental.
Lucas (1984 *op. cit.* Valentine, 1992: 108)	Turismo na natureza é o turismo que é baseado na apreciação de áreas naturais e na observação da natureza e tem um baixo impacte ambiental.
Laarman e Durst (1987 *op. cit.* Mehmetoglu, 2007: 651)	Turismo na natureza é um tipo de atividade turística que contém três elementos específicos: educação, animação e aventura.
Valentine (1992: 108)	Turismo na natureza está principalmente associado à fruição direta de algum fenómeno da natureza relativamente intacto.
Lang e O'Leary (1997)	Os turistas com base na natureza são os que viajam para áreas ou destinos naturais.
Turismo de Portugal e ICNF (Decreto-lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro; Decreto-lei n.º 108/2009, de 15 de maio)	Turismo de natureza é o produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas protegidas, ou noutras áreas com valores naturais, desde que sejam reconhecidas como tal pelo ICNB [atual ICNF].
Mckercher (2002: 17)	O turismo na natureza engloba o ecoturismo, turismo de aventura, turismo educacional e uma profusão de outros tipos de experiências proporcionadas pelo turismo ao ar livre e alternativo.
Macouin e Pierre (2003: 1)	Turismo de natureza é a forma de turismo em que a motivação principal é a observação e interpretação da natureza.
Tourism Victoria (2008: 10)	Turismo na natureza é qualquer tipo de turismo que se baseie em experiências diretamente relacionadas com atrativos naturais.
Fredman *et al.* (2009, pp. 24-25)	Turismo na natureza são as atividades humanas decorrentes da visitação de áreas naturais em lugares diferentes do ambiente habitual dos visitantes.
Bryden *et al.* (2010: 2)	Turismo na natureza na Escócia é considerado todo aquele que implica pernoita relacionada, no todo ou em parte, ao património natural da Escócia.

Considerando as definições apresentadas, e seguindo a abordagem adotada em alguns dos principais destinos na natureza (Austrália, Nova Zelândia, Suécia, Escócia), considera-se apropriado adotar uma definição de turismo na natureza abrangente e estritamente associada ao setor. Desta forma, neste estudo considera-se que o **turismo na natureza é constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais**. Para além da adoção de uma noção de turismo na natureza é ainda necessário estabelecer uma delimitação concetual clara do nível de abrangência e de sobreposição com outros produtos. Como referem Weaver *et al.* (1999: 26), "a maioria do turismo

internacional incorpora pelo menos alguma exposição às experiências na natureza, embora geralmente como componente secundária ou de diversão". A intensidade de incorporação da natureza, tanto a nível geográfico como das representações, em cada tipo de atividades, é um fator fundamental na decisão sobre quais os grupos de atividades é que devem ser incorporados dentro do turismo na natureza. Mas, existem outras que poderão ser enquadradas em mais de que um produto, pelo que a segmentação dos produtos turísticos e a classificação das atividades dentro destes é um processo complexo e evolutivo, dependendo de muitos fatores. Assim, importa analisar um conjunto de problemas e paradoxos associados à conceptualização e desenvolvimento deste produto.

Definição e delimitação de área natural e do produto turismo na natureza

Parece existir consenso relativamente ao foco territorial do turismo na natureza, mas a aceção de área natural não é simples (Weaver *et al.*, 1999). A classificação e, em particular, a perceção de um espaço como natural dependem de vários fatores de âmbito ambiental, social, cultural e psicológico. Como referem Waitt *et al.* (2003) as paisagens são interpretadas, entendidas e consumidas como espaços com diferentes níveis de representação. Estes autores observam ainda que, para além de questões meramente ecológicas, há a considerar tanto as questões inerentes à construção social da natureza, como das estratégias de *marketing*, que em muitos casos têm procurado naturalizar paisagens humanizadas, apresentando-as mesmo como selvagens.

Se for seguida uma abordagem funcional, a visitação a territórios classificados como áreas protegidas, independentemente de serem mais ou menos humanizadas, é geralmente integrada dentro do turismo na natureza, enquanto as áreas rurais tanto podem ser enquadradas no âmbito do turismo rural, como no turismo na natureza.

Mesmo que se opte por uma abordagem sobre as características físicas e ecológicas do ambiente, também não é fácil encontrar uma metodologia universal para delimitar geograficamente o território natural. Não há dúvida que os grandes espaços africanos constituídos por estepes e savanas povoados de animais selvagens, as florestas tropicais e as grandes cordilheiras, são ambientes que se enquadram dentro da classificação de territórios naturais. Contudo, territórios como a paisagem do Douro Vinhateiro, ou os campos de pastagens nos Açores, que são territórios significativamente moldados pela ação humana, podem tanto ser considerados áreas rurais, como naturais. Atualmente é comum classificar esses territórios como paisagens culturais, constituídos como espaços de ação, quer do turismo rural, quer do turismo na natureza. Como referem Weaver *et al.* (1999), à escala continental os territórios estritamente naturais variam entre os 100% na Antártida a 7% na Europa, mas caso se considere uma perspetiva mais abrangente do

espaço natural, incluindo as áreas protegidas, todas as áreas florestadas e os territórios rurais menos humanizados, cerca de 50% da superfície terreste do planeta poderá ser considerada como ambiente natural.

Caso a distinção seja pelo lado das atividades, existem algumas que se enquadram especificamente no turismo rural, como o agroturismo e o turismo comunitário, mas a maioria das atividades turísticas que decorrem no espaço rural podem enquadrar-se igualmente no âmbito do turismo na natureza. A própria noção de turismo rural também não é suficientemente diferenciadora da de turismo na natureza, como se pode constatar pelas seguintes definições:

> Turismo rural é o conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais (Art.º1 Decreto-lei n.º 54/2002, revogado pelo Decreto-lei n.º 39/2008).
>
> Turismo rural, na sua definição mais ampla, é simplesmente a prática do turismo no espaço rural (em oposição ao urbano), independentemente da forma. Quando se acrescentam outros critérios que procuram restringir esta denominação de 'rural' a determinados comportamentos apenas qualitativos (respeito pela tradição, etc.), como faz a Associação Francesa, o turismo em espaço rural passa então a ser semelhante ao conceito de ecoturismo. Por sua vez, o turismo verde é praticamente sinónimo de turismo rural. Já o conceito de agroturismo é um segmento mais fácil de se individualizar, consistindo na prática de turismo diretamente relacionado ao mundo das explorações agrícolas, afirmando-se como atividade complementar à agricultura (OMT, 2002b, pp. 14-16).

Sustentabilidade do turismo na natureza e ecoturismo

Nos países em que o turismo na natureza está mais ligado ao ecoturismo ou aos territórios com estatuto de áreas protegidas, como é o caso de Portugal, procura-se restringir, ou conotar este produto turístico como sustentável. Muitos dos destinos que adotam uma noção mais abrangente do turismo na natureza, procuram promover este produto como amigo do ambiente e enquadrado no turismo alternativo e de nichos. Contudo, a realidade pode ser bastante distinta, podendo o turismo na natureza ser fonte de importantes impactes negativos para o ambiente, o que se agrava quando ocorre em espaços frágeis e com baixa capacidade de carga (Buckley, 2000; Dearden e Rollins, 2009; Rollins *et al.*, 2009; Valentine, 1992).

Perante esta realidade e a par de uma adequada gestão do território, é fundamental que as atividades integradas no turismo na natureza sejam devidamente planeadas e geridas de forma responsável, para se poder reduzir os impactes negativos e estimular a valorização e conservação do ambiente. Há contudo, um conjunto de atividades, nomeadamente as

motorizadas (moto 4, todo-o-terreno, etc.), as consumidoras de recursos naturais (caça, pesca, colheita de bagas) e algumas de aventura, "especialmente quando 'fora de pista' (esqui, ciclismo de montanha, etc.) que podem ser muito destrutivas, mesmo em pequenas quantidades" (European Commission, 2002: 6).

A opção de considerar o turismo na natureza mais ou menos sustentável vai ter implicações na sua territorialidade e segmentação. Com o objetivo de diferenciar dentro deste produto um segmento mais sustentável, na década de 1980, diversos autores começaram a defender a utilização do conceito de turismo ecológico, que posteriormente evoluiu para ecoturismo. O arquiteto e ambientalista Héctor Ceballos-Lascurain foi pioneiro neste tema, sendo-lhe atribuída a primeira definição de ecoturismo. Num artigo publicado em 1987, este autor refere que o ecoturismo é o "turismo que envolve viajar para áreas naturais pouco perturbadas ou contaminadas com o objetivo específico de estudar, admirar e apreciar a paisagem e suas plantas e animais selvagens" (Ceballos-Lascurain, 1987 *op. cit.* Higham, 2007: 2).

Posteriormente, esta definição foi adaptada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), que considera o ecoturismo

> como a viagem e a visitação ambientalmente responsável a áreas naturais pouco perturbadas, a fim de desfrutar, estudar e apreciar a natureza (e todos os recursos culturais associados - do passado e do presente), que promovam a conservação, tenham baixo impacte negativo e providenciem um envolvimento socioeconómico ativo e benéfico para as populações locais (Ceballos-Lascurain, 2008: 193).

O ecoturismo ganhou maior relevância com a realização da Conferência Mundial do Ecoturismo, em 2002 (Ano Internacional do Ecoturismo), na qual foi aprovada a "Declaração de Ecoturismo do Québec". Nesta conferência, organizada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e pela Organização Mundial do Turismo, foi considerado que

> o ecoturismo abrange todas as formas de turismo centradas na natureza, em que a motivação principal é a observação e apreciação desta e das culturas que vivem nas áreas naturais. Assim, o ecoturismo é geralmente organizado para grupos pequenos e inclui uma componente de educação e interpretação. Deve ter um impacte positivo sobre o ambiente natural e cultural, e os efeitos negativos devem ser limitados e controlados (OMT, 2002a: 110).

O ecoturismo apresenta-se assim como uma forma de turismo na natureza responsável, de baixo impacte e preferencialmente positivo, que envolve educação e interpretação do ambiente e promove benefícios para o ambiente e populações locais. Para Honey (2002, *op. cit.* Christ *et al.*, 2003: 4) o ecoturismo é bastante mais que simplesmente outro nicho

turístico, “é uma filosofia, um conjunto de práticas e princípios que, se devidamente entendido e aplicado, vai transformar a nossa forma de viajar”. Frequentemente, este nicho confunde-se com o próprio conceito de turismo sustentável ou responsável, mas distingue-se destes por “se aplicar de forma privilegiada aos espaços naturais, enquanto a noção de turismo sustentável se aplica a todas as formas de turismo: estações balneares ou de montanha integradas, turismo urbano, (…), etc.” (OMT, 2002b: 18).

Em resultado da maior consciencialização ambiental e da valorização dos espaços naturais por parte de muitos turistas, nas últimas décadas, o segmento do ecoturismo tem crescido de forma muito expressiva.

Se os dados sobre a procura associada ao segmento do ecoturismo apontam para um crescimento muito expressivo deste nicho e para a sua consolidação como produto turístico, é importante considerar que “os resultados das investigações e avaliações de mercado de ecoturismo continuam a ser muito diversificados, tal como os métodos de estudo e as fontes de informação” (OMT, 2002a: 126). Em parte isso resulta de ainda não existir uma definição precisa e consensual de ecoturismo, apesar de ser globalmente aceite que é um nicho estritamente associado ao turismo na natureza responsável e que visa promover a educação e interpretação ambiental (Buckley, 2004; Ceballos-Lascurain, 2008; Fennell, 2003; Hill e Gale, 2009; Stronza e Durham, 2008; Weaver, 2001; Wood, 2002).

Segundo Leidner (2004: 139) “em alguns países o ecoturismo é considerado como o turismo em áreas naturais protegidas”, e este segmento abrange algumas das “atividades mais promissoras para as áreas protegidas poderem gerar benefícios tangíveis e sustentáveis” (Llewellyn, 2010: 8). Contudo, este é um produto que pode ocorrer em qualquer espaço natural relativamente preservado, constituindo-se como importante fonte de oportunidade para diversos territórios naturais, independentemente do seu estatuto de proteção. O ecoturismo tem mesmo liderado a introdução de práticas sustentáveis no setor do turismo e, em simultâneo com o turismo na natureza, pode ser um importante estímulo para a conservação ambiental, não só pela introdução de boas práticas, como por impulsionar ações específicas com fins de conservação e ser a garantia económica dos investimentos necessários para o desenvolvimento dessas ações (OMT, 2002a).

Apesar de ser comum considerar-se o ecoturismo como uma forma de turismo sustentável, esta visão não é isenta de críticas, em particular caso se considere a viagem no seu todo. Frequentemente, os ecoturistas e turistas na natureza deslocam-se grandes distâncias para chegarem aos seus destinos preferidos e isso é gerador de importante pegada ecológica. Mesmo a nível local, os impactes negativos podem ser consideráveis, até nas expressões mais ecológicas de visita (Farrell e Marion, 2002). A necessidade de construção de alojamentos e outros equipamentos de apoio e a passagem e presença dos

turistas é sempre geradora de algum impacte. Desta forma é preferível evitar o termo de turismo sustentável que é mais "exigente" ou mesmo utópico, substituindo-o por turismo responsável, considerando-o como o que se preocupa com a minimização dos impactes negativos e promoção dos positivos. Assim, partindo de uma abordagem ecocentrista, considera-se mais adequado segmentar o turismo na natureza em três grupos (Figura 36). O turismo na natureza responsável é entendido como todas as visitações a espaços naturais com impactes aceitáveis que cumpram as restrições e regras de boas práticas definidas, enquanto o ecoturismo é limitado às práticas que tenham como fim o de desfrutar, estudar e apreciar a natureza e que incluam preocupações de conservação ou benefícios para as comunidades locais, pelo que são excluídas muitas das atividades de animação e desporto na natureza, mesmo com baixo impacte.

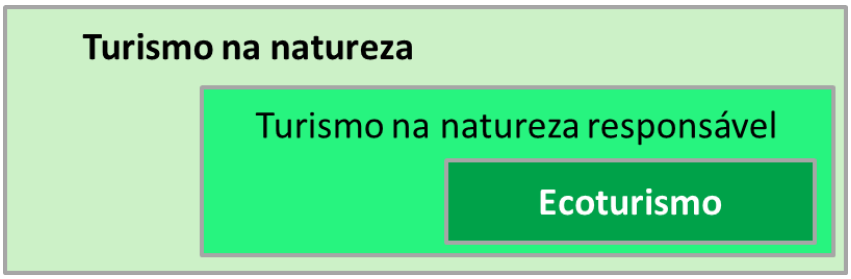


Figura 36 | Do turismo natureza ao ecoturismo

Outro problema gerador de tensão resulta de "muitas empresas utilizarem a marca ecoturismo sem que cumpram os princípios a ela associados. Esta divergência pode ser explicada propositadamente por motivos de promoção, como pelo desconhecimento das práticas de ecoturismo" (Rollins *et al.*, 2009: 337).

Alguns autores (Chazaud e Penel, 2005; Colson *et al.*, 2012; Penel, 2005) referem ainda o paradoxo resultante da tendência de se recriar o turismo na natureza e, em particular, de aventura nas áreas urbanas, criando parques de aventura e florestais, aquários e os tradicionais jardins zoológicos. Em simultâneo, também se verifica a tendência oposta de excessiva humanização, e até massificação de alguns espaços naturais. Segundo Chazaud e Penel (2005: 51) "o parque de diversões introduziu um novo modelo de recreação coletiva, em linha com o modelo de centro de férias iniciado pelo *Club Med* na segunda metade da década de 1950, (…) que se reflete na supremacia do urbano sobre o rural". Assim, ao mesmo tempo que cresce a procura de territórios naturais autênticos e se reforça a preferência por viagens individuais ou em pequenos grupos, verifica-se a massificação e artificialização da natureza com construção de infraestruturas e equipamentos necessários para apoio aos turistas, como ocorre nas estâncias de esqui, ou nos parques de aventura.

Acesso ao meio

Um dos aspetos particulares do turismo na natureza está associado à dispersão e extensão territorial dos recursos naturais que suportam este produto turístico e que implicam uma gestão difícil desses territórios. Enquanto é fácil para o turista ter uma perceção clara sobre a dimensão física e regras de acesso a recursos turísticos como monumentos ou equipamentos turísticos, o mesmo já não acontece num território vasto que frequentemente não é delimitado. Contudo uma parte significativa desse espaço natural está sujeito a regras de acesso e utilização (interdição, restrições de acessos ou de uso), especialmente quando se tratam de áreas protegidas e de propriedades privadas. As dificuldades de acesso a esses espaços são ainda mais complicadas quando a gestão desses territórios é realizada por diversas entidades (e.g. ambiente, florestas, recursos hídricos, a nível nacional ou regional, privados, associações, militares, etc.). Frequentemente, esses territórios não estão vedados ou não existe informação nos pontos de acesso e as condicionantes são desconhecidas. As dificuldades para saber quais as entidades responsáveis por esses territórios e como as contactar, conjuntamente com as restrições de acesso e de uso, são frequentemente geradoras de conflito (Fredman *et al.*, 2009).

A adoção de estratégias de comunicação adequadas, a justificação das restrições e a criação de condições de visitação são medidas importantes na gestão dos visitantes e fundamentais para os sensibilizar a adotarem boas práticas (Antolini, 2009). Nas áreas protegidas, frequentemente, as condicionantes de acesso são mais conhecidas e aceites pelos visitantes, principalmente quando a gestão dessas áreas é eficaz e baseada numa perspetiva de ordenamento do território, que procura um equilíbrio entre a conservação e a fruição desses espaços pelas populações locais e pelos visitantes (Dearden e Rollins, 2009). Mas devido a estarem sujeitas a maiores restrições, as áreas protegidas são também os espaços geradores de maiores conflitos (Antolini, 2009; Crawford, 2012; Hammill *et al.*, 2009; Lewis, 1996; Llewellyn, 2010). Como referem Farrell e Marion (2002: 32), “muitos países reconhecem e procuram promover ativamente os benefícios da permissão da visita aos territórios, mas com isso são confrontados com o difícil dilema de encontrar um equilíbrio entre os interesses dos visitantes e os da proteção dos recursos”.

Uma política de gestão eficaz do acesso responsável às áreas protegidas para fins recreativos e educacionais obriga a um trabalho de gestão e de monitorização sistemático para avaliar e controlar os usos e os impactes, recorrendo a metodologias para gerir a

visitação e atividade turística nas áreas naturais[46], mas nem sempre existe sensibilização ou condições para estas serem implementadas. Outra medida essencial, passa pela integração dos *stakeholders* e, em particular, das comunidades locais em todo o processo de planeamento e gestão das áreas protegidas, para evitar e resolver conflitos e sensibilizar as comunidades a adotarem boas práticas (Lewis, 1996). Quando isso não acontece o conflito entre as diversas partes estimula a tomada de posições extremas, com políticas proibicionistas ou excessivamente limitadoras por parte das entidades gestoras, e desrespeito dos condicionantes de acesso e uso dos visitantes e comunidades locais. Segundo Fredman e Tyrväinen (2010: 185), "o consenso sobre os objetivos de sustentabilidade pode ser alcançado de forma relativamente fácil entre as partes interessadas, mas um acordo sobre ações de gestão é mais difícil".

Os conflitos são ainda maiores quando esses parques foram impostos às comunidades locais e criam importantes limitações às atividades que as populações desenvolviam regularmente nesses territórios (Crawford, 2012). Segundo Hammill *et al.* (2009: 3), a conservação pode mesmo ser fonte de um paradoxo ao "restringir o acesso das pessoas aos recursos de subsistência chave (…), introduzir novos ou adicionais encargos económicos ou riscos (…) e promover uma distribuição desigual dos benefícios". Segundo Buhalis (2000, pp. 98-99) "provavelmente um dos problemas mais difíceis é gerir a conflitualidade entre o acesso sem encargos aos bens públicos, como as paisagens, as montanhas ou o mar, para o benefício de todos os *stakeholders* e, em simultâneo, preservar os recursos para as gerações futuras". Como evidencia Lewis (1996: ix),

> as áreas protegidas têm sido a medida mais eficaz e ampla para a conservação da natureza e dos recursos naturais. Mas as áreas protegidas são baseadas num mito. Um mito encantador, mas ainda um mito: de que a natureza é separada do povo, e de que a mesma é diminuída sempre que as pessoas tentam viver entre ela. Mas ao longo da última década, o trabalho realizado por cientistas de uma grande variedade de campos que vão da antropologia à história da arqueologia para a ecologia e economia - levaram a uma compreensão muito mais sofisticada sobre a relação entre as pessoas e o resto da natureza.

O turismo na natureza, ao mesmo tempo que pode ser fonte de tensão, pode afirmar-se como parte da solução, ao se constituir como fonte de rendimento e desenvolvimento das sociedades locais. A crescente procura dos territórios naturais para fins de lazer veio reforçar o conflito de usos desses territórios pelos diferentes setores e grupos de interesse, tanto por ser um novo uso com motivações diferentes de outros mais tradicionais

[46] E.g.: capacidade de carga; LAC - *Limits of Aceptable Change*; VIM - *Visitor Impact Management*; ROS - *Recreational Opportunity Spectrum*; VERP - *Visitor Experience and Resource Protection*; e ECOS - *Ecotourism Opportunity Spectrum*.

(agricultura, florestas, indústria extrativa, caça, etc.), como pela intensidade crescente dessa procura e dos seus potenciais impactes. É essencial avaliar e entender a tensão entre os turistas e os grupos de interesse associados a usos tradicionais e recreativos por parte das comunidades locais, para limitar os potenciais conflitos e promover uma gestão mais sustentada dos territórios (Fredman e Tyrväinen, 2010). Quando os recursos ou o acesso aos mesmos é limitado, as tensões decorrentes da sua utilização, mesmo considerando apenas o uso de lazer, podem ser geradoras de conflitos e perda de qualidade de vida para as comunidades locais, bem como da diminuição da qualidade da experiência turística para os visitantes, como ocorre em alguns dos *spots* de surf mais frequentados.

O acesso às propriedades privadas para fins de lazer é igualmente um problema difícil de gerir e potencialmente causador de tensão (Pröbstl *et al.*, 2010). A legislação referente ao acesso ao território para prática de atividades na natureza varia bastante de país para país. Enquanto nos EUA o acesso às propriedades privadas é bastante restrito, na Escandinávia e no Reino Unido a legislação reconhece importantes direitos de acesso às propriedades para prática de atividades desportivas e recreativas na natureza (Bell *et al.*, 2007).

Mas os conflitos ocorrem igualmente entre os usos turísticos, em especial entre as práticas mais tranquilas e com menos impacte e as mais massificadas, ou as que recorrem a veículos motorizados. São diversos os exemplos de interesses conflituantes, como é o caso da partilha de trilhos entre caminhantes, praticantes de BTT e de moto 4, ou de locais de mergulho, entre praticantes de caça submarina e mergulhadores.

Do ambiente selvagem à natureza como recurso turístico

Embora existam nichos de turistas que são especialmente motivados pela natureza intocada, a maioria dos turistas necessitam de equipamentos, infraestruturas e disponibilidade de serviços turísticos que os acompanhem ou apoiem logisticamente (Weaver *et al.*, 1999). Trilhos sinalizados e cuidados, caminhos de acesso, miradouros, alojamento em ambiente natural, equipamentos de apoio ao desporto na natureza e centros interpretativos, são alguns dos equipamentos e infraestruturas essenciais para suportar e sustentar uma visitação mais ampla aos territórios naturais. Quando devidamente planeados, construídos e geridos, estes equipamentos, conjuntamente com a oferta de serviços de animação turística, podem até contribuir para a valorização do património natural como recurso turístico ou serem essenciais para a qualidade das visitas. De facto, frequentemente não basta existir um rico património natural para se poder desenvolver o turismo na natureza, pelo que os destinos não devem cometer “o erro de confiar quase exclusivamente no valor intrínseco da atração dos seus recursos naturais,

baseado na sua beleza, singularidade, etc., para atrair visitantes, descurando a criação de condições necessárias para que, nesses recursos naturais, o visitante possa viver experiências inesquecíveis" (THR, 2006a: 17).

Alguns desses equipamentos são mesmo essenciais para atenuar os impactes das visitas, mas esta humanização da natureza deve ser equilibrada e procurar garantir a diversidade dos ambientes de lazer. Através do zonamento do território é possível oferecer espaços mais direcionados para uma visitação generalista e com equipamentos de apoio, enquanto outros são deixados no seu estado mais natural. Esta estratégia permite ainda proceder à separação das atividades no espaço e de responder à necessidade dos diferentes grupos de utilizadores, atenuando os conflitos de interesses.

Turismo ativo e de aventura no contexto do turismo na natureza

No âmbito da expansão da procura associada ao turismo na natureza, destacam-se os segmentos do ecoturismo e das atividades físicas na natureza, geralmente designadas por turismo ativo, turismo de aventura, desporto de aventura, desporto na natureza ou de turismo desportivo. Também aqui temos um conjunto de conceitos que se cruzam e apresentam fronteiras pouco definidas. Estas expressões são frequentemente utilizadas como sinónimos, mas existem algumas particularidades que importa expor.

Entre as principais evoluções no perfil e preferências dos turistas verificadas nas últimas décadas é de destacar a crescente valorização da atividade desportiva. Segundo a OMT e o COI (2001: 95) "a atividade desportiva que, há trinta anos, era praticada fundamentalmente por adolescentes, com fim essencialmente competitivo, na atualidade abrange todas as classes etárias e sociais". A prática desportiva expandiu-se também para além do mero objetivo de treino e competição, com as motivações a estenderem-se ao lazer, evasão, desafio ou experiências, confundindo-se frequentemente com a recreação ao ar livre. Assim, não é de estranhar que a associação entre o desporto e o turismo não pare de crescer. Os dados da OMT e do COI (2001) são bem explicativos dessa tendência, apontando para que, em média, um terço das férias dos alemães ao estrangeiro é dedicada a praticar, pelo menos, uma atividade desportiva, sendo que 34% dessas férias tem como principal motivação a prática de desportos, especialmente os desportos na natureza.

Segundo a OMT (WTO, 2007), em meados da década de 2000 existiam cerca de 50 milhões de praticantes de golfe no mundo, 25 milhões de esquiadores, 10 milhões de praticantes de snowboard e seis milhões de mergulhadores certificados. Calcula-se que anualmente dois a três milhões de turistas realizam férias associadas ao mergulho e mais

de cinco milhões para praticar surf. Estes são simultaneamente turistas de aventura e praticantes de desportos de aventura, pelo que mais uma vez se verifica uma sobreposição das designações.

A definição de **turismo desportivo** remete-nos, tanto para uma participação ativa, como passiva (como espetador) e com fins competitivos, de manutenção da condição física, de escape ou recreativos (WTO, 2007). Já o desporto na natureza e de aventura são segmentos mais específicos inseridos na atividade desportiva e praticados essencialmente ao ar livre e em ambiente predominantemente natural, de forma ativa e com fins de treino, competição, ou desafio.

Um conceito muito generalista é o de **turismo ativo**, que é frequentemente associado à prática de atividade física em contexto de ar-livre e, em particular, no ambiente natural (Betrán, 1997; Ramón, 2006). Segundo Aspas (2000: 28), "a fronteira entre o turismo ativo e a atividade desportiva é difícil de assinalar", mas certamente que a relevância do desporto na natureza vai além do turismo ativo ou da atividade da animação desportiva, pois envolve muito praticantes autónomos e as atividades no âmbito de competições. Mas, o turismo ativo pode estender-se a outros produtos, como o turismo cultural, o turismo comunitário, ou o rural. O turismo ativo pode então ser considerado como todas as práticas em que os visitantes intervenham diretamente e ativamente nas experiências turísticas, em oposição a uma postura passiva, clássica no turismo de massas e no produto sol e mar.

Já a noção de **turismo de aventura** é mais restrita, assumindo-se essencialmente como um nicho do turismo na natureza associado à prática de desportos de aventura. Mas este conceito também não está totalmente balizado, desde logo porque a "aventura significa diferentes coisas para diferentes pessoas" (Buckley, 2006: xvii). Segundo Fennell (2003: 29) o turismo de aventura é "um primo próximo que se desenvolveu ao mesmo tempo que o ecoturismo".

Partilhando da mesma opinião, Weaver (2001: 17) considera que a principal diferença entre estes dois tipos de turismo é que "enquanto o ecoturista procura uma experiência de conhecimento e aprendizagem, o turista de aventura busca um ambiente de risco, desafio e esforço físico". De facto, a aventura é frequentemente vivida como uma experiência intensa e excitante, com as pessoas a serem expostas a ambientes e situações desafiadoras que estimulam as emoções, o intelecto e a atividade física (Swarbrooke *et al.*, 2003). Neste sentido, Carter (2006) destaca que a aventura é um atrativo natural de um destino e o risco percebido pode ser parte dessa motivação. Para além do risco percebido, o turismo de aventura geralmente envolve algum risco real, o que implica a adoção de medidas de controlo do risco, a necessidade de um enquadramento especializado e algumas competências físicas e técnicas por parte dos praticantes (Almeida e Silva, 2009).

Dependendo dos fatores de risco, dos perigos e das exigências físicas e técnicas, "o mercado de aventura pode ser dividido em duas categorias: *hard* e *soft*" (Hudson, 2003: xviii). O primeiro, também por vezes designado de extremo, geralmente envolve elevado esforço físico, o domínio de competências técnicas e a capacidade para lidar com o risco real, que pode ser considerável. Atividades como a escalada, o mergulho, ou o *canyoning* são geralmente incluídas no grupo das atividades *hard*. Em geral, o mercado *hard* é constituído por turistas com maior nível de instrução e mais jovens que o de aventura *soft*, existindo tendência para que, à medida que o nível de aventura e exigência física diminua, aumente o número potencial de praticantes, especialmente entre o grupo de adultos-idosos (Carter, 2006; GWU *et al.*, 2010; Kalahari Management Inc. *et al.*, 2001; Sung *et al.*, 2000). Apesar de, em alguns países os turistas de aventura serem considerados como algo marginais, estes são geralmente mais instruídos e "também têm níveis mais altos de rendimento do que a média dos turistas" (GWU *et al.*, 2010: 4).

Por sua vez, "as atividades de aventura *soft* geralmente exigem um nível moderado de envolvimento físico dos participantes e apresentam um nível desafio e risco relativamente baixo" (Tourism New South Wales, n.d.: 2). Nesta tipologia estão incluídas as caminhadas, a observação de vida selvagem, canoagem em águas calmas, etc. Contudo esta é uma divisão relativamente subjetiva, pois depende muito da perceção e competências do público-alvo, das condições do meio e da intensidade e dificuldade associadas à realização de cada atividade.

Em Portugal, recorre-se por vezes à designação de desportos radicais como sinónimo de desporto e atividades turísticas de aventura, contudo este é um termo que se considera desadequado, porque induz para atividades de elevado risco, quando frequentemente são praticadas com segurança, cingindo-se a aventura essencialmente ao nível da perceção e das representações. Considera-se assim que este termo não deve ser associado ao turismo na natureza, podendo eventualmente referir-se a algumas práticas desportivas de aventura mais urbanas.

Outra questão em debate prende-se com o nível de autonomia dos turistas. Buckley (2006: 2) expõe a dificuldade de distinção "entre turismo de aventura, onde um cliente paga a um operador turístico para que lhe seja providenciada uma experiência de aventura, e recreação de aventura, onde indivíduos experimentam essa mesma atividade por eles próprios". *Webe*r (2001) defende que este nicho está mais associado à componente da animação do que à desportiva, embora a interligação entre elas seja forte. Buckley (2006) vai ainda mais longe ao limitá-lo à prática enquadrada por técnicos ou operadores turísticos. Desta forma estes autores estabelecem uma diferenciação entre turismo de aventura e desporto de aventura, considerando que este último é predominantemente

realizado em autonomia e pressupõe frequentemente níveis mais elevados de esforço físico e a necessidade de perícia especializada. Mas essa parece ser uma diferenciação algo forçada, pois as motivações para se recorrer ao enquadramento podem decorrer da falta de conhecimento do território, ou da necessidade de equipamento que não é disponibilizado sem guia.

Na figura 37 apresenta-se uma proposta de segmentação e cruzamento entre as diferentes noções associadas ao turismo e desporto na natureza e de aventura.

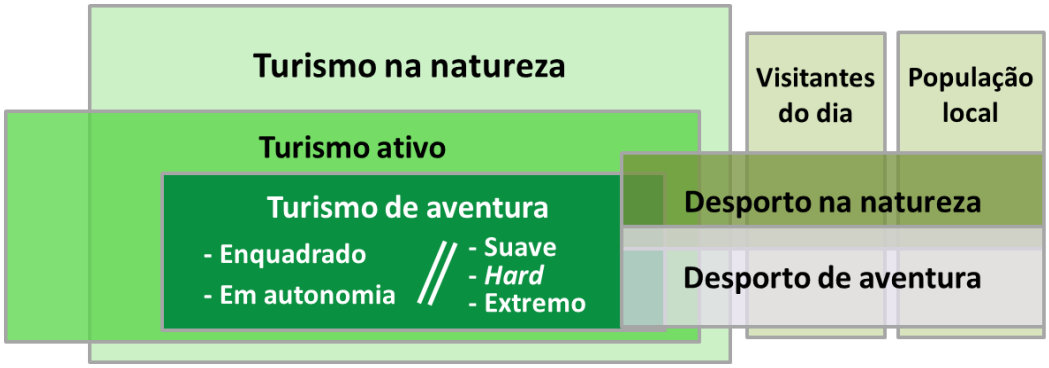


Figura 37 | Conceitos de turismo de aventura e de turismo ativo no âmbito do turismo na natureza

Nos países desenvolvidos, nos quais se concentra a procura dos turistas de aventura, as áreas naturais próximas das zonas urbanas são muito sujeitas à pressão dos visitantes do dia e de praticantes da comunidade local, muitos deles desenvolvendo as suas atividades regularmente e em autonomia. Estes praticantes de desportos de aventura, conjuntamente com os turistas de aventura, têm estimulado o desenvolvimento do mercado de equipamentos e de operadores turísticos especializados (Bentley *et al.*, 2010). Segundo um estudo desenvolvido por três instituições americanas, 26% dos viajantes praticam atividades de aventura durante as suas férias (GWU *et al.*, 2010) e "prevê-se que este segmento cresça cerca de 17% por ano" (ATTA *et al.*, 2011: 5).

Devido à multiplicação de atividades, experiências e nível de exigência técnica e física das mesmas, a expansão do turismo de aventura constitui uma fonte de oportunidade para muitas pequenas empresas especializadas e focalizadas territorialmente. Consequentemente, o setor da animação turística expandiu-se muito rapidamente, sendo composto predominantemente por empresas relativamente jovens, de pequena dimensão e muitas delas bastante especializadas (Beedie e Hudson, 2003; Bentley *et al.*, 2010; Fredman *et al.*, 2009; Ministry of Tourism, 2009; Silva *et al.*, 2011).

Segmentação do produto turismo na natureza

A segmentação do turismo em produtos e pelas tipologias e motivações dos turistas é uma área de estudo complexa e "cada vez mais difícil devido às novas tendências do turismo e perfil dos viajantes" (Buhalis, 2000: 100), mas de grande interesse para o setor e para os destinos. Como referem Fredman *et al.* (2009: 22), a "definição de tipologias é importante não só para melhorar a compreensão do turismo na natureza, mas também por ter importantes aplicações práticas no desenvolvimento de negócios, no *marketing*, na gestão da natureza, etc.".

No entanto, criar um perfil dos turistas na natureza "é muito difícil devido à sua diversidade de interesses e à falta geral de pesquisa direcionada para o mercado-alvo" (European Commission, 2002: 5). A partir de uma revisão bibliográfica em torno da segmentação do turismo na natureza, verifica-se que os estudos apontam para duas dimensões interligadas, uma associada à motivação e ao perfil dos turistas, e a outra mais relacionada com o produto decomposto em atividades (Fredman e Tyrväinen, 2010; Mehmetoglu, 2007; Pearce, 1988; Weaver *et al.*, 1999). Para Mehmetoglu (2007: 658), "a segmentação baseada na motivação é mais apropriada para fins teóricos [e compreensão do fenómeno], enquanto a baseada na atividade é mais interessante para o setor do turismo".

Existem diversos níveis de segmentação, traduzindo-se o primeiro nos grandes grupos de produtos turísticos, que vão sendo decompostos. Se a segmentação permite individualizar alguns grupos, outros vão sobrepor-se, conforme representado na figura 38, tendo como produto central o turismo na natureza.

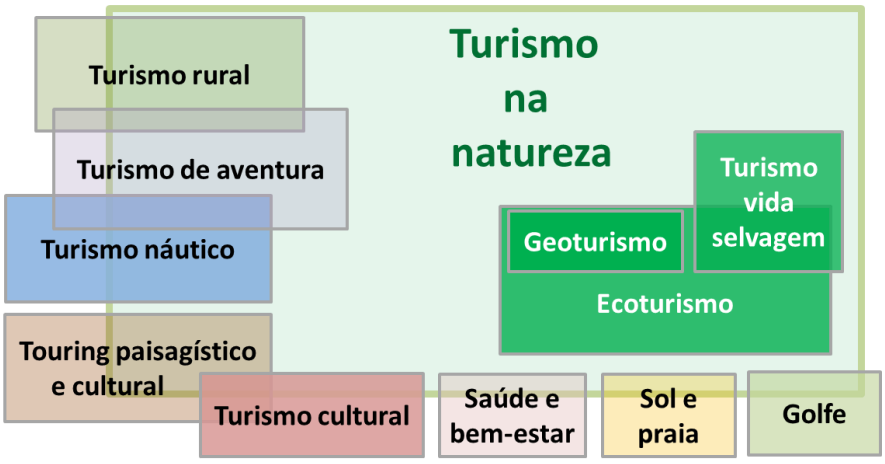


Figura 38 | Turismo na natureza numa perspetiva alargada e a confluência com outros produtos

A nível mais detalhado podem encontrar-se na bibliografia diversas propostas de segmentação do produto turismo na natureza, que chegam a tipologias distintas. Essas diferenças resultam tanto da metodologia dos estudos e da complexidade do tema, como

de serem suportadas em territórios com potencialidades e modelos de desenvolvimento turístico distintos.

Segundo Higham (2007), o setor do turismo na natureza é diversificado e abrangente no seu âmbito, incluindo atividades de consumo (e.g. caça e pesca) e não consumo (e.g. observação de aves e passeios pedestres), e de pequena e grande escala, o que implica também importante diversidade do perfil dos turistas.

Num estudo sobre a segmentação do turismo na natureza na Austrália, Lang e O'Leary (1997) identificaram seis segmentos: desafio físico, família, cultura e entretenimento, ecoturismo, escapismo e relaxamento, e viajantes indiferenciados. Também nesse país, é de destacar a proposta de segmentação apresentada no documento de planeamento estratégico para o turismo na natureza no estado australiano de Victoria, com cinco tipologias: (i) ecoturismo, (ii) turismo de aventura, (ii) turismo extrativo (pesca, caça, etc.), (iv) turismo de vida selvagem e (v) alojamento na natureza (tipologias como refúgios e *eco-lodges*) (Tourism Victoria, 2008).

O relatório da Comissão Europeia sobre o turismo na natureza e património cultural (European Commission, 2002) considera dois grandes grupos: turismo na natureza, subdividido em (i) caminhadas e passeios de bicicleta, (ii) observação de vida selvagem, (iii) visita a parques naturais, (iv) percursos de canoa, a cavalo e de barco, (v) caça e pesca, (vi) participação em atividades de conservação, entre outros subgrupos; e turismo de aventura, subdividido em vários grupos como sejam (i) atividades de águas bravas, escalada, montanhismo, BTT e parapente, (ii) esqui e outras atividades de neve, (iii) incentivos empresariais, etc.

No Plano Estratégico Nacional do Turismo de Portugal (MEI, 2006; THR, 2006a), considera-se que a principal motivação dos turistas de natureza consiste em "viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da natureza" (THR, 2006a: 9) e assume-se dois tipos de segmentação. O primeiro, relacionado com a tipologia das atividades, considera três grupos: (i) prática de atividades desportivas; (ii) contemplação da natureza; (iii) atividades de interesse especial. O outro tipo consiste na segmentação do mercado, que é dividido no grupo natureza *soft* e no de natureza *hard*, representando o primeiro segmento 80% das viagens de natureza e o segundo os restantes 20%.

No grupo de natureza *soft* "as experiências baseiam-se na prática de atividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, etc.)" (THR, 2006a: 9), enquanto no segundo as experiências estão relacionadas "com a prática de desportos na natureza (rafting, *kayaking*, *hiking*, *climbing*, etc.) e/ou de atividades que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento (*birdwatching*, etc.)" (THR, 2006a: 9). Para além desta segmentação ser demasiado

restrita, por considerar apenas dois grupos, parece conter alguma incongruência ao considerar no primeiro segmento a observação da fauna, enquanto a observação de aves aparece no segundo segmento. O mesmo se passa com os percursos pedestres e o *hiking*, ambas terminologias referentes a caminhadas.

Como referido anteriormente, na literatura internacional, a terminologia "hard e soft" associada ao turismo na natureza é normalmente utilizada para diferenciar o nível de aventura e risco, ou seja atividade de "soft e hard adventure" (Beedie e Hudson, 2003; GWU *et al.*, 2010; Laarman e Durst, 1987; SNV, 2009; Sung *et al.*, 2000), portanto com um entendimento distinto do apresentado pela THR e o Turismo de Portugal.

Uma referência interessante, que incorpora o conceito "hard e soft", é apresentada pelo estado australiano de New South Wales (Tourism New South Wales, 2004), englobando quatro categorias; (i) aventura *Soft*, que envolve níveis moderados de atividade física; (ii) aventura hard, que inclui os desportos de aventura desafiadores; (iii) ecoturismo e (iv) observação de vida selvagem (observação de aves, cetáceos e realização de safaris). A estas categorias principais acrescem outras como o alojamento em harmonia com a natureza e a pesca e caça.

As propostas de segmentação baseadas no perfil dos turistas têm recorrido a indicadores sociodemográficos (Mehmetoglu, 2007; Villalobos-Céspedes *et al.*, 2012), ou consideram o comportamento dos turistas e as suas motivações de viagem. As diferentes classes de viajantes apresentadas por Plog (referidas no subcapítulo 2.1 desta tese), podem também ser consideradas para os turistas de natureza, consoante o tipo de atividades, verificando-se o predomínio dos turistas alocêntricos ou aventureiros nos adeptos dos desportos de aventura, em especial no segmento *hard*, enquanto nas atividades de menor intensidade predominam os mesocêntricos. Mas esta é uma classificação, que apesar de interessante, é demasiado simplista e não responde à crescente diversidade e consequente segmentação que as novas dinâmicas do setor impõem (Swarbrooke e Horner, 2007).

Alguns investigadores (Caber e Albayrak, 2006; Pennington-Gray e Kerstetter, 2002) têm realizado estudos tendo como base o modelo hierárquico de restrição de lazer[47] (Crawford *et al.*, 1991) aplicado ao turismo na natureza. Apesar destes estudos concluírem que os fatores sociodemográficos interferem de forma distinta na motivação para os diversos produtos e mesmo atividades, diversos investigadores consideram o modelo demasiado

[47] Este modelo (*Hierarchical model of Leisure Constraints*) apresentado em 1991 por Crawford, Jackson e Golbey, considera três níveis de restrição de lazer: intrapessoal (condições psicológicas e características pessoais), interpessoal (relações entre as pessoas e dependência de terceiros para realizar uma atividade) e estrutural (fatores estruturais que condicionam a participar nas atividades: disponibilidade financeira, condição física, etc.).

simples, devendo evoluir e incorporar outros fatores como os culturais e os tipos de atividades de lazer (Chick e Dong, 2003; Henderson, 1997).

Acott *et al*. (1998) e Lindberg (1991) consideram que a motivação pela conservação da natureza é um fator determinante na diferenciação dos turistas, pelo que dividem os turistas na natureza recorrendo a uma escala que varia entre os egocêntricos e antropocêntricos. Lindberg (1991: 3) propõe uma divisão em quatro grupos de turistas na natureza:

- De núcleo duro - Investigadores, visitantes que desenvolvem ações ecológicas, etc.;
- Dedicados - Que fazem viagens especificamente para as áreas protegidas, com fins de interpretação ambiental e cultural;
- "Mainstream" – São motivados por viagens para reconhecidos destinos na natureza, principalmente para usufruir de uma viagem incomum;
- Casuais - A natureza faz parte de um itinerário mais amplo.

Existem ainda investigadores que defendem segmentações mais complexas, como Valentine (1992), Nyaupane *et al*. (2004) e Mehmetoglu (2007). Valentine propõe uma segmentação em três dimensões: experiência (intensidade de interação com a natureza, dimensão, duração, etc.), estilo (dimensão do grupo, necessidade de equipamentos, interação cultural, etc.) e localização (disponibilidade, sensibilização, etc.). Por sua vez Nyaupane *et al*. (2004) verificaram que existe uma diferenciação significativa na motivação na prática de turismo na natureza por atividade, pelo que defendem que a investigação deve ser mais detalhada. Já Mehmetoglu defende uma abordagem *multi-cluster*, cruzando três grandes grupos relacionados:

- A intensidade da motivação pela natureza - Atividades orientadas para o lazer e cultura, atividades orientadas para a natureza e atividades pouco direcionadas para a natureza;
- Fatores socioeconómicos, associados às características da viagem;
- Motivações individuais.

No seu estudo, Mehmetoglu conclui que "nem todos os turistas que visitam as atrações naturais ou participam em atividades relacionadas com a natureza podem ser considerados turistas na natureza a partir de uma perspetiva motivacional" (Mehmetoglu, 2007: 658). Este investigador defende igualmente que caso se pretenda uma segmentação do turismo natureza muito generalista, a mais apropriada consiste em dividir os turistas em dois extremos: turistas ativos e passivos sendo que, quase metade (42%) dos visitantes, podem ser classificados como passivos" (Mehmetoglu, 2007, pp. 658-659).

3.4.2 O turismo de (na) natureza em Portugal

Em Portugal, o turismo de natureza é considerado um dos 10 produtos estratégicos para o país, sendo referenciado no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT):

> O mercado europeu de turismo de natureza tem vindo a crescer de forma sustentada. Em 2004, foram realizados 22 milhões de viagens cuja principal motivação foi usufruir deste produto, correspondendo a 9% do total de viagens realizadas pelos europeus. Em 2015 espera-se que este produto atinja os 43,3 milhões de viagens, o equivalente a um crescimento anual de 7%. Os principais mercados emissores são a Alemanha e a Holanda, representando respetivamente 25% e 21% do mercado.
>
> Segundo dados de 2006, o Turismo de Natureza representa em Portugal 6% das motivações primárias dos turistas que nos visitam. As regiões onde este produto é mais importante são os Açores (36%) e a Madeira (20%). (MEI, 2006: 67)

Este documento estratégico para o turismo em Portugal identifica o turismo de natureza como uma grande oportunidade para diversas regiões do país, quer pelos abundantes recursos naturais disponíveis, quer pela crescente valorização deste produto por parte dos turistas. Mas, simultaneamente, identifica um conjunto de limitações estruturantes para o desenvolvimento deste produto, em particular, que "o turismo de natureza em Portugal apresenta claros défices infraestruturais, de serviços, de experiência e *know-how* e de capacidade competitiva das empresas que operam neste domínio" (MEI, 2006: 67).

A crescente procura turística e recreativa direcionada para os espaços naturais, a par da necessidade de conciliar a preservação dos valores naturais e culturais com a atividade turística nas áreas protegidas, levou o governo português a estabelecer, em 1998, o Programa Nacional do Turismo de Natureza (PNTN). Este programa, confinado, até 2008, à rede das áreas protegidas, considera que nesses territórios existe espaço para o desenvolvimento da atividade turística, desde que esta esteja alicerçada em segmentos com baixos impactes e se garanta a integração dos valores da sustentabilidade, segundo quatro vetores (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 agosto):

- Conservação da natureza;
- Desenvolvimento local;
- Qualificação da oferta turística;
- Diversificação da atividade turística.

O PNTN veio também estabelecer as bases legais de um produto turístico específico para a Rede Nacional das Áreas Protegidas, que foi designado por turismo de natureza. No ano seguinte, foi estabelecido o regime jurídico deste produto, caracterizando-o como "composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na rede nacional de áreas

protegidas" (Decreto-lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro: Art.º 1º). A este produto foram associadas três modalidades de animação ambiental:

- Animação - Conjunto de atividades destinadas à ocupação do tempo-livre dos turistas e outros visitantes;
- Interpretação ambiental - Todas as atividades que tem como princípio o conhecimento do património da área protegida;
- Desporto de natureza - Atividades desportivas praticadas em contacto com o ambiente de forma não nociva para a conservação da natureza.

Com o decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de março, este produto foi alargado a todos os territórios com valores naturais, condicionado à aprovação dos agentes e práticas por parte do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade[48]". Este decreto-lei veio também considerar como

> empreendimentos de turismo de natureza os estabelecimentos que se destinem a prestar serviços de alojamento a turistas, em áreas classificadas ou noutras áreas com valores naturais, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares relacionados com a animação ambiental, a visitação de áreas naturais, o desporto de natureza e a interpretação ambiental (Decreto-lei n.º 39/2008, de 7 de março: Art.º 20º, n.º 1).

O reconhecimento destes empreendimentos como de turismo de natureza pressupõe o cumprimento de um conjunto de critérios como a adoção de boas práticas ambientais, a disponibilização de informação sobre a fauna, flora e geologia local, e sobre serviços direcionados para a fruição do património natural.

Apesar das opções estratégias em torno deste produto serem reveladoras de uma preocupação em promovê-lo de forma responsável, é possível identificar um conjunto de inconsistências que têm dificultado o desenvolvimento deste produto. A primeira prende-se tanto com a terminologia utilizada, como com a própria conceção do produto e a sua territorialidade. Apesar de quase impercetível recorreu-se ao termo turismo de natureza, limitou-se a sua aplicação inicialmente às áreas protegidas e a práticas "sustentáveis", diferenciando-o de uma conceção mais ampla do turismo em áreas predominantemente naturais, internacionalmente designada por turismo na natureza. Isto é particularmente penalizador para os diferentes utilizadores, dado que têm vindo a acentuar-se as restrições de acesso e usos, muitas vezes sem aparente justificação.

A opção de limitar este produto às áreas protegidas parece desadequada (situação que foi alterada apenas em 2008), quer porque existem muitos outros territórios de ação do

[48] Atual Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

turismo na natureza, quer porque a tendência internacional não aponta para essa opção. Esta situação tem gerado alguma confusão, especialmente quando, no PENT, se considera o turismo de natureza como um produto estratégico para Portugal, mas à partida excluía uma parte significativa do território nacional com potencial para desenvolvimento deste produto turístico.

Outra opção problemática decorre de se ter limitado este produto a atividades "sustentáveis", o que, em termos práticos, não ocorre e nem sempre faz sentido. Estranha-se igualmente a terminologia utilizada. Como facilmente de depreende a marca turismo **de** natureza não é percebida nem diferenciadora de turismo **na** natureza. Seria certamente mais apropriado recorrer-se à expressão ecoturismo, que é um conceito que é internacionalmente utilizado, é facilmente compreendido e constitui uma marca de valor. Em simultâneo, para as práticas de turismo de aventura de baixo impacte e outras atividades que não se insiram dentro do ecoturismo, poderia recorrer-se ao conceito de turismo na natureza responsável.

Mas, o problema mais grave resulta deste programa de turismo de natureza ter sido criado para as áreas protegidas, sem as dotar de condições para o implementar. Com recursos financeiros e humanos muito limitados, sobreposição de entidades a gerir o mesmo território e reduzida integração dos *stakeholders* nos processos de planeamento e de gestão, não tem sido possível responder positivamente aos objetivos do PNTN (Laranjo, 2011; Souza, 2006). Para além dessas limitações, existem muitas outras, a diversos níveis, das quais se destacam:

- Insuficiência de vigilantes da natureza;
- Equipas de trabalho pouco multidisciplinares sem integração de especialistas em turismo;
- Investimento muito escasso em infraestruturas e equipamentos de apoio aos visitantes;
- Incapacidade para monitorizar o acesso, usos, e impactes dos visitantes;
- Limitada capacidade para implementar medidas de controlo dos impactes;
- Elevada pressão por parte dos visitantes, das comunidades locais e outros pouco sensibilizados para a causa ambiental.

Todas estas limitações têm contribuído para que as áreas protegidas recorram frequentemente a uma gestão muito ecocentrista, direcionada quase exclusivamente para a conservação da natureza, induzida, quer pela escassez de recursos e necessidade de estabelecer prioridades, quer pela própria sensibilidade dos seus gestores e técnicos.

Essa política tem sido geradora de muitos conflitos entre as áreas protegidas e os utilizadores desses territórios, sejam turistas, empresas de animação turística, visitantes do dia ou a própria população local. Como refere Nunes (2010: 279) "os parques naturais portugueses estão pouco preparados e adequados para o seu aproveitamento turístico, na sua maioria, deficitários nas infraestruturas e serviços". Também a excessiva burocracia associada ao acesso e à prática de atividades nesses territórios, em especial pelas empresas de animação turística, tem sido geradora de algum conflito. Contudo, com a implementação do Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, esse problema foi mitigado, e é expectável que com a revisão desta regulamentação prevista para breve, ainda seja possível melhorar a situação.

Uma das ações fundamentais para a gestão das áreas protegidas e promoção do turismo na natureza nesses territórios consiste na consecução de uma das diretivas de ação postulada na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, que consiste em elaborar "Cartas de Desporto da Natureza e editar os respetivos códigos de conduta, bem como iniciar a formação dos Guias da Natureza" (Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 Outubro: 6434). Segundo esta Resolução estas cartas deveriam ser realizadas num prazo de três anos, ou seja no máximo até finais de 2004. Ocorre que até ao início de 2013 apenas as cartas do Parque Natural de Sintra-Cascais e do Parque Natural da Serra de Aires e Candeeiros estavam aprovadas, e mesmo estas não se encontravam a ser devidamente monitorizadas (Laranjo, 2011).

As Cartas de Desporto da Natureza devem "conter as regras e orientações relativas a cada modalidade desportiva, incluindo, designadamente, os locais e as épocas do ano adequados para a prática dessas modalidades, bem como as respetivas capacidades de carga" (Decreto regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto: Art.º 6º, n.º 2). Apesar, de serem importantes instrumentos de ordenamento das áreas protegidas, e fundamentais para definir e gerir os acessos e práticas desportivas e recreativas nesses territórios, estas cartas deveriam ser alargadas a outros usos, pelo que em vez de serem de desporto faria mais sentido serem mais abrangentes e terem como foco o lazer na natureza.

Verifica-se ainda um trabalho muito insipiente no que se refere a outras medidas preconizadas no PNTN, como a de formação de guias de natureza e da elaboração de códigos de conduta (Souza, 2006).

Toda esta falta de recursos e política de gestão não é facilitadora na consecução dos princípios e objetivos definidos na PNTN e das opções estratégias para este produto consideradas no PENT. Num estudo sobre a gestão do turismo de natureza na rede nacional das áreas protegidas, Laranjo (2011: 133) chega exatamente a essa conclusão, considerando que "as áreas protegidas em Portugal não dispõem dos meios e condições

indispensáveis para acolher, promover e compatibilizar a animação turística e as atividades de aventura com a gestão territorial sustentável dos recursos naturais". Num estudo semelhante, aplicado às áreas protegidas do Centro de Portugal, Souza (2006: 237) chegou à conclusão que existe "um hiato entre as práticas e atitudes correntes da gestão do turismo de natureza nas áreas protegidas do Centro de Portugal e as premissas consensualizadas pela literatura da especialidade acerca da sustentabilidade do turismo de natureza".

Assim, apesar da prioridade atribuída ao turismo de natureza pelos documentos estratégicos de turismo em Portugal, verificam-se importantes inconsistências, desde a sua conceção e aplicação territorial, à gestão deste produto nas áreas protegidas. Para além da falta de recursos financeiros e humanos, a gestão das áreas protegidas focaliza-se na conservação dos recursos naturais descurando outras valências, nomeadamente como espaços privilegiados de lazer e de educação ambiental.

3.4.3 O setor da animação turística em Portugal

O setor da animação turística é essencial para a valorização das experiências turísticas, atuando como complemento ou mesmo suporte da oferta turística. Em Portugal, a emergência do setor da animação turística está muito associada ao turismo na natureza que tem como principal expressão o desporto de aventura (Burnay, 2006). É ainda de considerar a conjugação de outros fatores, como a proliferação de atividades (Quadro 10) e a crescente procura de experiências de aventura e de atividades de interpretação da fauna.

Quadro 10 | Principais atividades de animação e desportos na natureza

<table>
<tr><th>Desportos e atividades de aventura terrestres</th><th>Desportos e atividades de aventura aquáticas</th><th>Desportos e atividades de aventura aéreas</th><th>Atividades de interpretação ambiental</th></tr>
<tr><td rowspan="4">Percursos pedestres
Montanhismo
Esqui de pista
Snowboard
Escalada
Rapel
Canyoning (pode também ser classificada nas aquáticas)
Espeleologia
Espeleísmo
Cicloturismo
BTT
Orientação
Multiatividades
Passeios a cavalo
Arborismo e percursos de aventura em altura</td><td rowspan="4">Surf e Bodyboard
Skimming
Windsurf
Kitesurf
Stand up paddle
Vela
Passeios de barco a motor
Arqueoturismo
Mergulho
Pesca submarina
Coasteering
Wakeboard e esqui náutico
Canoagem e caiaque de águas calmas, de mar e de águas bravas
Remo
Hidrospeed
Rafting</td><td>Asa-delta
Parapente
Para-quedismo
Queda livre
BASE jumping
Balonismo
Ultraleve</td><td>Percursos interpretativos
Observação de flora
Observação de aves
Observação de outra fauna terrestre
Observação de cetáceos
Geoturismo</td></tr>
<tr><td>Atividades motorizadas</td><td>Outras atividades</td></tr>
<tr><td>Passeios todo-o-terreno
Passeios de carro ou carrinha
Moto 4
Kart cross</td><td>Golfe
Hipismo
Jogos tradicionais
Team building
Paintball
Outras atividades tiro</td></tr>
</table>

A regulamentação do acesso e exercício de atividade das empresas de animação turística em Portugal é recente, iniciada apenas em 2000, com a entrada em vigor do decreto-lei n.º 204/2000, de 1 de setembro e, no caso da atividade marítimo-turística, do decreto-lei n.º 21/2002, de 31 de janeiro. Em 2009, essa regulamentação foi revogada pelo decreto-lei n.º 108/2009, de 15 de maio, que veio introduzir importantes alterações como o estabelecimento de um regime simplificado de acesso à atividade através de um balcão único junto do Turismo de Portugal, da Direção Regional de Turismo da Madeira, ou da Direção Regional de Turismo dos Açores, e a criação do Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT), disponível para consulta através da internet. Apesar de, no artigo 40.º do decreto-lei n.º 108/2009, estar expresso que esta regulamentação é aplicável às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o entendimento dos serviços de turismo

destas regiões tem sido diferente. Na Madeira o setor é regulamentado pelo decreto legislativo regional n.º 30/2008/M, de 12 de Agosto (DRTM, 2012), e no caso dos Açores a legislação nacional apenas é aplicada às empresas de animação turística, enquanto a atividade marítimo-turística é regulamentada pelo decreto legislativo regional n.º 23/2007/A de 23 de outubro (Silva *et al.*, 2011).

Atualmente, a atividade pode ser desenvolvida tanto por empresas, como por pessoas singulares através da figura do empresário em nome individual, e não é exigido capital mínimo para o início da atividade. A adoção deste novo regime regulamentar assenta nas premissas de que se está perante um importante setor em desenvolvimento, e de existir um "crescente interesse pelas atividades comummente designadas por turismo ativo, turismo de aventura e por aquelas que corporizam o novo conceito de «oferta de experiências», reconhecendo-se a importância estratégica da atividade da animação turística" (Decreto-lei n.º 108/2009, de 15 de maio: 3035). Segundo o artigo 3º deste decreto-lei, "são consideradas atividades próprias das empresas de animação turística, a organização e a venda de atividades recreativas, desportivas ou culturais, em meio natural ou em instalações fixas destinadas ao efeito, de carácter lúdico e com interesse turístico para a região em que se desenvolvam". Como atividades acessórias destas empresas, referenciam-se a organização de: (i) campos de férias e similares; (ii) congressos, eventos e similares; (iii) visitas a museus, monumentos históricos e a outros locais de interesse turístico; e (iv) o aluguer de equipamentos de animação.

Para poderem oferecer atividades classificadas como "turismo de natureza" na rede nacional de áreas protegidas ou outras áreas com valores naturais, estas empresas necessitam de cumprir um conjunto de requisitos e solicitar essa classificação, que é atribuída pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

Apesar das melhorias introduzidas por esta nova regulamentação, continuam a existir algumas questões contestadas pelo setor, nomeadamente a limitação de venda de serviços de alojamento, de restauração e de transporte, o que torna difícil a operacionalização de alguns serviços e o desenvolvimento da atividade sem estar dependente de outros operadores turísticos. O acesso às áreas protegidas continua a suscitar interpretações contraditórias e mantêm-se alguns entraves desnecessários, que poderão ser atenuados com a revisão desta regulamentação prevista para breve.

Desde que o setor passou a ser regulamentado, o número de empresas de animação turística tem vindo a crescer de forma consistente, contabilizando-se 927 empresas de animação turística e 820 operadores marítimo-turísticos registados até novembro de 2012 (Quadro 11). A divisão apresentada entre empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos tem de ser lida com as devidas salvaguardas, pois existem empresas

que desenvolvem tanto atividades terrestres como marítimas e a diferença do valor de registo leva a que alguns operadores marítimo-turísticos não se licenciem como animação turística. Acresce que existem algumas atividades em que é confusa a separação como o *surf*, o *kitesurf*, o *rafting*, etc. Efetivamente não parece fazer sentido considerar a divisão entre animação turística e marítimo-turística. Embora o decreto-lei 108/2009 já tenha aproximado estes dois setores em termos de regulamentação, poderia ter ido mais longe.

Quadro 11 | Empresas de AT e MT registadas em novembro de 2012

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira	Total
Empresa de animação turística	209	200	256	70	129	54	9	927
Operador marítimo-turístico	71	102	190	41	261	113	42	820
Total	280	302	446	111	390	167	51	1747

Dados: TP, DRTM, DRTA, 2012

Em geral, a animação turística é um setor jovem e emergente, caracterizado pela dispersão geográfica e predominância de microempresas, muito direcionado para os visitantes do dia e para o turismo interno (ANETURA, 2005; THR, 2006a). Mas é de realçar a existência de especificidades regionais, nomeadamente na Madeira, nos Açores e mesmo no Algarve, em que o peso dos turistas internacionais na animação turística é mais significativo.

Os produtos que estas empresas disponibilizam são muito diversificados, incluindo uma grande panóplia de atividades de animação desportiva na natureza, organização de eventos, atividades de animação cultural, aluguer de equipamentos, interpretação ambiental, experiências, etc. Segundo os dados disponibilizados no RNAAT, em novembro de 2012, 75,1% das atividades registadas pelas empresas de animação turística enquadravam-se no âmbito do turismo ativo e cerca de 53% na área das atividades na natureza. Em termos de território de ação, considerando as empresas de animação turística e os operadores marítimo-turísticos, cerca de 52,1% enquadravam-se dentro das atividades terrestres, enquanto as atividades aéreas apresentam uma expressão muito residual com apenas 1,1% (Figura 39).

A informação disponível refere-se às atividades registadas pelas empresas, não existindo dados sobre quais as atividades que realmente oferecem, nem sobre a dimensão da sua oferta e da procura. Tal como ocorre com o setor do alojamento, seria importante ter registos específicos sobre a oferta de animação turística, pois esta informação é de grande importância, tanto para a gestão do setor, como para o planeamento nos destinos.

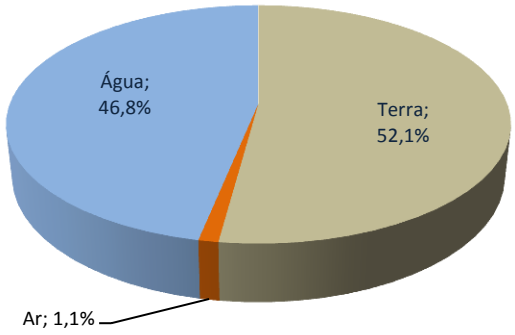


Figura 39 | Tipologia dos subprodutos registados pelas empresas de animação turística e marítimo-turística em Portugal Continental em novembro de 2012 (Dados: TP, 2012)

Os dados dos registos revelam uma predominância de atividades associadas ao desporto e ao turismo de aventura e uma grande dispersão da oferta do setor (Figura 40). As atividades terrestes mais representativas são os percursos pedestres, os passeios de bicicleta e BTT, os percursos de aventura em altura, a escalada e rapel e os passeios em automóvel e todo-o-terreno. Nas atividades aquáticas predominam os passeios de barco e o aluguer de embarcações.

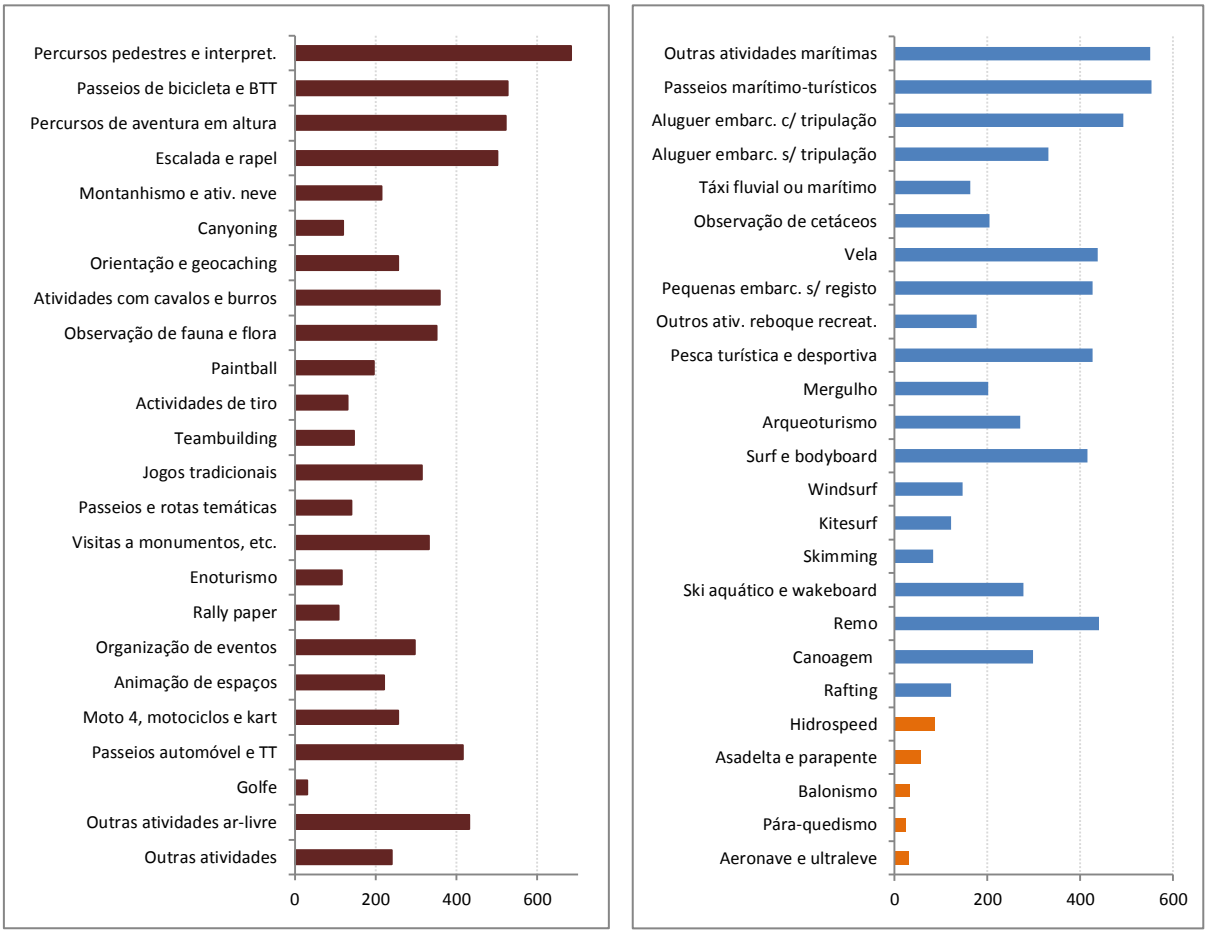


Figura 40 | Atividades terrestres, aquáticas e aéreas, registadas pelas empresas de animação turística e marítimo-turística em Portugal Continental em novembro de 2012 (Dados: TP, 2012)

É ainda necessário observar que o peso do turismo e desporto de aventura é muito superior ao do setor empresarial da animação turística, porque nem todas entidades que prestam serviços de turismo e desporto de aventura estão registadas como empresas de animação turística e existem muitos praticantes que não recorrem aos serviços das empresas de animação turística, realizando as atividades autonomamente, em pequenos grupos, ou enquadrados por clubes e associações.

Atendendo que a generalidade das atividades de turismo de aventura é considerada de risco acrescido, para garantir a segurança dos praticantes é fundamental que no planeamento e enquadramento destas atividades seja desenvolvida "uma orientação segundo abordagens metodológicas de gestão do risco, de modo a aplicar atempadamente as medidas adequadas para garantir a segurança dos praticantes e técnicos e a acompanhar a evolução dos níveis de risco real" (Almeida e Silva, 2009: 311).

A relevância deste setor e as características das atividades impõem que elas sejam praticadas e enquadradas de forma responsável, garantindo-se a segurança, a qualidade de serviço e a minimização dos impactes. O turismo na natureza e a animação turística, especialmente a associada ao turismo de aventura, é exigente tanto no que se refere às competências técnicas associadas à prática das modalidades e ao socorro, como de uma multiplicidade de saberes teóricos e teórico-práticos nas áreas do turismo, ambiente, gestão e dinâmica de grupos, planeamento, línguas, etc. A existência de uma multiplicidade de atividades e de muitas destas serem de risco acrescido, leva à necessidade de implementação de um modelo formativo para os técnicos de animação turística que passe por uma formação de base, complementada por competências técnicas por modalidade. Como evidencia Silva (2010: 33) este modelo formativo deve ser "multilateral, ou seja, baseado em conceitos gerais de turismo, desporto e animação e, por outro, especializado nas áreas de intervenção".

Como o ensino técnico-profissional e superior têm dificuldade em garantir uma oferta formativa com forte componente prática, capaz de assegurar as competências necessárias para os técnicos de algumas atividades (mergulho, rafting, *canyoning*, etc.), é importante estabelecerem-se parcerias e promoverem-se sinergias com as federações desportivas, clubes ou associações desportivas e centros de formação especializados.

Infelizmente, a atual regulamentação do setor é parca no que se refere às exigências de formação e qualificação dos técnicos de animação turística, referindo apenas que as empresas devem prestar aos clientes a informação completa e clara "relativa à formação e experiência profissional dos seus colaboradores" (Decreto-lei n.º 108/2009, de 15 de maio: art.º 6º). Esta lacuna tem repercussões tanto ao nível da segurança como da qualidade dos serviços. Pelo anteriormente exposto, considera-se que não estão reunidas as condições

para assegurar de forma genérica que o enquadramento da atividade de animação turística seja feito por profissionais com as competências técnicas adequadas, o que poderá levar a situações com níveis de risco inaceitáveis.

Esta lacuna é reconhecida pelas empresas do setor e, em especial, pela APECATE[49], que, contando com a colaboração de investigadores da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, elaborou em 2011 uma proposta que apresentou ao Turismo de Portugal, para ser criada a atividade profissional de técnico de turismo de ar-livre.

O modelo de formação e certificação que venha a ser adotado deve considerar a realidade do setor, nomeadamente a diversidade de atividades e competências técnicas necessárias para as enquadrar com segurança, a interação de competências e áreas de formação e ainda a reduzida dimensão do país e da oferta de técnicos. Considerando esta realidade parece mais adequado optar-se por um modelo de formação e certificação que integre tanto a atividade desportiva como a turística. Como ponto de partida é necessário definir as competências mínimas dos técnicos para cada atividade (caminhadas, escalada, rafting, etc.) e função (técnico de turismo e de desporto, formador, monitor, auxiliar, etc.), cruzando os conhecimentos e desempenho desportivo com outros saberes.

Mas a dificuldade em promover o envolvimento dos diversos *stakeholders* e o trabalho conjunto a nível governamental, entre o desporto, o turismo e o ambiente, não tem permitido encontrar soluções transversais e integradas. Como evidencia Carvalhinho (2006: 33), "o trabalho efetuado até ao momento não tem correspondido às expectativas dos muitos interessados (praticantes e candidatos a técnicos) e atuais 'profissionais' que desenvolvem as suas práticas e atividades profissionais neste 'novo' setor desportivo – o desporto de natureza".

Se é indispensável assegurar que o enquadramento de atividades de animação turística de risco acrescido seja realizado por profissionais com qualificação adequada, não deve cair-se no extremo de se impor que estes tenham competências desportivas de um nível excessivo às necessidades do setor. A maioria das atividades de aventura desenvolvidas pelas empresas de animação turística apresenta um baixo grau de dificuldade, realidade que tem vindo a ser reforçada com a valorização do segmento de experiências e o alargamento das atividades a públicos-alvo com cada vez menos competências técnicas.

Enquanto não for assegurado um modelo de formação adequado e eficaz, importa atuar no imediato, definindo padrões de prática e competências mínimas dos técnicos, incentivando mecanismos de formação voluntária, o respeito e a difusão das boas práticas.

[49] Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos

Todos os fatores referidos anteriormente tornam difícil a constituição da profissão de técnico de turismo de ar livre. A isso acresce o elevado peso dos colaboradores ocasionais, dificultando uma maior especialização dos recursos humanos, que é condição essencial para melhorar a oferta e, em particular, a qualidade dos serviços.

Mas o défice de formação do setor não se resume à dos técnicos e a nível das competências práticas, mas igualmente aos conhecimentos a nível de gestão, turismo e ambiente. São diversos os estudos e documentos técnicos, como o estudo "O turismo em Portugal – evolução das qualificações e diagnóstico das necessidades de formação" (IQF, 2005) e o "Plano Estratégico Nacional do Turismo" (MEI, 2006), que identificam a falta de experiência e de *know-how* como uma das principais lacunas na área do turismo de natureza e aventura. O governo considera mesmo que a prioridade para o desenvolvimento do produto turismo de natureza em Portugal, para o horizonte 2015, passa por "melhorar as condições de visitação dos recursos e a formação dos recursos humanos" (MEID e TP, 2011: 40).

PARTE II – CASO DE ESTUDO, O ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

4. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

> "É preciso ter já aprendido muitas coisas para saber perguntar aquilo que não se sabe"
>
> Jean Jacques Rousseau

4.1 MODELO CONCETUAL DA INVESTIGAÇÃO

Após a abordagem e discussão em torno das temáticas e áreas de estudo associadas ao objeto desta investigação, descrevem-se neste capítulo os procedimentos metodológicos referentes à componente da investigação empírica relacionada com o desenvolvimento e aplicação de um instrumento de medição, que permita recolher informação junto dos principais grupos de atores do turismo dos Açores. A auscultação desses *stakeholders* é essencial para a definição das políticas do turismo, pois a gestão e o planeamento dos destinos devem ser prospetivos e participativos, garantindo uma abordagem holística e sustentável. Paralelamente, "uma visão das partes interessadas é importante porque as diferentes partes estão motivadas para atrair diferentes tipologias de turistas" (Tkaczynski, 2009: 120).

Perante uma área de estudo relativamente abrangente, na qual interagem diversos grupos de *stakeholders*, assume-se o questionário como o instrumento de medição mais apropriado. Este deverá considerar os principais atores do turismo no território de estudo e as áreas temáticas da investigação. Mas a auscultação destes agentes através de questionário não é um processo simples, pois pressupõe a satisfação das suas necessidades, algumas delas subjetivas, e a sua perceção sobre os diferentes aspetos associados ao turismo (Hardy e Beeton, 2001). A construção de um questionário direcionado para diversos grupos com motivações, atitudes, conhecimentos e perceções distintos é um grande desafio, que passa desde logo por considerar que "o processo de investigação não é só um processo de aplicação de conhecimentos mas também um processo de planificação e criatividade controlada" (Hill e Hill, 2008: 20).

O modelo concetual que suporta a pesquisa empírica do presente estudo insere-se numa área de investigação multidimensional que integra as especificidades dos territórios insulares de pequena dimensão (TIPD) considerados de transição e um modelo de

desenvolvimento turístico responsável suportado pelo turismo na natureza (Figura 41), amplamente debatido na primeira parte desta tese.

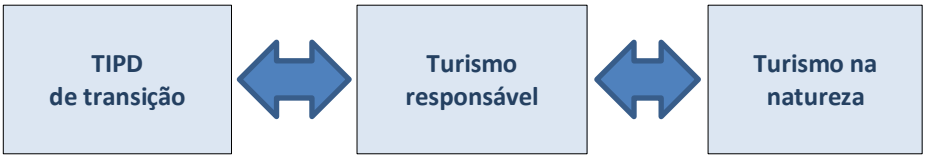


Figura 41 | Principais áreas da investigação

Como turismo responsável entende-se aquele que coloca em prática os princípios da sustentabilidade" (Harrison e Husbands, 1996: 5), definidos e aprovados na Conferência na Cidade do Cabo sobre Turismo Responsável em Destinos, realizada em 2002 (TRTP, 2012).

Quanto à noção de turismo na natureza, neste estudo aborda-se este produto numa perspetiva abrangente, considerando-o como qualquer tipo de turismo que resulte na visitação de territórios predominantemente naturais com objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou desenvolver atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais. Atendendo às especificidades do território de aplicação associado à investigação empírica e à revisão bibliográfica, foram considerados cinco segmentos diretos deste produto: (i) ecoturismo e interpretação ambiental, (ii) descansar e relaxar na natureza, (iii) observação de fauna marinha e terrestre, (iv) turismo e desporto de aventura e (v) turismo de experiências na natureza; e quatro complementardes: (i) alojamento em espaço natural, (ii) caça e pesca turística, (iii) saúde e bem-estar na natureza e (iv) *touring* paisagístico (circuitos turísticos).

A partir do modelo de desenvolvimento turístico definido e dos objetivos gerais e específicos apresentados no primeiro capítulo, definiram-se as dimensões, ou grupos de variáveis, divididas em dois níveis. Um mais geral e abrangente, composto por três dimensões:

- Potencialidades e desenvolvimento turístico;
- Turismo na natureza;
- Animação turística e marítimo-turística.

O segundo nível resultou da decomposição de cada uma destas dimensões em subgrupos, a partir dos quais se definiram ou enquadraram as questões finais (Quadro 12).

Quadro 12 | Objetivos e dimensões da investigação empírica aplicada ao turismo na RAA

Objetivos gerais	***Dimensões / Variáveis***
Og1 - Propor um modelo empírico de desenvolvimento do turismo nos territórios insulares, periféricos e de pequena dimensão com forte identificação com o turismo na natureza de baixa escala, partindo de uma abordagem macro sustentada numa visão sistémica, para um nível mais detalhado. **Og2** - Verificar se existem desfasamentos entre as necessidades de planeamento, as propostas, a ação, os resultados e a perceção de alguns dos grupos de *stakeholders* sobre o desenvolvimento turístico da RAA.	**D0 - Caracterização dos inquiridos** **D1 - Potencialidades e desenvolvimento turístico** D1.1 - Acessibilidades D1.2 - Oferta D1.3 - Forças e fraquezas D1.4 - Potencial e desenvolvimento turístico ▪ Território ▪ Produtos D1.5 - Modelos e planeamento turístico D1.6 - Gestão turística D1.7 - Informação e promoção turística D1.8 - Sustentabilidade / Responsabilidade D1.9 - Qualidade e competitividade **D2 - Turismo na natureza** D2.1 – Oferta de produtos com base no TN D2.2 - Potencialidades dos produtos de TN D2.3 – Importância do produto TN D2.4 - Desenvolvimento e gestão TN D2.5 - Sustentabilidade e gestão ambiental D2.6 - Medidas para desenvolver o TN **D3 – Animação turística e marítimo-turística** D3.1 - Identificação e caracterização das entidades D3.2 - Enquadramento e apoio ao setor D3.3 - Produtos e serviços D3.4 - Gestão ambiental e da qualidade D3.5 - Constrangimentos do setor D3.6 - Outros
Objetivos específicos	
Oe1 - Caracterizar a atividade turística e avaliar o potencial turístico da RAA. **Oe2** - Analisar a potencialidade de desenvolvimento dos produtos de turismo na natureza nos Açores. **Oe3** - Realizar o diagnóstico da oferta e da procura dos principais produtos turísticos dos Açores que tenham como suporte a paisagem e o património natural. **Oe4** - Caracterizar o setor da animação turística na RAA. **Oe5** - Analisar as convergências e as divergências em relação à evolução do turismo e do planeamento turístico no território. **Oe6** - Proceder ao levantamento da perceção de vários grupos de atores do turismo em relação ao modelo e estratégias de desenvolvimento turístico para a RAA. **Oe7** - Verificar se existem posições distintas entre os diversos *stakeholders* sobre os processos de desenvolvimento turístico da RAA, e em particular do produto associado ao turismo na natureza.	

Apesar de poder fazer sentido, optou-se por não criar a dimensão "desenvolvimento sustentável e responsável" no primeiro nível, considerando-se mais apropriado incluí-la como subgrupo em todas as dimensões principais, por ser transversal a todas.

Os dados recolhidos, depois de analisados, deverão contribuir para validar ou rejeitar as hipóteses apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho, especificamente as que estão diretamente relacionadas com o caso de estudo (Figura 42).

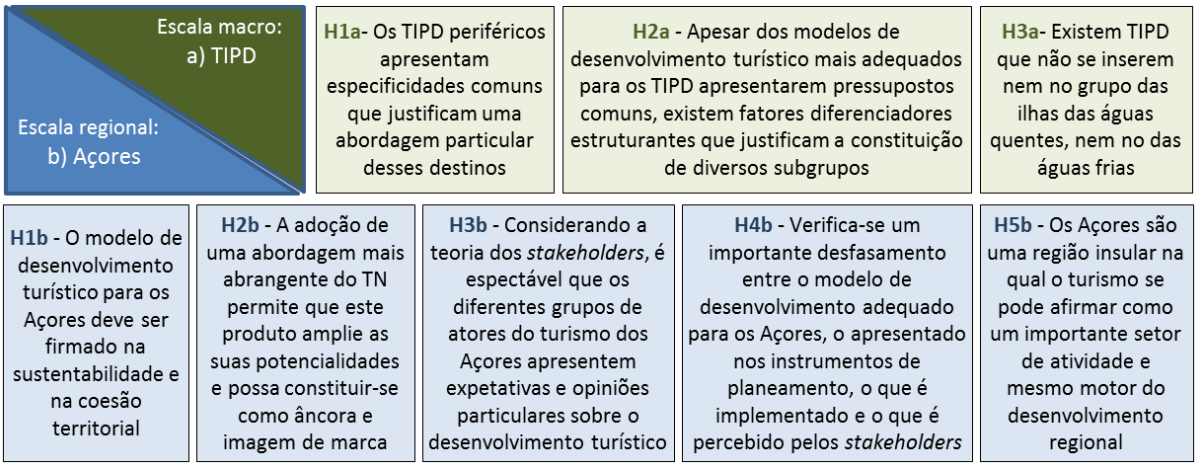


Figura 42 | Hipóteses gerais da investigação

Considerando que o objeto principal desta tese está centrado no desenvolvimento turístico das ilhas de pequena dimensão, tendo como caso de estudo o arquipélago dos Açores e assumindo um modelo com base nas premissas da sustentabilidade e responsabilidade, com particular enfoque no turismo na natureza, julga-se necessário o instrumento de medida incluir tanto os aspetos gerais sobre o turismo nos Açores, como os específicos do turismo na natureza. Por sua vez, conforme justificado no capítulo anterior, pela forte ligação ao setor da animação turística (incluindo a marítimo-turística), ao turismo ativo e na natureza, considerou-se também importante aprofundar o conhecimento sobre este setor, o que justifica a divisão do questionário em quatro partes:

- I - Dados gerais;
- II - Potencialidades, oferta, produtos e desenvolvimento turístico da RAA;
- III – Turismo na natureza;
- IV – Animação turística e marítimo-turística.

4.2 UNIVERSO E AMOSTRA

Decidido o instrumento de medição e o modelo concetual procurou-se garantir três aspetos essenciais na investigação por questionário: “uma definição da população, um desenho do estudo e um método de amostragem” (Oliveira, 2009: 4). Segundo Hill e Hill (2008: 41) é usual em ciências sociais considerar-se “que o tamanho de uma população definida de modo estatístico é normalmente igual ao número total de casos [ou conjunto de entidades] para os quais pretendemos tirar conclusões”. A definição da população iniciou-se assim pela identificação dos grupos de atores associados ao turismo nos Açores.

Entende-se como *stakeholders* de um destino turístico todas as pessoas ou organizações que apresentem um interesse ligado à atividade turística desse destino (Sheehan e Ritchie, 2005), podendo assumir uma visão mais restrita, ou alargada, incluindo desde os próprios turistas, a outros indivíduos que usufruam dos equipamentos e serviços turísticos, os residentes locais, o setor do turismo, o setor público e outros interessados, como os investigadores e especialistas, associações e organizações não-governamentais, grupos de influência, etc. (Cooper *et al.*, 2007; Sautter e Leisen, 1999; Tkaczynski *et al.*, 2009). Poderá então considerar-se como *stakeholders* do turismo dos Açores todos os residentes, visitantes e outros intervenientes envolvidos diretamente ou indiretamente com a atividade turística na região. Segundo as abordagens mais recentes os *stakeholders* são divididos em dois grupos os primários e os secundários (Clarkson, 1995; Freeman, 2004; Friedman e Miles, 2006; Tkaczynski, 2009). Como *stakeholders* primários consideram-se aqueles que estão mais diretamente relacionados com a atividade (Alojamento turístico, agências de viagem, decisores políticos, etc.), enquanto os secundários (turistas, residentes, associações locais, etc.) são aqueles "que influenciam ou afetam, ou são influenciados ou afetados pela empresa [ou destino], mas não estão envolvidos em operações com a empresa [ou destino], pelo que não são essenciais para a sua sobrevivência" (Clarkson, 1995: 107). Mas a distribuição dos diversos *stakeholders* por estes dois grupos não é consensual e depende das realidades do território de estudo, dos produtos turísticos predominantes no destino, da abordagem seguida e de limitações da investigação (Tkaczynski, 2009).[50] Uma dos aspetos mais questionáveis desta divisão consiste na inclusão dos turistas no grupo dos *stakeholders* secundários, já que eles são essenciais para o setor.

Considerando a realidade e especificidade da RAA neste estudo optou-se por se dividir os *stakeholders* em seis grupos:

[50] Na sua tese de doutoramento Tkaczynski (2009) analisou 119 estudos realizados entre 2002 e 2007, que recorreram à teoria dos *stakeholders* e ao questionário como instrumento de recolha de informação, tendo concluído que não se verificava um critério definido sobre os grupos de *stakeholders* consultados.

- Os turistas, podendo abranger igualmente os visitantes do dia;
- A população local;
- A comunidade de investigadores e especialistas;
- Os agentes turísticos privados;
- As associações ligadas ao turismo, ao ambiente, ou ao desenvolvimento local;
- As entidades públicas que intervenham na gestão turística, incluindo o poder político.

Perante a dificuldade de auscultar todas estas entidades num único estudo, procurou-se conciliar a busca de soluções ideais, com os recursos e limitações inerentes à investigação empírica que se pretende realizar. Atendendo aos objetivos desta investigação, considera-se que os grupos de *stakeholders* essenciais a consultar são predominantemente os primários, nomeadamente os constituídos pelos principais agentes de turismo e os ligados à gestão do território, especialmente nas áreas de ordenamento e do ambiente. A estes acrescem ainda os decisores no âmbito do poder autárquico, as associações, especialistas e investigadores na área do turismo ou afins.

A decisão de não incluir dois dos grupos mais alargados, que correspondem à população local e aos turistas, decorreu tanto da existência de diversas limitações em desenvolver esse trabalho no âmbito desta tese, como por serem os grupos mais considerados nos estudos que recorrem à aplicação de questionários. No caso dos Açores, existem diversos estudos que disponibilizam este tipo de informação, dos quais se destacam:

- Estudo sobre as atitudes dos residentes face ao turismo, 2005 (SREA, 2007a);
- Estudo sobre os turistas que visitam os Açores, 2001(SREA, 2001);
- Estudo sobre os turistas que visitam os Açores, 2005-2006 (SREA, 2007b);
- Inquérito à satisfação do turista nos Açores, Verão de 2007 (ORT e CEEAplA, 2007);
- Inquérito à satisfação do turista nos Açores, Inverno de 2007-2008 (ORT e CEEAplA, 2008);
- A qualidade do destino açores na perspetiva dos turistas, 2008 (ORT, 2008);
- Sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores (Moniz, 2009).

Não é apenas nos Açores que os inquéritos aos residentes e, em especial, aos turistas tendem a tornar-se numa prática regular, tanto pela utilidade dos resultados, como por metodologicamente serem relativamente simples de implementar. Contudo, a auscultação dos visitantes geralmente restringe-se ao turismo internacional, sendo que, no caso específico dos Açores, são aplicados aos visitantes externos à região, abarcando também o turismo doméstico proveniente de outras regiões de Portugal, excluindo o inter-ilhas, que está por estudar e promover.

A aplicação de instrumentos de medição a outros *stakeholders* é menos comum, sendo para alguns grupos difícil de delimitar a população e obter respostas. Embora atualmente seja amplamente defendido um modelo de planeamento e de gestão participativa, a auscultação destes atores continua frequentemente limitada à fase de consulta pública, com uma participação residual (Hall, 2008).

A seleção dos grupos de *stakeholders* e dos casos a inquirir neste estudo considerou fatores como o de reconhecimento e o da atributabilidade[51], e especialmente o da relevância, ou seja, a ligação de cada um dos atores à atividade do turismo, em particular ao turismo na natureza e ambiente, e ao planeamento e desenvolvimento regional. Conjuntamente com a especificação dos grupos da população alvo, procurou-se achar o universo inquirido ou operacional, composto pelos casos disponíveis, tendo sido definidos os seguintes grupos do universo a inquirir e a sua abrangência:

- **Agentes de animação turística e operadores marítimo-turísticos** – Recorreu-se aos registos da Direção Regional de Turismo, da Associação Regional de Turismo e ao levantamento junto das empresas, considerando todas as que estavam licenciadas a 31 de janeiro de 2012 e que prestaram serviços em 2011;
- **Agências de viagem e turismo** – O procedimento para a seleção destas entidades foi igual ao anterior;
- **Poder loc**al – Autarcas com pelouro, abrangendo o presidente, vice-presidente e vereadores;
- **Entidades e departamentos do Governo Regional ligados ao turismo e áreas associadas** – Procedeu-se ao levantamento dos organismos com responsabilidades na gestão turística, no ordenamento do território e no ambiente, sendo considerados os responsáveis por esses organismos e departamentos;
- **Especialistas e investigadores em turismo e planeamento regional** – Incluíram-se os responsáveis por cursos ou projetos nessa área e considerou-se um por cada produto turístico da região e subproduto no que se refere ao turismo na natureza[52];
- Associações não-governamentais de turismo, de desenvolvimento local e associadas ao ambiente – Considerou-se um responsável por cada departamento ou principais núcleos de ação;

[51] O reconhecimento está associado à facilidade de identificação desses atores com o universo e a atributabilidade é "a capacidade da definição permitir decidir sem ambiguidade se um determinado indivíduo pertence ou não à população do estudo" (Oliveira, 2009: 5).

[52] Inicialmente consideraram-se dois especialistas por subproduto, mas posteriormente verificou-se que a maioria destes especialistas fazia parte de outros grupos de *stakeholders*, estando por isso já representados na amostra.

- **Guias turísticos** – Foram considerados todos os guias oficiais da região divididos em guias-intérpretes e guias da montanha do Pico;
- **Alojamento turístico** – Consideraram-se os dois grupos mais relevantes, os estabelecimentos hoteleiros e turismo em espaço rural (TER) licenciados a 31 de janeiro de 2012. Recorreu-se à informação disponibilizada pela Direção Regional de Turismo e à verificação através de contatos diretos.

Se para alguns destes grupos o universo alvo é relativamente fácil de determinar, para outros as dificuldades são significativas, verificando-se três situações distintas:

- O universo alvo e inquirido coincidem, são bem delimitados e é possível entrar em contacto com todos os indivíduos:
  - Agentes de animação turística e operadores marítimo-turísticos;
  - Agências de viagem e turismo;
  - Alojamento turístico (Hotelaria e TER);
  - Poder local, constituído pelos autarcas com pelouro.
- O universo alvo e inquirido não coincidem, sendo necessário proceder à sua seleção segundo critérios objetivos, pelo que o universo inquirido é estimado:
  - Entidades e departamentos do Governo Regional ligados ao turismo e áreas associadas;
  - ONG de turismo, desenvolvimento local e associadas ao ambiente;
  - Especialistas e investigadores nas áreas do turismo e planeamento regional.
- O universo alvo é relativamente conhecido mas não coincide com o inquirido por não ser possível entrar em contato com todos os indivíduos:
  - Guias turísticos: Guias-intérpretes e guias da montanha do Pico.

Sendo o universo da generalidade destes grupos conhecido e limitado, optou-se por não realizar um método de amostragem e procurar inquirir todo o universo operacional, salvo alguns casos que não foi possível comunicar por se desconhecer a morada ou contactos. Contudo, por ser impossível persuadir todos os elementos do universo a responder, acabou por se trabalhar com uma amostra constituída por todos os respondentes. Como alguns grupos de *stakeholders* apresentam um reduzido número de casos, considerou-se essencial conseguir uma taxa de resposta mínima de 50%, para garantir uma boa representatividade do universo.

No quadro 9 apresenta-se o universo inquirido, dividido em oito grupos, composto por 554 casos, com a amostra composta por 302 casos que correspondem a 54,5% do universo operacional. Estes 302 casos são compostos por 278 respondentes diferenciados e 24 repetidos que representam dois grupos de *stakeholders*. Com base nestes valores, os

resultados apresentados possuem um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 3,81% (Flick, 2005).

Quadro 13 | Universo

Grupos de atores / *stakeholders*	Universo			Respostas / Amostra			Repeti-ções
	Alvo	Inquirido		N.º	% do universo		
	N.º	N.º	%		Alvo	Inquirido	N.º
Agentes de animação turística e operadores marítimo-turísticos	104	104	100,0	59	56,7	56,7	0
Agências de viagem	31	31	100,0	16	51,6	51,6	1
Alojamento turístico: Est. Hoteleiros e TER	160	160	100,0	67	41,9	41,9	7
Poder local: Autarcas com pelouro	61	61	100,0	39	63,9	63,9	0
Guias turísticos: de montanha e Intérpretes	138	87	63,0	43	31,2	49,4	7
Entidades e departamentos do Governo Regional de turismo e áreas associadas	-	34	-	20	-	58,8	0
ONG de turismo, desenvolvimento local e ambiente	-	52	-	36	-	69,2	6
Especialistas e investigadores em turismo e planeamento regional	-	25	-	22	-	88,0	3
Total	**-**	**554**	**-**	302	-	54,5	24

4.3 DESENHO DO QUESTIONÁRIO

Os objetivos da investigação, a abrangência e as especificidades, quer geográficas, quer temáticas, não permitiram encontrar um instrumento de medida já construído e validado que fosse totalmente adequado, pelo que se optou por desenvolver um questionário de raiz, para o qual foram considerados outros estudos e aportes que podem ser divididos em dois grupos.

O primeiro resultou da revisão bibliográfica de estudos que recorreram à utilização de questionários e que abordam as áreas de estudo desta tese, em especial no que se refere ao turismo na natureza, ao turismo na RAA, aos que consideram uma abordagem holística do turismo e tem como base a teoria dos *stakeholders*. A maioria dos estudos desenvolvidos direcionados para o turismo na natureza têm como territórios de aplicação as áreas protegidas e dentro destes, os que apresentam uma abordagem por *stakeholder* são escassos (Pan e Ryan, 2007; Tkaczynski, 2009). Apesar de não se ter conseguido encontrar nenhum estudo que se enquadre totalmente no âmbito desta tese, no quadro 14 apresentam-se diversos estudos que foram considerados nesta investigação.

Quadro 14 | Estudos considerados nesta investigação empírica

Autor / Ano	Região e país	Tema
Andriotis, Agiomirgianakis e Athanasios (2007)	Creta	Tourist vacation preferences: The case of mass tourists to Crete
Anna Carr (2007)	Nova Zelândia	Características de negócio dos operadores que prestam serviços de turismo na natureza
Carvalhinho (2006)	Portugal	Os técnicos e as atividades de desporto de natureza: formação e competências profissionais
Comissão da União Europeia para o Turismo (EC, 2003)	Geral	Evaluating the quality performance of tourist destinations and services
Haukeland (2011)	Noruega	Tourism stakeholders perceptions of national park management in Norway
Lewis (2005)	Pequenos Estados Insulares	Sustainable tourism development in Small Island States: A stakeholder perspective
Mehmetoglu (2007)	Noruega	Typologising nature-based tourists by activity
Moniz (2009)	Açores, Portugal	Sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores
Obenour, Lengfelder e Groves (2005)	Ohio, EUA	Nature based destination
Silva (2009)	Portugal	A visão holística do turismo Interno e a sua modelação
Stanford (2006)	Nova Zelândia	Responsible tourism in New Zealand
Tkaczynski (2009)	Fraser Coast, Austrália	How do tourism stakeholders segment tourists at a destination?

O segundo grupo consiste noutros questionários desenvolvidos e aplicados ao setor da animação turística e marítimo-turística nos Açores, no âmbito do Plano Estratégico de Animação Turística (PEAT) da Associação Regional de Turismo, que têm sido coordenados pelo autor, e na experiência adquirida pela participação em reuniões, debates e jornadas com a participação direta de muitos dos *stakeholders* associados ao turismo na região. Parte deste trabalho contribuiu com aportes essenciais, tanto para a definição da problemática, como para o levantamento das principais preocupações associadas ao turismo, aspetos decisivos na elaboração deste questionário.

Outra preocupação inicial consistiu em decidir se era mais adequado desenvolver um questionário para cada grupo de *stakeholders* ou um comum. Apesar da vantagem inerente à aplicação de questionários distintos, por permitir que estes sejam mais especializados e dirigidos a cada um dos grupos, optou-se por criar um questionário base comum, pela vantagem associada à possibilidade de comparabilidade e análise global. Devido à especificidade do setor da animação turística e marítimo-turística e interesse na sua caracterização, acrescentou-se ao questionário base um conjunto de questões específicas para este grupo, que tem uma importância relevante na oferta de serviços de turismo ativo na natureza.

Considerando a revisão da literatura e em especial os questionários implementados no âmbito do PEAT e inúmeras sessões de trabalho com grupos de *stakeholders* associados ao turismo dos Açores, foram definidos para cada um dos três temas do questionário um conjunto de subtemas interligados com as hipóteses gerais da investigação. Seguiu-se a definição das dimensões, resultantes da agregação de variáveis, e a partir destas foram construídas as questões (Quadro 15) e definidas as escalas de medida e os métodos de análise de dados mais adequados (Hill e Hill, 2008).

Para tornar o tratamento da informação mais objetivo e simples, assumiu-se a opção de recorrer fundamentalmente a perguntas fechadas, com respostas condicionadas a uma escala de opinião. Decidiu-se apenas incorporar três questões de resposta aberta (Anexo 1, questões 15, 16 e 44), que permitem explorar outros aspetos que possam ser relevantes para os inquiridos, proceder ao controle de outras respostas mais importantes e dar maior liberdade de expressão aos inquiridos.

Sendo as variáveis que se pretendem medir predominantemente categóricas qualitativas (opinião, nível de satisfação, etc.) e ordinais, optou-se maioritariamente pela escala de medição de Likert com cinco níveis, que varia entre “muito baixo” e “muito elevado”, “muito insatisfeito” e “muito satisfeito”, “discordo totalmente” e “concordo totalmente”, ou “nada importante” e “muito importante”, acrescida de mais uma opção referente a “não sabe ou

sem opinião". No tratamento dos dados as repostas assinaladas como "não sabe ou sem opinião", foram consideradas como ausência de resposta.

Quadro 15 | Questões por dimensão e variáveis

Dimensões / Agregado de variáveis (D)	Questões (Q) Total	Identificação das variáveis (n.º da questão)
D0 - Caracterização dos respondentes	**6**	1 a 6
D1 - Potencialidades e desenvolvimento turístico	**114**	
D1.1 - Acessibilidades	12	12.1 a 12.11; 14.11
D1.2 – Oferta	7	10.9, 10.10, 10.5, 10.8, 10.11, 10.12, **10.15**
D1.3 - Forças e fraquezas	6	15.1 a 15.3, 16.1 a 16.3
D1.4 - Potencial e desenvolvimento turístico		
• Território	13	7, 8.1 a 8.10, 11.1, 11.2, 10.23
• Produtos	13	9.1 a 9.13
D1.5 - Modelos e planeamento turístico	5	11.6, 11.7, **11.8**, 11.9, 11.20
D1.6 - Gestão turística	12	10.20, 10.26, **11.10**, 11.18, 11.19, 13.1 a 13.7
D1.7 - Informação e promoção turística	7	10.14, **10.15**, 10.16, 10.17, 10.24, 14.7, 14.8
D1.8 - Sustentabilidade / Responsabilidade	21	11.3 a 11.5, **11.8**, **11.10** a 11.13, 20.6, 14.1 a 14.6
D1.9 - Qualidade e competitividade	18	10.1 a 10.4, 10.6 a 10.8, 10.13, 10.19, 10.21, 10.22, 10.25, 11.14 a 11.17, 14.9 e 14.10
D2 - Turismo na natureza	**51**	
D2.1 - Oferta de produtos com base no TN	12	17.1 a 17.9, 19.10, 19.11, 19.12
D2.2 - Potencialidades dos produtos de TN	10	18.1 a 18.9, **9.9**
D2.3 - Importância do produto TN	3	19.1, 19.2, 19.13
D2.4 - Desenvolvimento e gestão TN	4	19.3, 19.4, **19.6**, 19.9
D2.5 - Sustentabilidade e gestão ambiental	11	19.5, **19.6**, 19.7, 19.8, 20.1 a 20.6, **20.8**
D2.6 - Medidas para desenvolver o TN	11	20.7, **20.8**, 20.9 a 20.17
D3 - Animação turística e marítimo-turística	**71**	
D3.1 - Caracterização das entidades	14	21 a 34
D3.2 - Enquadramento e apoio ao setor	3	35 a 37
D3.3 - Produtos e serviços	35	38.1 a 38.29**, 39.1 a 39.4**, 40, 41
D3.4 - Gestão ambiental e da qualidade	4	42.1 a 42.4
D3.5 - Constrangimentos do setor	14	43.1 a 43.14
D3.6 - Outros	1	44

* A negrito são assinaladas as questões afetas a mais do que uma variável.

** Para cada uma destas questões são solicitados três ou quatro dados diferentes.

A partir da informação obtida na revisão bibliográfica e na aplicação de outros questionários sobre o tema e território de estudo por parte do autor, foi elaborada uma primeira proposta do questionário. Com o intuito de aferir a adequabilidade e clareza da terminologia e das perguntas, a pertinência das questões face aos objetivos de estudo e a estrutura do questionário, recorreu-se a uma metodologia por etapas, até chegar à proposta final.

Inicialmente o questionário foi apresentado a um grupo de peritos (n=6) nas áreas da Geografia e do Turismo, conjuntamente com a caraterização sumária do projeto e os

objetivos do estudo, solicitando que estes apresentassem uma análise crítica e que esta fosse complementada com a resposta ao questionário.

Após serem incorporadas as sugestões consideradas pertinentes, foi realizada uma aplicação experimental (pré-teste) a um conjunto de casos (n=15) pertencentes ao universo em estudo, distribuídos por diferentes ilhas e grupos de *stakeholders*, solicitando-se aos inquiridos que indicassem qualquer situação que suscitasse dúvida referente à compreensão e preenchimento do questionário. Foi ainda pedido que indicassem o tempo de resposta, que variou entre os 12 minutos e os 45 minutos, o que é um intervalo muito grande. A maioria dos respondentes demorou 15 a 20 minutos a responder o questionário base e 20 a 30 minutos ao destinado ao setor da animação turística. Este é um tempo que se considerou aceitável e que permite um bom compromisso entre o interesse em obter informação sobre um alargado número de variáveis e a disposição dos inquiridos para responderem.

Apurada uma nova versão, foi realizada uma reunião com os orientadores da tese, para esclarecer algumas dúvidas que subsistiam e realizar uma revisão final. Mesmo após todas estas fases, subsistiram algumas questões, em especial por se considerar o questionário relativamente extenso e apresentar uma estrutura e formatação muito densa. Após uma nova análise e discussão com os orientadores considerou-se retirar apenas duas questões e manter a formatação, pois a sua densidade é justificada para reduzir o número de páginas do questionário, considerando-se que isso, apesar de discutível, constitui um fator relevante na disponibilidade dos inquiridos para responderem. A densidade do questionário resultou essencialmente da formatação e organização da informação, não se recorrendo a técnicas como reduzir a dimensão da letra ou o seu espaçamento. Contudo, contra o que é recomendado, optou-se por agrupar um número elevado de questões numa única secção com a mesma escala de resposta, especialmente no grupo de questões 10, 11, 19 e 20.

Assim, o instrumento de medida final (Anexo 1) é composto por uma parte comum a todos os grupos de *stakeholders* e uma sessão extra dirigida apenas para o grupo das empresas de animação turística e marítimo-turística. O questionário apresenta 227 questões, sendo que 15 destas pertencem a mais do que uma variável, existindo assim 242 entradas (Quadro 15). A dimensão referente à “caracterização dos inquiridos” é composta por seis questões; a referente à dimensão “potencialidades e desenvolvimento turístico” por 102; a dimensão “turismo na natureza” conta com 48 questões; e a da “animação turística e marítimo-turística” por 71.

O questionário conta ainda com uma introdução inicial onde se apresenta o objetivo do questionário e se dá garantia que os dados obtidos serão tratados e disponibilizados em conjunto garantindo-se a confidencialidade dos dados.

No que se refere à validação do questionário ela foi garantida pelo procedimento metodológico seguido e explicado anteriormente, nomeadamente a incorporação dos aportes decorrentes da revisão bibliográfica e análise de outros estudos com aplicação de questionários e a garantia de uma forte relação entre os objetivos de estudo, as dimensões e as questões, reuniões com peritos e aplicação experimental. Embora seja um instrumento de medida novo, tem como base outros questionários e a generalidade das variáveis podem ser medidas diretamente, pelo que ao contrário dos instrumentos com variáveis latentes[53], considera-se não ser importante proceder-se a uma análise mais detalhada das qualidades métricas do questionário (Hill e Hill, 2008).

Quanto à validade prática, pressupõe-se a possibilidade de comparação com outros estudos para correlacionar os resultados (validade concorrente), e que o instrumento de medida possa ser utilizado posteriormente para verificar as alterações de comportamentos ou de opinião (validade preditiva). Como não há conhecimento de estudos semelhantes neste caso não é importante considerar a validade concorrente. Já no que se refere à validade preditiva considera-se que este trabalho poderá dar um importante contributo para a continuidade da análise destas dimensões junto destes grupos e no território em estudo, pela necessidade de intensificar o envolvimento dos diferentes *stakeholders* no processo de planeamento e de gestão turística.

No que se refere à validade de construção procurou-se garantir que o questionário avalie as dimensões pretendidas. Para assegurar isso procedeu-se a uma cuidada metodologia, descrita anteriormente. Certamente que alguns inquiridos tiveram algumas dificuldades e provavelmente nem sempre as respostas foram condizentes com o que se pretendia avaliar, mas quer pelo referido anteriormente, quer pelo contacto direto com alguns dos respondentes, não foram identificadas dificuldades expressivas.

[53] Consideram-se como variáveis latentes as que não podem ser observadas nem medidas diretamente, sendo definidas a partir de um conjunto de variáveis que podem ser medidas e que no seu conjunto contribuem para observar e medir a variável latente (Hill e Hill, 2008).

4.4 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

O questionário foi aplicado entre os meses de novembro de 2011 e abril de 2012, sendo que se solicitou aos inquiridos que considerassem 2011 como ano turístico de referência. O questionário foi desenvolvido em três formatos:

- Ficheiro eletrónico em formato PDF editável, que foi disponibilizado via *email*, com um texto de apresentação. Os respondentes apenas teriam de assinalar os campos, salvar o ficheiro depois de respondido e enviá-lo por *email*. Foram obtidas 107 respostas através deste método;
- Em papel, com formatação igual à do ficheiro em PDF. Foi entregue pessoalmente ou enviado por carta via postal e recolhido diretamente ou devolvido também por via postal. A carta incluía um texto de apresentação, o questionário e um envelope selado e endereçado com a morada da Escola Superior de Hotelaria do Turismo do Estoril. Foram obtidas 161 respostas através deste método;
- Através de questionário *on-line* com recurso da ferramenta disponibilizada pela Qualtrics Survey Software (www.qualtrics.com). Apesar das inúmeras vantagens deste método, verificaram-se apenas 16 respostas das quais 10 foram validadas.

Devido às dificuldades em contactar presencialmente cada um dos inquiridos, e de ser mais prático para estes não estarem condicionados a responderem no momento, optou-se por enviar o questionário inicialmente num formato e por um dos meios disponíveis: *email*, via postal, ou entrega direta. O questionário seguiu acompanhado por uma carta de apresentação e era solicitada uma resposta o mais breve possível. Para maximizar o número de respostas, sempre que a resposta não chegava em tempo útil, foi estabelecido um segundo ou mais contactos, recorrendo, sempre que se considerou adequado, à disponibilização do questionário noutro formato.

A aplicação do questionário foi realizada maioritariamente por via postal e *email*, mas foi complementada com o trabalho benévolo de uma vasta rede de colaboradores em todas as ilhas, que entregaram e recolheram diversos questionários e desenvolveram um importante esforço de persuasão junto de muitos inquiridos.

Apesar do questionário não incluir um item para identificação do inquirido e se respeitar a confidencialidade das respostas, optou-se por identificar o respondente, para se evitar duplicações e se poder insistir junto dos que, apesar de contactados, demoravam a enviar a resposta.

4.5 TRATAMENTO DOS DADOS E TÉCNICAS ESTATÍSTICAS

No tratamento dos dados recolhidos utilizou-se o programa informático de estatística R, na versão 2.15.1[54].

Para analisar e interpretar os resultados recorreu-se essencialmente a parâmetros de tendência central (média e mediana) e de dispersão (desvio-padrão, primeiro quartil e terceiro quartil), sendo os resultados apresentados em forma de quadro e gráficos agrupados por agregado de variáveis.

Considerando que existem duas variáveis independentes principais - a ilha de residência dos inquiridos e o grupo de *stakeholders*, colocou-se a hipótese de estabelecer uma análise comparativa das variáveis dependentes em relação a cada uma destas duas variáveis independentes. Contudo, devido à extensão do questionário, ter-se-ia como resultado mais de 20 mil outputs! Como a distribuição dos inquiridos por ilha é muito heterogénea, com um número de casos muito reduzido nas ilhas mais pequenas, considerou-se que não seria adequado apresentar resultados por esta variável independente. Quanto à variável constituída pelos grupos de atores, considerou-se ser bastante mais relevante para os estudos que desenvolvem uma abordagem por *stakeholders* e que partem do pressuposto que existem especificidades próprias de cada um destes grupos por apresentarem interesses e visões para o turismo distintos (Cooper *et al.*, 2007).

No entanto, mesmo decidindo proceder à análise comparativa apenas para a variável independente do grupo de *stakeholders*, a quantidade de resultados é extensa, pelo que se optou por recorrer a um conjunto de procedimentos para facilitar a sua leitura e análise, como a apresentação dos dados por agregados de variáveis, representados em quadros e em gráficos que permitam a interpretação de conjunto e a leitura dos parâmetros mais relevantes. Nos quadros são apresentadas as médias por cada grupo de *stakeholders* e a média e desvio padrão para o conjunto dos dados por variável. Quanto à representação gráfica optou-se por diversas soluções, mas predominando as "caixas-de-bigodes"[55]. Estes gráficos são relativamente pouco utilizados, porque a sua interpretação é pouco intuitiva e relativamente complexa. Contudo, em estudos científicos e quando se trabalha com grandes volumes de informação, as vantagens destes gráficos são notórias, "quer ao nível da caraterização sintética dos dados, quer pelas possibilidades de comparação que este evoca" (Silva, 2006: 171). Apesar de existirem algumas variações no que se refere à quantidade de estatísticas representadas nestes gráficos o mais comum é que incluam a

[54] Este programa tem código aberto e é de acesso livre e gratuito, estando disponível no *site* www.r-project.org/.

[55] Também designadas por diagrama de extremos e quartis, ou pelo seu termo em inglês "box-plot".

mediana, o valor mínimo e máximo, o primeiro e terceiro quartil e eventuais outliers e extremos (Maroco, 2003). Neste trabalho optou-se ainda por acrescentar a média, assinalada com um ponto a vermelho. Juntando no mesmo gráfico medidas de posição central com as de dispersão e dados discrepantes, apresenta-se, não só a informação estatística mais relevante, como se consegue obter uma ideia da distribuição dos dados pela variável.

Para facilitar a leitura e permitir em simultâneo representar e comparar os resultados pela variável independente, optou-se por se apresentar uma caixa-de-bigodes com as variáveis dependentes agrupadas para o total dos valores da amostra, seguido de oito gráficos com menor dimensão com a representação por *stakeholder*.

Com objetivo de proceder à análise comparativa da variável dependente (grupo de *stakeholder*), para além da observação direta através da leitura dos gráficos de caixas-de-bigode, recorreu-se a técnicas estatísticas. Embora para estabelecer a comparação entre grupos com mais de duas variáveis independentes ($k > 2$) seja comum recorrer à análise da variância - ANOVA, optou-se antes pelo teste Kruskal-Wallis, por ser uma técnica não-paramétrica que não exige normalidade das distribuições (Oliveira, 2009). Como referem Vargha e Delaney (1998), quando se trabalha com variáveis medidas numa escala ordinal como a de Likert, e existem grupos de pequena dimensão, é preferível utilizar técnicas não-paramétricas.

Nos casos em que se registaram diferenças estatisticamente significativas (considerando um nível de significância igual ou inferior a 0,05, 0,01 e 0,001), para identificar qual ou quais os grupos que apresentam diferenças estatisticamente significativas recorreu-se à técnica não paramétrica “U de Mann-Whitney” ou “Mann-Whitney-Wilcoxon” (MWW), garantindo, em simultâneo, a correção do *p-value*.

5. OS AÇORES NO CONTEXTO DOS TIPD

> Os Açores foram durante séculos uma pirâmide atlântica com a base voltada para as Américas e o vértice para Portugal.
>
> Onésimo Teotónio Almeida (IAC, 2010: 15)

5.1 OS AÇORES: INSULARIDADE E DESENVOLVIMENTO

Apesar da grande diversidade das realidades socioeconómicas e ambientais dos territórios insulares de pequena dimensão (TIPD), é reconhecida a existência de um conjunto de características comuns, como sejam a reduzida dimensão territorial e demográfica, o isolamento, a descontinuidade territorial, as dificuldades de acessibilidade, a dependência e debilidade económica, uma importante diáspora e a vulnerabilidade ambiental. Conforme apresentado no ponto 3.4 desta tese, cada um destes fatores apresenta uma dimensão variável conforme as especificidades dos territórios, contribuindo para a singularidade de cada destino.

Entre os fatores de diferenciação desses territórios destacam-se os políticos e ambientais, a disponibilidade de recursos e o nível de desenvolvimento. Assim, dentro dos TIPD é comum individualizarem-se os constituídos por estados independentes e, dentro destes, como mais vulneráveis, os que apresentam um nível de desenvolvimento mais baixo, geralmente designados como SIDS (*Small Island Developing States*).

Os fatores económicos assumem uma relevância particular, nomeadamente o grau de abertura e competitividade dessas economias, o peso da economia tradicional e dos recursos naturais e das "novas" dinâmicas, muito ligadas aos serviços e ao capital, em especial dos setores financeiros e do turismo.

O enquadramento do arquipélago dos Açores no contexto dos TIPD e qual o potencial de desenvolvimento turístico deste território constituem os temas centrais dos capítulos seguintes. Embora a investigação disponível sobre os TIPD seja extensa, são poucos os estudos científicos sobre o turismo dos Açores, o que em parte se explica por este território não constituir um estado independente, apresentar um nível de vida relativamente elevado e não se enquadrar no contexto das "ilhas de águas quentes".

A insularidade é sem dúvida um fator determinante deste arquipélago inserido na República Portuguesa, mas dotado de autonomia política e administrativa. A reduzida dimensão da Região Autónoma dos Açores (RAA) e a elevada fragmentação territorial, associada à sua localização em pleno Atlântico Norte, são condicionantes importantes do desenvolvimento e das acessibilidades. Com apenas 2.322 km^2 de superfície e 245 mil

habitantes, o que corresponde a 2,5 % da superfície e a 2,3 % da população de Portugal, os Açores são um pequeno arquipélago constituído por nove ilhas distribuídas por três grupos relativamente afastados entre si (Figura 43).

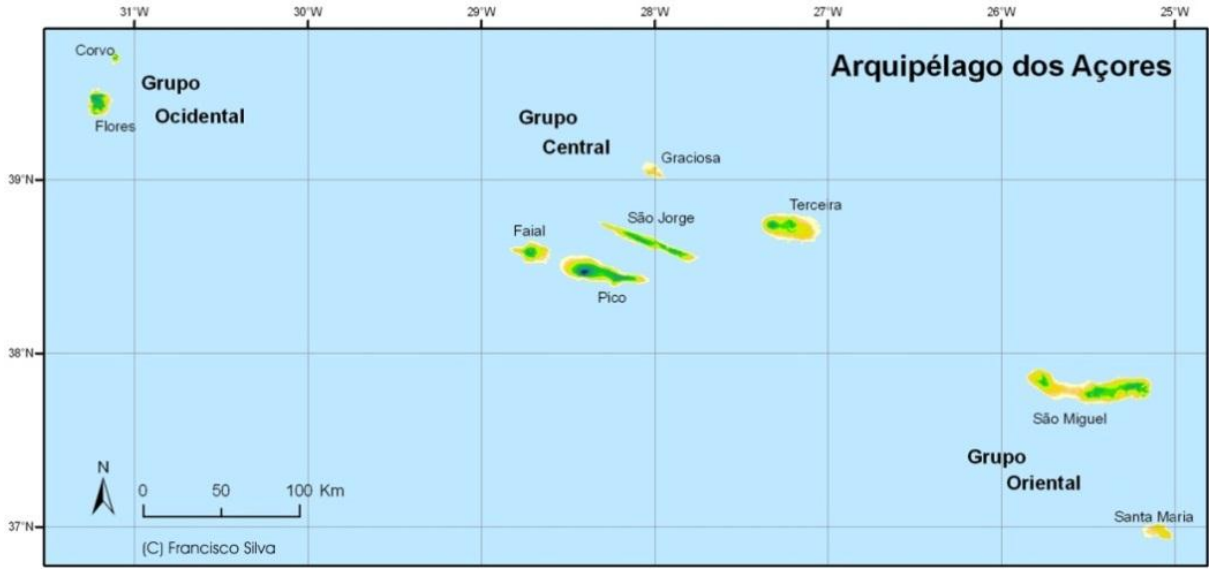


Figura 43 | Arquipélago dos Açores

Reconhecendo as fragilidades associadas à sua posição, dimensão e insularidade, o Estado português e a União Europeia conferem a este território o estatuto de ultraperiferia. Esta realidade está bem identificada no próprio Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), onde se assume que

> a reduzida dimensão desses nove mercados, com a decorrente impossibilidade de aproveitar economias de escala, a dispersão de recursos a diversos níveis, incluindo as redes de infraestruturas e de equipamentos, e os custos económicos e ambientais associados ao transporte de pessoas e de mercadorias, condicionam a definição de um modelo de desenvolvimento económico da RAA que seja economicamente eficiente, socialmente justo e que respeite e preserve os valores ambientais (FCT-UNL, 2008: 26).

Simultaneamente, este plano assume que esse isolamento e perificidade apresentam importantes vantagens e oportunidades, em particular devido à posição estratégica dos Açores e à sua dimensão marítima.

> O carácter ultraperiférico dos Açores relativamente ao território da União Europeia cria, ainda, mais-valia relativamente à valorização da dimensão marítima deste espaço e ao aprofundamento de relações de cooperação internacional. A importância do mar para a região assume, neste contexto, um interesse vital como espaço de coesão, de recursos e de desenvolvimento de atividades marítimas, científicas e de recreio e lazer (SRAM e DROTRH, 2008a: 11).

É indiscutível que muitos dos principais traços identificadores dos TIPD estão bem pronunciados no território, no ambiente, na economia e na sociedade açoriana. As

especificidades geográficas e políticas do território influem na forma e intensidade do reflexo de cada um desses traços criando uma individualidade própria. Na figura 44 são esquematizados esses principais traços dos TIPD e, a partir deles, uma análise SWOT sintética para o território dos Açores, que será desenvolvida no capítulo seguinte.

Figura 44 | Análise SWOT para o território dos Açores, conjugada com os traços da insularidade

5.2 POSIÇÃO E TERRITÓRIO

O carater ultraperiférico destas montanhas-ilha, que emergem na Crista Média-Atlântica, é um fator marcante, mas o seu posicionamento relativamente central no Atlântico Norte (Figura 45) confere-lhes um importante papel geoestratégico, como fronteira entre as esferas de interesse norte-americana e europeia. Simultaneamente, esta posição permite que a RAA tenha um elevado potencial de desenvolvimento marítimo e usufrua de uma extensa zona económica exclusiva (ZEE) que, com os seus 948.439 km^2, é a maior da União Europeia, prevendo-se que esta venha a aumentar significativamente com o projeto em curso de extensão da plataforma continental portuguesa.

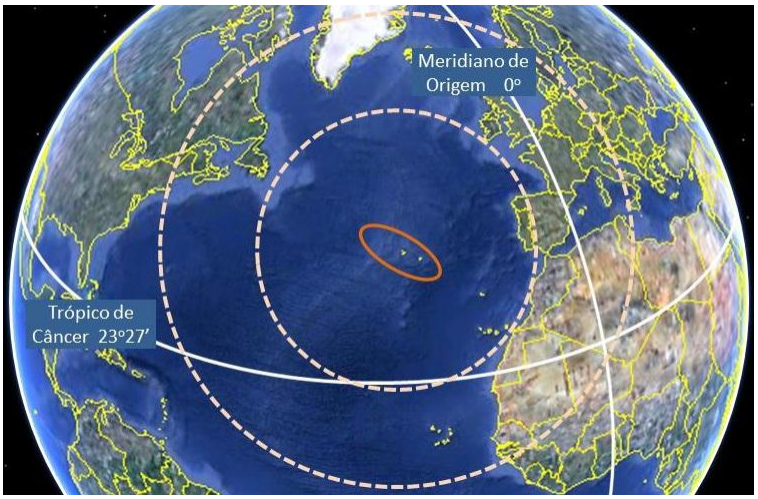


Figura 45 | Posição geográfica dos Açores com ortodrómica dos 2.000 e 4.000 km (mapa base Google Earth)

Mas o impacte desta posição tem-se expressado de forma mais notória no isolamento e nas dificuldades de acessibilidade, do que em termos de oportunidades. Esta situação deve-se manter pelo menos enquanto não se ultrapassarem diversas limitações na exploração dos recursos do fundo do oceano e não se melhorarem significativamente as acessibilidades. Há um consenso generalizado relativamente às dificuldades de acessibilidade constituírem um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento da região, pelo que é reconhecida a necessidade de atuar no sentido de atenuar este problema (CCIA, 2012; Comissão Europeia, 2012; Moniz, 2009; SRAM, 2006; SRAM e DROTRH, 2008a). Como referido no PROTA (SRAM e DROTRH, 2008a: 45), "o sistema produtivo da região é largamente tributário das opções de política de transportes", pelo que esta é essencial para atenuar os problemas da insularidade e da mobilidade incidindo em todos os âmbitos desde a sociedade, à economia e ao ambiente.

Mesmo reconhecendo que muitas das dificuldades de acessibilidade da região estão estritamente ligadas às condicionantes específicas da sua condição insular (dimensão, isolamento e dispersão), é necessário considerar que uma política de transportes

adequada pode atenuar esses constrangimentos. Assim, a discussão passa antes de mais pela definição dessa política e dos recursos a afetar, em especial no que se refere à acessibilidade com o exterior e inter-ilhas.

Apesar das melhorias significativas na acessibilidade da região, especialmente devido aos progressos no transporte aéreo e importantes investimentos em infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, que tem permitido dotar a região de uma extensa e moderna rede de infraestruturas de transportes (Figura 46), a política de transportes continua a ser muito contestada e as acessibilidades mantêm-se no topo das preocupações dos residentes e dos agentes locais.

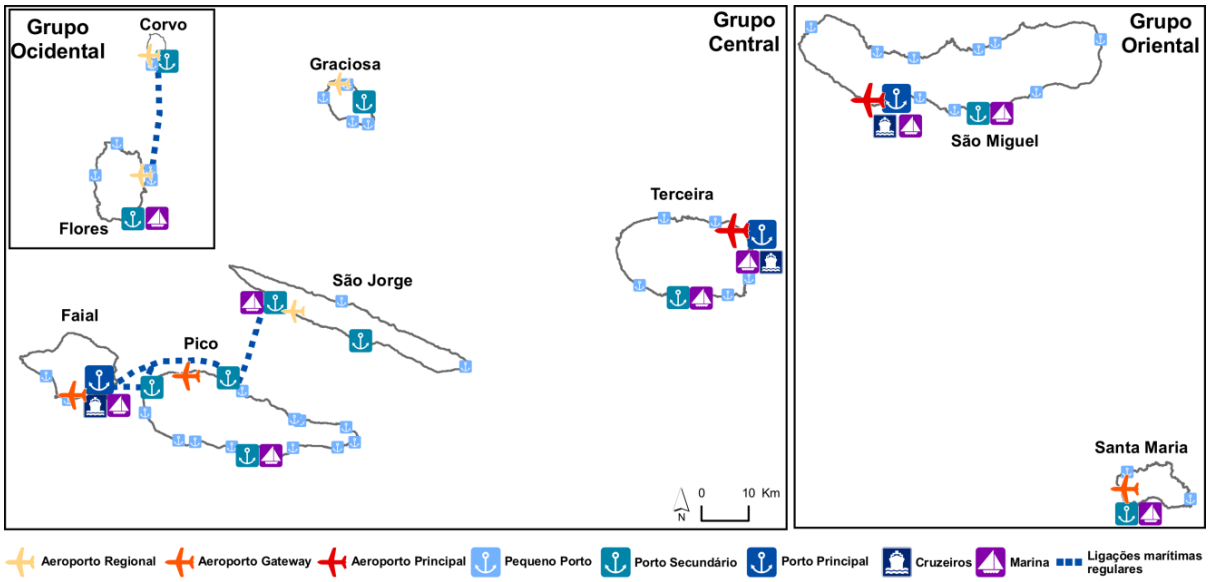


Figura 46 | Infraestruturas portuárias e aeroportuárias na RAA

Segundo os dados obtidos nos questionários aplicados no âmbito desta tese aos *stakeholders* do turismo, o problema de acessibilidade aérea e marítima constitui, de forma destacada, o principal ponto fraco do destino Açores (Figura 47).

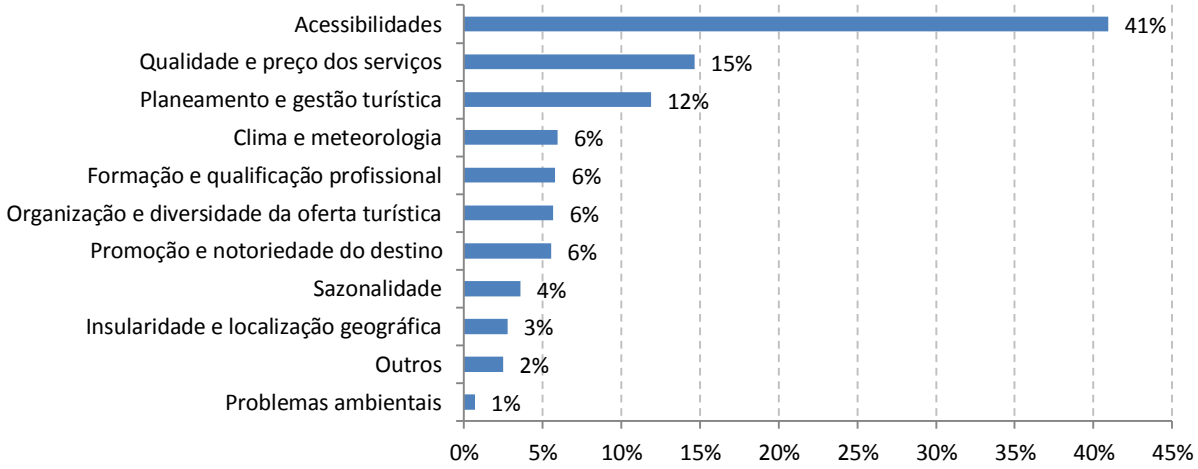


Figura 47 | Principais pontos fracos do destino Açores segundo os *stakeholders* do turismo

Se no passado a distância era a principal condição de isolamento e condicionante da acessibilidade dos territórios insulares, atualmente fatores como o custo, frequência, número e diversidade das ligações tendem a tornar-se preponderantes. Comparando a ligação aérea da principal cidade das três regiões ultraperiféricas (RUP) da UE situadas no Atlântico Norte, com a capital do seu país, constata-se que os Açores apresentam menor acessibilidade que os outros arquipélagos (preços mais elevados, menos ligações e menor frequência) e maiores constrangimentos (menor população da ilha mais habitada, maior dispersão territorial e afastamento entre ilhas) (Quadro 16).

Quadro 16 | Acessibilidades comparativas entre os Açores, a Madeira e as Canárias em 2012

	Super-fície (Km^2)	Popula-ção (hab.)[(1)]	Ilhas habi-tadas	População ilha mais habitada[(1)]	Distância (Km)			Duração do voo (h)	Custo do voo[(2)] (€)	N.º voos para a capital[(3)]	N.º Compa-nhias[(4)]
					média entre ilhas	máxima entre ilhas	à capital				
Açores	2.322	246.746	9	137.830	240	604	1.450	02:10	162	4	5
Madeira	785	267.785	2	262.302	40	40	1.040	01:40	82	9	11
Canárias	7.447	2126.769	7	908.555	100	400	1.740	02:50[(5)]	111[(5)]	16[(5)]	50[(5)]

[(1)] Dados referentes a 2011 (INE); [(2)] Média dos preços mais baixos dos voos diretos[56]; [(3)] Número de ligações realizadas no dia 19-09-2012; [(4)] N.º companhias associadas a cada aeroporto em 19-09-2012, segundo *web*site das entidades gestoras dos aeroportos; [(5)] Referente ao aeroporto de Las Palmas.

No caso das ligações aéreas para os Açores e inter-ilhas, diversos modelos têm sido equacionados. Uma opção passa pela maior liberalização dos voos incentivando a concorrência e uma economia de escala com intuito de estimular a redução do preço das viagens e aumento das ligações e da frequência, mas provavelmente isso levaria a uma maior concentração de voos na ilha mais povoada e ao encarecimento das viagens para as ilhas mais periféricas.

Como solução oposta considera-se o modelo que procura criar condições de acessibilidade mais equilibradas para o conjunto das ilhas e a garantia de ligações regulares durante todo o ano e entre todo o arquipélago. Certamente que são dois modelos válidos que implicam opções de desenvolvimento territorial distintas, mas que devem ser conciliados porque ambos apresentam vantagens. Os defensores da liberalização dos transportes aéreos dos Açores consideram que isso "resultará num incremento acentuado da acessibilidade daquela região aferida em termos de potencial" (Fortuna *et al.*, 2001: 64). Se isso for acompanhado por apoio explícito da União Europeia em promover na região uma importante plataforma aeroportuária internacional, para além da existente do Grupo SATA,

[56] Ligação direta mais barata entre a capital regional e a do país, para 1 viagem de 7 dias, na 1ª semana de cada mês entre outubro de 2012 e setembro de 2013. Consulta a 18-09-2012, recorrendo ao *site* www.skyscanner.pt.

entre a Europa a América e mesmo a África, os ganhos de acessibilidade podem ser significativos.

Por sua vez, as ligações inter-ilhas devem ser pensadas de forma articulada entre o transporte marítimo e aéreo, promovendo a coordenação entre os diferentes tipos de transportes (Figura 46). Nos últimos anos, o debate e o investimento em torno do modelo de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas têm sido elevados, sem que a política de transportes adotada surta efeitos satisfatórios. Acresce que a problemática destas ligações ultrapassa a questão da mobilidade dos cidadãos, sendo fundamental para promover o turismo e estimular a economia local, promovendo o comércio inter-ilhas.

Os constrangimentos em termos de acessibilidades são uma das principais fraquezas da região, que afeta a economia e a sociedade, pelo que encontrar uma arquitetura evolutiva que minore este constrangimento é essencial para o desenvolvimento da região e do turismo em particular. Pensar num sistema de gestão de transportes marítimos e aéreos mais adequado é assim estratégico e vital para os Açores, sendo que as soluções devem considerar as diferentes realidades territoriais e envolver todos os setores e atores que contribuem e são dependentes destas redes de transportes.

5.3 ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Apesar da RAA apresentar muitos dos condicionantes estruturais característicos dos TIPD, beneficia de importantes apoios ao desenvolvimento, tanto a nível nacional, como comunitário. Segundo o estatuto político-administrativo da RAA,

> a região tem direito a ser compensada financeiramente pelos custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos mais amplos, de dimensão nacional e internacional (Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro: Art.º 12º).

O apoio por parte da UE tem sido igualmente considerável, sendo a região dotada de estatuto de ultraperiferia conforme consagrado no Tratado da UE.

> Tendo em conta a situação social e económica estrutural da Guadalupe, da Guiana Francesa, da Martinica, da Reunião, de Saint-Barthélemy, de Saint-Martin, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, fatores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento (…), a UE adotará medidas específicas destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação dos Tratados a essas regiões, incluindo as políticas comuns (…). As medidas (…) incidem designadamente sobre as políticas aduaneiras e comercial, a política fiscal, as zonas francas, as políticas nos domínios da agricultura e das pescas, as condições de aprovisionamento em matérias-primas e bens de consumo de primeira necessidade, os auxílios estatais e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da União (UN, 2010b: Art.º 349).

Estes apoios são concretizados em diversas naturezas, desde vantagens na política de cotas de produção, a impostos mais baixos e diversos programas de apoio financeiro. Entre 1994 a 1999 os apoios dos fundos estruturais corresponderam a 713 euros por açoriano e a 6,9% do PIB, verificando-se posteriormente uma redução ligeira, no período de 2000 a 2006, para 670 euros por habitante e 5,2% do PIB. Já para o período 2007 a 2013 prevê-se que esses apoios voltem a subir, representando 850 euros por residente, e 6,1% do PIB[57] (ISMERI Europa, 2011). Quanto aos fundos de coesão no âmbito do QREN[58] 2007-2013, os Açores são a região portuguesa que tem usufruído de mais apoios por habitante (Figura 48), tendo recebido 7,1% do total dos fundos executados em todas as regiões, até ao final do segundo trimestre de 2012.

[57] Considerando os valores do PIB de 2007.

[58] Quadro de Referência Estratégico Nacional, que constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

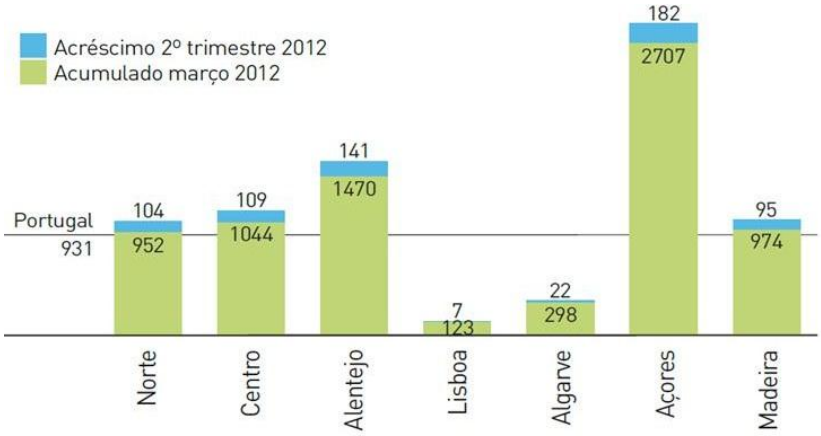


Figura 48 | Fundos do QREN executados por habitante até 30 junho 2012 (CTC QREN, 2012: 11)

Toda essa ajuda, conjugada com as dinâmicas da economia mundial e nacional e com a ação governativa a nível regional, tem permitido bons resultados em termos de convergência económica e social da RAA. No período de 1991-1999, o PIB *per capita* da região praticamente duplicou (SRAM, 2006), e entre 2000 a 2008, os Açores foram a região portuguesa, logo a seguir à Madeira, que teve melhor evolução do PIB *per capita* em *ppc*[59], verificando-se um crescimento de 5,3% em relação à média Europeia, enquanto todas as outras regiões tiveram uma regressão no período homólogo (CTC QREN, 2012). Segundo dados do EUROSTAT (European Union, 2011), em 2008, o PIB *per capita* em *ppc* nos Açores representava 72,9% da média da União Europeia (UE-27), valor que não está muito distante dos 78,0% da média nacional. Essa convergência também se verifica a nível nacional, com PIB *per capita* nos Açores a crescer de 83% da média do país em 2000, para 96% em 2009 (Figura 49).

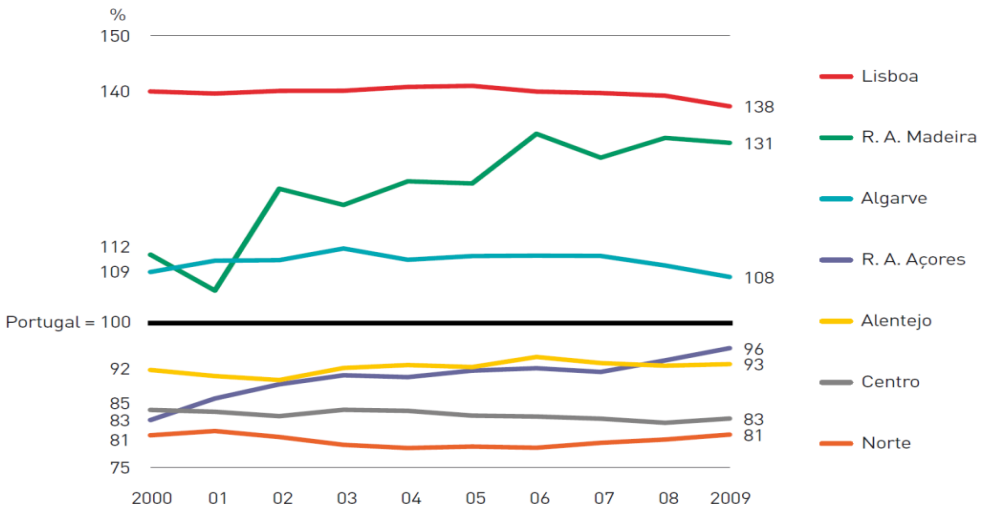


Figura 49 | PIB *per capita* em Portugal, por NUTS II, 2000-2009 (CTC QREN, 2011: 67)

[59] Paridade do poder de compra, representa um cálculo ajustado considerando o custo de vida e o valor da moeda mais real e não o de câmbio oficial.

Caso se considere o IDH, os Açores aparecem com um nível de desenvolvimento humano semelhante ao da média nacional (Matias, 2002), inserido na categoria de desenvolvimento humano muito elevado[60].

É indubitável que este percurso de convergência é significativo e que a economia tem evoluído com o setor primário a reduzir o seu peso e o terciário a adquirir preponderância, tal como em todas as economias modernas. Contudo, é fundamental equacionar se esse desenvolvimento é consistente, ou seja, se a economia está significativamente mais competitiva e tem conseguido atenuar ou ultrapassar as diversas debilidades estruturais, muitas delas associadas à sua reduzida dimensão e insularidade. Comparando a distribuição da população ativa por setor de atividade na região com a média do país, no segundo semestre de 2012, é de realçar o elevado peso do setor primário (14,8% nos Açores para 10,6% no país), e a fraca expressão do setor secundário (15,2% enquanto a média nacional era de 25,8%) (GEE, 2012).

Por sua vez, se é indiscutível que as ajudas externas são essenciais para promover uma maior coesão territorial e um desenvolvimento mais sustentado, é também necessário ter consciência que "não conseguem por si só mudar a realidade para melhor, podendo mesmo frequentemente representar um risco de cristalização do 'status quo' no qual algumas economias e grupos sociais, tanto internos como externos, se poderão acomodar" (ISMERI Europa, 2011: 7).

Pela análise do índice global de desenvolvimento regional, que resulta do comportamento conjunto nas componentes competitividade, coesão e qualidade ambiental, os Açores são a região portuguesa (NUTS II) que, em 2009, apresentava um valor mais baixo (INE, 2012b). Por sua vez, a balança comercial durante toda a primeira década deste século manteve-se bastante deficitária e muito dependente do setor primário, com as exportações de "animais vivos e produtos do reino animal" a representarem, em 2007, cerca de 63% do total de exportações regionais (CCIA, 2012). Em 2010, 8,2% do VAB da região concentrava-se na agricultura, produção animal, caça e silvicultura, valor bastante superior ao peso que este setor representa a nível nacional (2,2%). A fileira do leite (leite, queijo, manteiga, iogurte), das pescas (pescado e conservas de atum) e, em menor grau, da carne, destacam-se tanto no que se refere à produção específica primária, como no peso da indústria alimentar, que é a preponderante na região.

Esta forte especialização produtiva resulta, quer das "excelentes condições para a produção pecuária, proporcionadas pelas condições edafoclimáticas do arquipélago" (SRAF, 2007: 11), quer de opções políticas, que passam pelo estabelecimento de cotas

[60] Em 2011 Portugal ocupou a 41ª posição do IDH a nível mundial (UNDP, 2011).

mais favoráveis e apoio diretos aos produtores (Casaca, 2008). Se essas políticas e discriminação positiva da região têm contribuído para melhorar o rendimento, são igualmente fonte de alguma perniciosidade, levando ao incremento da especialização num setor com baixo valor acrescentado e limitando a competitividade. Assim, a excessiva especialização deste setor, a sua dependência de subsídios[61], a previsível eliminação das cotas leiteira a partir de 2015, e a saturação deste produto no mercado europeu, são fonte de risco para a economia açoriana, que necessita de melhorar a produtividade no setor e promover a diversificação da economia.

No setor secundário, com exceção do ramo agroindustrial e dos associados às conservas, dificilmente outros terão oportunidade de ser concorrenciais. Também o setor terciário apresenta limitações importantes, com um peso muito baixo em termos de contribuição para as exportações.

Tal como na generalidade dos TIPD, um dos grandes défices e dificuldades da região continua a ser "o da competitividade, para o qual muito contribui um perfil desfavorável do tecido produtivo, com uma elevada sobrerrepresentação de setores de baixo valor acrescentado e intensidade de conhecimento" (CTC QREN, 2011: 247). Acresce que o tecido empresarial é constituído quase exclusivamente por empresas de micro e pequena dimensão, sendo muito limitada a sua capacidade financeira, de gestão e de inovação (AM&A *et al.*, 2005).

Se é certo que o investimento na investigação e nos setores de alta e média-alta tecnologia tem crescido nos últimos anos, o seu peso continua a ser muito baixo e significativamente inferior à média nacional. Em 2010, a proporção do VAB das empresas desses setores era de apenas 1,36%, para 10,62% de média do país, e as despesas de I&D por habitante eram inferiores a metade da média nacional (INE, 2011a). Paralelamente, verifica-se um importante défice em termos de qualificação dos recursos humanos, quando comparado com a média nacional, o que afeta o tecido produtivo e a capacidade de empreendedorismo e inovação.

No que se refere ao *cluster* financeiro, que tem elevada importância em muitos TIPD, ao contrário da ilha da Madeira, os Açores não criaram condições para este se expandir. Num momento em que existe grande concorrência e se procura limitar as vantagens que estes centros financeiros oferecem, não parece que existam condições para que esta seja uma solução de futuro para os Açores.

[61] Segundo a especialista em Economia Agrária Emiliana Silva, cerca de 20% do rendimento dos agricultores açorianos é suportado por subsídios (AGROTEC, 2012).

Assim, verifica-se uma certa dilemática, dado que a RAA apresenta uma economia desenvolvida e com bons resultados em termos de convergência, mas continua a manter uma estrutura característica das regiões insulares periféricas e de pequena dimensão, muito dependentes dos recursos primários, pouco competitiva, com um elevado peso do setor público e muito dependente das ajudas externas. Acresce que as dificuldades nas acessibilidades continuam a ser muito significativas, com ligações marítimas insuficientes e "elevados custos de transportes que têm de ser suportados em qualquer transação comercial que ultrapasse os contornos físicos de cada uma das ilhas" (Mateus, 2005: 12).

Segundo o relatório da CE sobre as RUP no mercado único (Mira, 2011), estes territórios, e em particular os dependentes de um reduzido número de produções ou atividades económicas, são bastante mais frágeis e vulneráveis do que as outras regiões europeias. Por sua vez, o elevado peso do setor público, "associado a uma fraca atividade do setor privado (caracterizado pela predominância de empresas de muito pequena dimensão e PME) torna mais difícil a emergência de novos modelos de desenvolvimento endógeno" (Mira, 2011: 26). Outro relatório para a UE, sobre os fatores de crescimento das RUP, considera que "o crescimento mais sustentado das RUP durante os anos oitenta e noventa ficou a dever-se essencialmente ao ciclo nacional e ao enorme fluxo de transferências de fundos e não tanto à exploração das capacidades intrínsecas" (ISMERI Europa, 2011: 7).

Num período de crise económica e perante a previsibilidade de importantes mudanças na política agrícola comum e dos fundos estruturais, é fundamental equacionar se o modelo de desenvolvimento que tem permitido a convergência é sustentado e se as transformações têm sido estruturantes. Atualmente começa a ganhar força a ideia que é necessário mudar de paradigma, olhando para o futuro como algo mais do que a evolução a partir do passado, sendo necessário induzir ruturas estruturantes. Considerando esse ponto de vista, urge rever os instrumentos de planeamento estratégico, torná-los mais dinâmicos e reforçar a sua monitorização.

Os diversos instrumentos de planeamento e de reflexão estratégica para os Açores e para as RUP da UE (AM&A *et al.*, 2005; CCIA, 2012; Comissão Europeia, 2012; Fortuna *et al.*, 2001; ISMERI Europa, 2011; MAOTDR, 2006; Mira, 2011; SRAF, 2007; SRAM e DROTRH, 2008a) apontam para a necessidade de reforço da aposta em setores tradicionais como as pescas e agropecuária, tornando-os mais competitivos e preparando-os para desafios futuros, mas em simultâneo consideram essencial diversificar e promover a integração da economia local, potenciar o turismo e setores emergentes associados à investigação e inovação, às energias renováveis e à dimensão marítima.

Para a UE são cinco os eixos estratégicos para promover o desenvolvimento das RUP: (i) a melhoria da acessibilidade, (ii) a promoção da integração regional, (iii) o reforço da

dimensão social, (iv) a inserção de ações de combate às alterações climáticas e (v) "o reforço da competitividade, através da modernização e da diversificação das economias" (Comissão Europeia, 2012: 6). Estas estratégias estão parcialmente consagradas no PROTA que, para além das fileiras tradicionais, aponta como visão a consolidação de um espaço de excelência científica e tecnológica nos domínios da insularidade, maritimidade e sustentabilidade com capacidade de atração de população jovem qualificada e a afirmação de um destino turístico de referência (SRAM e DROTRH, 2008a). Mas estes são objetivos ambiciosos que estão longe de serem alcançados na RAA.

5.4 AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

As nove ilhas do arquipélago dos Açores elevam-se na crista média-atlântica rompendo o imenso azul do oceano com os verdes dos campos e os negros das rochas vulcânicas. O modelo territorial preponderante é caraterizado por relevos mais elevados no miolo das ilhas, onde predominam as paisagens menos humanizadas, que progressivamente dão lugar aos campos de pastagem, concentrando-se o povoamento, em geral, nas zonas mais baixas junto à costa.

Para os visitantes, a natureza, o mar e a ruralidade são as grandes representações deste território. Mas essa força da natureza foi muito moldada pelo Homem, pelo que as paisagens estritamente naturais e autóctones são atualmente bastante reduzidas (Schäfer, 2005; Silva *et al.*, 2009). Os campos de pastagem, florestas e a proliferação de arbustos floridos são elementos percebidos pelos visitantes como naturais, mas efetivamente resultam da contínua ação humana numa relativa harmonia com o meio natural. Paradoxalmente, o próprio símbolo do turismo dos Açores, a flor da hortênsia (*Hydrangea macrophylla*), é uma exótica que, a par com outra invasora, a conteira (*Hedychium gardnerianum*), são as flores que mais predominam e encantam os visitantes.

Mesmo tendo em consideração que atualmente apenas 31% das espécies vasculares dos Açores são nativas e destas 24% são endémicas (Silva *et al.*, 2009), o arquipélago continua a apresentar grande valor ambiental, fazendo parte da região biogeográfica da Macaronésia, que é uma das zonas mais ricas em biodiversidade da Europa (Geoparque Açores, 2012).

Em termos ambientais, os Açores exibem duas das principais características dos TIPD, nomeadamente, a elevada riqueza da sua biodiversidade e, em simultâneo, uma grande fragilidade ambiental. Segundo Silva *et al.* (2009: 9) “mais de dois terços da flora indígena açoriana, um património natural único dos Açores, correm sérios riscos de desaparecimento”. A vulnerabilidade e o risco são ainda acentuados pela elevada exposição do território aos fenómenos sísmicos, meteorológicos e marítimos extremos, podendo estes dois últimos vir a acentuar-se em resultado das alterações climáticas.

Um dos principais recursos dos Açores consiste na sua fauna marinha, a qual tem associada uma importante atividade piscatória e turística, especificamente a observação de cetáceos, o mergulho e a pesca turística. Os Açores são também uma região interessante para muitos observadores de aves, atraídos pelas aves residentes e, especialmente, pelas migratórias, que se deslocam sazonalmente entre a Europa e a América.

Mas em termos de património natural o destaque vai para a assinalável geodiversidade da paisagem vulcânica, com imponentes relevos, dos quais se destaca a montanha do Pico

com 2351 metros de altitude, inúmeras cavidades vulcânicas, escoadas basálticas, caldeiras, lagoas, fajãs, escarpas com imponentes cascatas, campos lávicos e zonas onde se pode presenciar evidências da atividade vulcânica, constituindo todos estes fenómenos, e em particular os 57 geossítios classificados na região, importantes referências a nível do património natural e dos recursos turísticos.

Assim, o ambiente natural das ilhas e do mar que as rodeia são a grande marca deste território, que deve ser exponenciada e constituir-se como pilar da diferenciação e afirmação turística da região e como elemento catalisador para promover a qualidade de vida dos cidadãos e de novas oportunidades. Valorizar este património é certamente um dos elementos chave para o desenvolvimento dos Açores. Medidas como a recente agregação das áreas protegidas em Parques Ilha (http://parquesnaturais.azores.gov.pt), implementação do Geoparque Açores (www.azoresgeopark.com), a obtenção de classificações de reconhecido valor internacional, como o de Reservas da Biosfera[62] e a promoção de projetos estruturantes como o "LIFE Priolo[63]", o "Green Islands"[64], ou os associados ao desenvolvimento do *cluster* do mar, são passos importantes para a valorização do património, constituição de novas oportunidades económicas e aumento da notoriedade do território.

Contudo, essas ações são ainda espartilhadas, sendo necessária uma abordagem sistémica do território focada nos recursos naturais e no património como motores de um desenvolvimento mais sustentado, estimulando ruturas positivas com o passado, numa aliança entre o tradicional e o moderno.

Se o Homem, o oceano e a vulcanologia são elementos principais na paisagem atual, esta está igualmente muito dependente do clima, que condiciona ou potencia diversas atividades económicas como a agricultura e o turismo. O clima dos Açores é temperado de transição entre o mediterrânico e o oceânico, caraterizado por baixas amplitudes térmicas, elevada humidade, chuvas regulares, ventos vigorosos e fraca insolação (Azevedo *et al.*, 2004). Apesar de se associar muito o território ao Anticiclone dos Açores, a região é frequentemente afetada pelas superfícies frontais e por depressões tropicais que, em conjugação com o efeito orográfico, induzem forte instabilidade meteorológica.

[62] Classificação internacional no âmbito das NU, atribuída às ilhas do Corvo, Graciosa e Flores, que certifica a sua excelência ambiental em equilíbrio com a atividade humana e promove a valorização do território. (http://siaram.azores.gov.pt/reservas-biosfera/_intro.html).

[63] Projeto desenvolvido entre 2003 e 2008, com o objetivo de proteger a floresta Laurissilva no Nordeste de São Miguel, que é o habitat do Priolo, uma pequena ave endémica e ameaçada (http://life-priolo.spea.pt/).

[64] Projeto da FCT no âmbito do Programa MIT-Portugal com um envolvimento significativo da Universidade dos Açores, que visa promover a investigação e o desenvolvimento de sistemas sustentáveis de energia e a sua implementação nos Açores.

Provavelmente a melhor forma de caraterizar o clima dos Açores é através da frase popular que refere como expectável a ocorrência das quatro estações no mesmo dia.

A reduzida insolação e a elevada precipitação e instabilidade são importantes fatores condicionantes da atratividade e sazonalidade turística. Sabendo que o imaginário e atratividade de muitos dos principais destinos turísticos insulares está especialmente associado ao produto 3S (*Sea, Sand and Sun*), o turismo dos Açores dificilmente conseguirá afirmar-se junto deste mercado, tanto devido às particularidades do seu clima, como pela limitada oferta de praias.

Contudo, ao contrário das "ilhas de águas frias", a RAA apresenta um importante potencial turístico associado às atividades de mar, em particular no verão, que é significativamente mais soalheiro e conta com temperaturas da água acima dos 20ºC. É certo que a temperatura da água do mar ao longo do ano não pode ser considerada quente, variando entre os 17º e os 22º C, mas permite a prática de banhos com algum conforto, sendo de valorizar igualmente a transparência das águas e a riqueza da fauna submarina.

5.5 DEMOGRAFIA E SOCIEDADE

Duas das características mais marcantes dos TIPD são a sua reduzida população e a importante comunidade de diáspora, alimentada por sucessivas vagas de emigração. A dimensão demográfica tem importantes implicações a nível da economia, da mobilidade, da cultura e mesmo da qualificação técnica e profissional dos cidadãos.

Com apenas 247 mil habitantes, os Açores, para além da reduzida dimensão demográfica, contam com uma elevada dispersão populacional pelas nove ilhas do arquipélago. Essa dispersão impõe a necessidade de multiplicação de muitas infraestruturas e equipamentos e é fator limitante da mobilidade de pessoas e mercadorias entre as diversas ilhas.

A distribuição da população entre ilhas é bastante heterogénea estando relacionada, tanto com a dimensão territorial, como com a atratividade. Apenas duas ilhas detêm 78% da população total do arquipélago, destacando-se São Miguel que, com 32% da superfície da RAA, é habitada por 56% da população da região (Quadro 17). O Pico, embora seja a segunda maior ilha, com 19% da superfície da região, apenas tem 5,7% da população, o que se justifica principalmente por fatores político-administrativos e pela geomorfologia do território.

Quadro 17 | Superfície e população nos Açores em 2011

		Superfície		Pop. residente		Densidade pop.	Variação população (%)	
		(km^2)	(%)	(hab.)	(%)	(hab./km^2)	1991-2001	2001-2011
Açores		**2.322,1**	**100,0**	**246.746**	**100,0**	**105,9**	**1,7**	**2,1**
Grupo Oriental	Santa Maria	96,9	4,2	5.552	2,3	57,3	-5,8	-0,5
	São Miguel	744,6	32,1	137.830	55,9	185,1	4,5	4,7
Grupo Central	Terceira	400,3	17,2	56.437	22,9	141,0	0,2	1,1
	Graciosa	60,7	2,6	4.391	1,8	72,3	-7,9	-8,1
	São Jorge	243,6	10,5	9.171	3,7	37,6	-5,3	-5,2
	Pico	444,8	19,2	14.148	5,7	31,8	-2,6	-4,4
	Faial	173,1	7,5	14.994	6,1	86,6	1,0	-0,5
Grupo Ocidental	Flores	141,0	6,1	3.793	1,5	26,9	-7,7	-5,1
	Corvo	17,1	0,7	430	0,2	25,1	8,1	1,2

Dados: SREA, 2012b; SREA, 2013

A tendência de concentração da população tem vindo a acentuar-se, com a ilha de São Miguel a passar de 48,3% do total da população residente no arquipélago em 1920, para 54,7% em 2010, e a Terceira de 20,0% para 22,8% em igual período. Apesar da sua reduzida dimensão (7,5% do território), o Faial é a terceira ilha mais povoada e tem mantido a sua população relativamente estável desde 1991. Constata-se que as ilhas onde se localizam as principais funções administrativas são as mais atrativas, em particular a ilha de São Miguel.

Tal como muitos dos TIPD, os Açores têm uma importante comunidade de diáspora, em resultado das sucessivas vagas de emigrantes, que ocorrem desde meados do século XVIII (Silva, 2002). A saída de açorianos rumo, principalmente, ao Brasil, Estados Unidos incluindo Havai, Bermudas, Canadá e ao continente português, tem-se refletido significativamente na evolução da população da região (Figura 50).

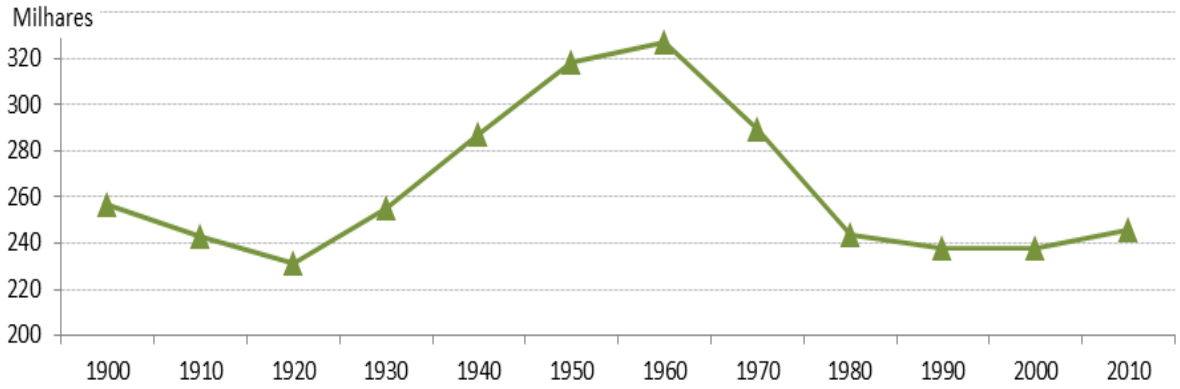


Figura 50 | Evolução da população açoriana de 1900 a 2010 (Dados: SREA, 2013)

Com uma taxa de natalidade superior à do Continente, a evolução demográfica da região tem sido, desde 1990, caraterizada por um ténue crescimento da população e um ritmo de envelhecido inferior à média nacional (CCIA, 2012). Como resultado, os Açores são a região portuguesa que apresenta melhor índice de sustentabilidade potencial em 2011, com a população ativa (dos 15 aos 64 anos) 5,2 vezes superior à população idosa, enquanto a média nacional é de 3,4 (INE, 2011b).

Em termos sociais, um dos pontos fracos mais relevantes da região, consiste na menor qualificação académica e profissional da população, o que se reflete negativamente na economia, em particular nos setores de atividade mais modernos, bem como no turismo. Em 2011, a RAA continuava a ser a região portuguesa com menor percentagem de população com o ensino superior (8,4%, sendo a média nacional de 12%). O mesmo se passava no ensino secundário, verificando-se que 10% da população apresenta este nível como o mais elevado, comparativamente com 13% de média nacional (INE, 2011b). Também no que se refere aos diplomados por mil habitantes, em áreas científicas e tecnológicas, apesar do progresso ter sido significativo nas últimas décadas, os Açores continuavam em 2010 a apresentar valores significativamente inferiores aos da média nacional (2,4 para 14,4 licenciados por mil habitantes) (INE, 2011a).

Como ponto forte, e ao contrário de muitos TIPD, nas últimas duas décadas os Açores conseguiram garantir níveis de emprego muito elevados. Neste período, a taxa de desemprego na região rondou os 3%, coincidindo com uma das poucas décadas em que o

saldo migratório foi positivo. Para isso, muito contribuiu um ciclo de desenvolvimento com elevado crescimento da construção e um setor primário pouco modernizado (ISMERI Europa, 2011). Infelizmente esta realidade modificou-se nos últimos anos, em resultado da crise económica e da maior vulnerabilidade da economia açoriana. A evolução negativa do desemprego tem acompanhado a tendência do resto do país, mas de forma mais acentuada, levando a que no segundo trimestre de 2012 a taxa de desemprego na região atingisse os 15,6%, valor superior aos 15,0% para o país (SREA, 2012a, 2013).

5.6 POLÍTICA E GOVERNANÇA

Sendo uma região autónoma, os Açores usufruem das vantagens de uma política de proximidade, do enquadramento num mercado e economia mais vastos e de um amplo apoio ao desenvolvimento proporcionado tanto pela República, como pela UE.

A gestão política é determinante para a promoção do desenvolvimento do território, devendo esta suportar-se numa boa governança, que passa por uma maior transparência, participação ativa dos cidadãos e responsabilização dos políticos. Mas é fundamental evitar privilegiar a satisfação de interesses particulares e imediatos, em detrimento de um desenvolvimento mais sustentado. Como é referido no relatório sobre os fatores de crescimento das RUP da UE, "a política precisa de resistir o suficiente para assegurar que as mudanças aconteçam a bom ritmo e sejam efetivas" (ISMERI Europa, 2011: 11).

Por sua vez, a política de proximidade acarreta também custos e vicissitudes difíceis de corrigir, especialmente quando o modelo de gestão administrativa do território se baseia numa estrutura demográfica e de acessibilidades do passado e num setor público com dificuldade em se adaptar às novas realidades. Acresce que, políticas de subsídios ao investimento e às atividades económicas que não sejam sustentadas a médio prazo e que não estimulem a correção de problemas estruturais, ou não incentivem a competitividade, tendem a criar crescimento apenas num curto período de tempo e não preparam a economia para os desafios futuros.

A utilização de fundos de apoio ao desenvolvimento tem então de passar a ser melhor gerida, evitando investimentos em obras desproporcionadas ou não prioritárias. Exemplos destes investimentos são os dois prometidos museus de arte moderna em São Miguel, ou a construção do porto de cruzeiros em Angra do Heroísmo. Para além de muitas dúvidas sobre a sustentabilidade económica e os impactes sobre a paisagem com a construção desta infraestrutura em Angra, na mesma ilha já existe um porto com condições para receber cruzeiros de grandes dimensões, bastando fazer algumas adaptações e uma gestão integrada desse equipamento.

A realidade política açoriana é semelhante à portuguesa e de muitos países europeus, com as democracias representativas a promover um funcionalismo institucional detentor de toda a capacidade decisória, não estimulando a participação alargada dos cidadãos nas decisões, factos que têm levado a "um declínio da efetividade das instituições políticas e sociais com um correspondente aumento da desconfiança dos cidadãos" (Amador, 2012: 61). Segundo Simrell King e Feltey (1986, *op. cit.* Byrd, 2007) este declínio de confiança nos decisores políticos torna indispensável um maior envolvimento dos *stakeholders* nos processos de gestão e decisão. Como evidenciam Nanz e Steffek (2004: 316) "a

democracia é um ideal político que deve ser sustentado principalmente por decisões coletivas vinculativas".

Com a Europa e o país em crise, é ainda mais urgente atuar na mitigação dos problemas estruturais da região, o que obriga ao empenho redobrado das sociedades e, em particular, dos políticos. Como referido anteriormente, as crises são indutoras de risco, mas são também fonte de oportunidade, não só por motivarem a ampliação dos esforços, como por levarem a uma reflexão sobre as prioridades. São igualmente momentos oportunos para se encetarem reformas estruturais e se assumirem ruturas que implicam a mudança de mentalidades, de hábitos enraizados e cortes de privilégios essenciais para imprimir as mudanças que o futuro exige. Segundo o relatório sobre os fatores de crescimento das RUP,

> a atual situação exige que todas as regiões da UE e, em particular, as RUP revejam a sua estratégia e a adaptem aos novos paradigmas de crescimento baseados na competitividade e no comércio. A política de desenvolvimento precisa de se concentrar nestas transformações de uma forma coerente e sistémica com uma perspetiva clara dos objetivos e das escolhas a fazer, que na maioria dos casos passa por mudanças culturais e sociais profundas (ISMERI Europa, 2011: 24).

O mesmo relatório considera indispensável que se equacionem as prioridades através do debate político com o objetivo de se estabelecerem "as prioridades estratégicas e um conjunto de objetivos políticos quantificáveis e claros, ao mesmo tempo que se decide o período de tempo para os atingir [e se definirem] as políticas de apoio para esta economia" (ISMERI Europa, 2011: 24). Ou seja, este período de crise deve ser aproveitado para equacionar as estratégias, definir prioridades e metas prospetivas mas realistas, calendarizá-las e garantir a sua monitorização.

Perante uma nova realidade e a constatação de que as mudanças estruturais necessárias para tornar a economia mais competitiva e integrada não têm sido suficientemente conseguidas, é aconselhável rever os atuais instrumentos de planeamento adequando-os às novas realidades e despindo-os de visões e objetivos utópicos. A gestão política deve estimular a concretização das alterações necessárias assegurando a adequada definição de prioridades e metas, a alocação dos recursos necessários e a avaliação de resultados. Para isso é fundamental fortalecer a componente "da avaliação e monitorização estratégica, num quadro de consolidação acrescida dos sistemas de gestão, acompanhamento e controlo dos investimentos" (CTC QREN, 2011: 253).

Considerando a necessidade de definir uma estratégia e um modelo de desenvolvimento para a RAA, o Governo Regional aprovou, em 2008, o Plano Regional de Ordenamento do

Território para os Açores (PROTA), no qual se considera como vetores de um quadro estratégico de futuro a

> consagração da região como destino relevante no âmbito do turismo sustentável, a valorização da produção regional de energias renováveis, o domínio da qualidade e segurança alimentares e o desenvolvimento de serviços e de tecnologias de informação e comunicação, ajustados à dimensão ultraperiférica e fragmentada do território (SRAM e DROTRH, 2008a: 15).

Esta é uma visão moderna e de futuro adequada a muitos dos territórios insulares, mas é necessário analisar se é realista e se as estratégias e políticas definidas a jusante são as adequadas para ir de encontro ao modelo de desenvolvimento considerado. É ainda importante equacionar se a nível tático e operacional a ação vai de encontro a esta estratégia e se a realidade não acaba por se traduzir mais numa ação reativa do que prospetiva.

Segundo este plano a região é organizada em cinco polos, o principal constituído por todo o território, um para cada grupo, e ainda o subpolo constituído pelas ilhas do "Triângulo". Este modelo evidencia como principal lugar central a ilha de São Miguel e as ilhas do Grupo Ocidental como as mais periféricas (Figura 51).

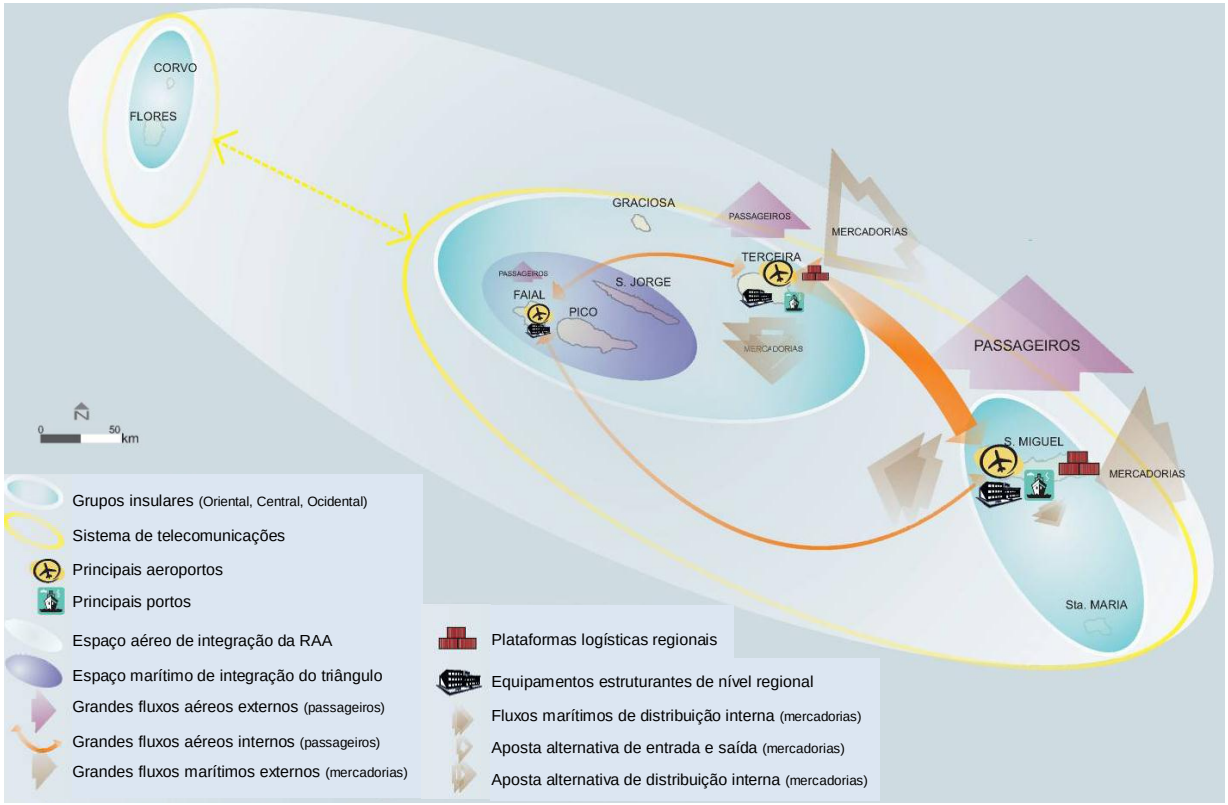


Figura 51 | Modelo Territorial da RAA (SRAM e DROTRH, 2008b: 9)

Este é o modelo seguido há diversas décadas pela região, que não tem resolvido alguns dos problemas estruturantes e tem permitido o acentuar das disparidades inter-ilhas, pelo

que seria conveniente considerar e analisar outros modelos que pudessem promover uma maior integração do território e, simultaneamente, racionalizar os custos associados à dispersão territorial.

Uma das hipóteses a estudar consiste na possibilidade de reforçar o polo constituído pelo Grupo Central, transferindo para estas ilhas mais funções políticas e administrativas centrais, assumindo-se São Miguel com a centralidade económica e o Grupo Central com a político-administrativa. Existem ainda outras centralidades que podem ser equacionadas como a associada ao *cluster* do mar e a de investigação e formação universitária. Este modelo conjugado com ligações marítimas regulares entre a Terceira e o "Triângulo", provavelmente lograria permitir uma maior integração do território, corrigir assimetrias e poupar recursos decorrentes da atual dispersão de serviços do Governo Regional. Esta nova centralidade poderia ainda ser reforçada por um reaproveitamento do aeroporto das Lajes, que daria resposta parcial aos problemas decorrentes da redução prevista a curto prazo dos efetivos americanos na base e por uma nova política de transportes marítimos, que passaria por um sistema de transportes mistos de mercadorias e passageiros para as ligações onde o fluxo de passageiros não garanta por si só a sustentabilidade dessas ligações.

Simultaneamente, urge adequar a divisão administrativa do território às novas realidades demográficas e de acessibilidades, reduzindo significativamente o número de municípios e freguesias, libertando recursos financeiros e humanos para uma gestão do território mais adequada às necessidades de uma sociedade moderna, com novas dinâmicas e paradigmas.

Estas são apenas propostas e conjunturas que, tais como outras, deveriam sem tabus ser analisadas e discutidas. Ultrapassar as dificuldades exige tando a necessidade de se assumirem os constrangimentos, como de se arriscar, promovendo ruturas indutoras da alavancagem e reversão de diversas dificuldades em oportunidades.

Sendo a mobilidade de importância transversal a todos os setores e à própria sociedade, é importante que a política implementada resulte de uma abordagem sistémica e participativa e não basicamente de decisões políticas e de ações reativas e setoriais. Como apesar dos elevados investimentos, as acessibilidades continuam a ser uma das principais preocupações e insatisfações da população e agentes económicos, é urgente rever o modelo de transporte da região, em particular o aéreo, com apresentação de estudos com as diversas alternativas, a promoção de um debate alargado e a tomada de decisões mais apropriadas, considerando fatores transversais à sociedade e economia. Este tipo de abordagem é fundamental para que os investimentos sejam os mais adequados e as decisões sejam percebidas pelas populações.

6. OS AÇORES – TURISMO EM ILHAS DE TRANSIÇÃO

> "Todas as ilhas, mesmo as conhecidas, são desconhecidas enquanto não desembarcamos nelas"
>
> José Saramago, 1997. O conto da ilha desconhecida

6.1 O TURISMO NOS AÇORES – PLANEAMENTO E IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

Considerando que a economia açoriana está muito dependente de setores tradicionais com baixo valor acrescentado e apresenta grandes dificuldades em termos de competitividade e inovação, poderá o turismo, tal como em muitos TIPD, assumir um papel relevante na economia e na sociedade açoriana?

Segundo os principais documentos estratégicos a nível nacional e regional, o turismo é uma das atividades estratégicas para a região. No PNPOT considera-se o turismo e o património ambiental como fulcrais para o desenvolvimento da RAA, destacando-se entre diversas opções estratégicas territoriais,

> qualificar os Açores como destino turístico de excelência, dotado de especificidades regionais de elevado valor acrescentado, e em que o turismo de natureza, de descoberta e do golfe e rural sejam apostas consolidadas. Valorizar os recursos naturais, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural e social como mais-valia para o desenvolvimento regional (MAOTDR, 2006: 122).

No PENT, a RAA é considerada um pólo-região em fase de desenvolvimento turístico, defendendo-se que,

> a aposta prioritária para o crescimento de curto prazo nos Açores incide nos produtos turismo de natureza e *touring*. Numa perspetiva de diversificação, a região deverá alicerçar a sua oferta em propostas de produtos de turismo náutico e saúde e bem-estar. O golfe, enquanto produto complementar, reforça a proposta de valor global do destino (MEI, 2006: 81).

Já a nível do planeamento da RAA[65], a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento estão definidos pelo PROTA. Em relação ao setor do turismo, neste plano considera-se como visão estratégica que a RAA se afirme como "um destino turístico de referência nos domínios do turismo rural, do turismo natureza, do turismo descoberta e do

[65] A política de planeamento da RAA está juridicamente enquadrada pelo decreto legislativo regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto.

golfe, com maior valor acrescentado regional" (Decreto legislativo regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto: 3432).

Como instrumento setorial de planeamento para o turismo, o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) "define a estratégia de desenvolvimento para o setor do turismo e o modelo territorial a adotar (…), definindo para cada ilha os produtos turísticos estratégicos e a evolução da oferta turística até 2015" (Decreto legislativo regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto: 5415). Este plano de ordenamento do turismo apresenta como principal objetivo o desenvolvimento e a afirmação do setor, segundo um modelo sustentável que permita contribuir para atenuar as disparidades territoriais na região. O trabalho de suporte à elaboração deste plano foi exaustivo e rico nas suas definições estratégicas. Contudo, a sua implementação peca por não ter sido garantido um sistema adequado de monitorização, não envolver suficientemente os *stakeholders* e não ter sido acompanhado por planos de ação a nível tático e operacional devidamente enquadrados nas orientações estratégicas e objetivos definidos no POTRAA.

Outros planos e documentos estratégicos para a região, como o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Autónoma dos Açores (PReDSA), o Plano Estratégico de *Marketing* da Região dos Açores (PEMRA) e o Plano Estratégico de Animação Turística (PEAT), destacam também a importância do turismo como setor estratégico para o desenvolvimento da região (Carqueijeiro, 2006; Silva e Almeida, 2011).

Todos os planos referidos consideram o turismo na natureza como o produto principal para a região, mas já em relação a outros produtos prioritários verificam-se divergências importantes. Em vários destes planos denota-se uma ausência da referência ao turismo náutico como produto prioritário ou mesmo complementar, quando esta é uma das regiões portuguesas com maior expressão deste segmento e com grande potencial de desenvolvimento (MEI, 2006; Silva e Almeida, 2011; THR, 2006c). O oposto acontece com a referência ao golfe, que aparece em diversos planos com importância destacada para a região, quando a sua expressão é residual e o seu potencial desenvolvimento nos Açores a médio prazo é muito limitado, por diversos fatores, desde os climáticos, de escala, de sustentabilidade financeira, etc.

Também na proposta de revisão do PENT, apresentada em 2011 (MEID e TP, 2011), se verificam algumas incongruências. Os produtos prioritários para a região passaram a ser mais limitados e incluem alterações muito discutíveis, destacando-se a ausência do turismo náutico e a reclassificação de *touring* cultural e paisagístico para *touring* cultural e religioso, o que é incompreensível, considerando que a paisagem nos Açores é um elemento de motivação para os visitantes muito mais importante que a religião (SREA, 2007b).

Felizmente, parte dessas inconsistências foram identificadas e corrigidas, e na proposta de revisão do mesmo documento apresentada no início de 2013, considera-se que “os Açores devem enfocar os esforços de desenvolvimento nos produtos turismo de natureza, nas suas diversas vertentes, e nos circuitos turísticos” (MEE, 2012: 44).

Todos os instrumentos de planeamento e documentos técnicos sobre o turismo da região têm em comum a consideração do turismo como essencial para o desenvolvimento da região, e apresentam uma visão estratégica semelhante para o desenvolvimento do setor, considerando que este deve estar alicerçado nos recursos endógenos, na autenticidade, nos fatores diferenciadores do destino, na diversificação da oferta, na aposta no turismo de nichos e num modelo “sustentável”. Mas existem diferenças importantes nestes planos, que se prendem essencialmente com as estratégias e ações propostas para atingir esses fins.

Até 2005, os Açores eram exclusivamente promovidos tendo como base a componente contemplativa da paisagem, situação que começou a ser alterada a partir de 2005 com o PEAT, desenvolvido pela Associação Regional de Turismo (ART), que passou a privilegiar a componente ativa e experiencial (Silva e Almeida, 2011). A partir de 2009, com a apresentação do PEMRA, também a Associação de Turismo dos Açores (ATA) e a Direção Regional de Turismo (DRT), deixaram de promover “a natureza açoriana única e exclusivamente contemplativa, para passar a oferecê-la de uma forma ativa, experiencial e vivida” (Ávila, 2008: 3).

Algumas das estratégias que têm sido seguidas são também discutíveis, em particular as referentes ao modelo territorial, de acessibilidades, de alojamento e de gestão turística, a política de apoio ao setor, a importância que se tem dado a produtos como o golfe e os cruzeiros e a insuficiente aposta no turismo na natureza.

Apesar de ser reconhecida a importância do turismo para o desenvolvimento da região é indispensável ter presente que os Açores continuam a ser um destino turístico periférico que, apesar de ter um peso modesto na captação de turistas, já é um setor de grande importância para a economia regional. Ampliar esse potencial no futuro é uma prioridade que a região assume e que está bem expressa nos instrumentos de planeamento e na vontade de muitos dos *stakeholders* da região.

6.2 A ATIVIDADE TURÍSTICA NOS AÇORES

Pelo facto de até ao momento, os únicos dados sobre a conta satélite do turismo na região se referirem ao ano de 2001, a informação sobre a importância do setor na economia regional é limitada. Segundo esses dados, em 2001, o turismo tinha um peso direto de 5,1% no PIB da região, ligeiramente superior à média nacional que era de 4,9% (SREA *et al.*, 2008). Já considerando os efeitos diretos e indiretos o turismo representava 11,5% do PIB açoriano (BES, 2009).

Sendo os Açores um destino recente, com o turismo a ganhar expressão crescente na economia local, certamente que esses valores são atualmente mais expressivos. Contando com cerca de 382,5 mil hóspedes que geraram aproximadamente 1.150,5 milhares de dormidas em 2011, o peso das dormidas dos turistas, em relação ao total nacional, passou de 1,5% em 1990, para 2,6% em 2011, tendo esta sido a segunda região do país que teve maior acréscimo nos hóspedes (70,7%) e nas dormidas (78,1%), entre 2000 e 2011 (Quadro 18).

Quadro 18 | Caracterização da atividade turística em Portugal e por NUTS II[(1)]

	Hóspedes /Tot. nac. [(2)] 2011 (%)	Dormidas / Tot. nac. 2011 (%)	Proveitos em EH / Tot. nac. 2011 (%)	Variação hóspedes 2000-2011 (%)	Variação dormidas 2000-2011 (%)	Estada média 2011	Densidade da procura 2011 (turistas/km^2)	Taxa de sazonalidade dormidas [(3)] 2011 (%)	Índice de saturação turística 2011 [(4)]	RevPAR 2011 (euros) [(5)]	Peso das dormidas nacionais 2011 (%)
Portugal	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**35,6**	**16,7**	**2,8**	**151,8**	**39,1**	**132,5**	**26,9**	**34,14**
Açores	2,5	2,6	2,5	70,7	78,1	3,0	148,4	44,2	139,6	22,7	46,3
Madeira	7,4	14,1	13,3	18,3	12,2	**5,4**	**1.294,3**	33,2	387,2	29,4	13,7
Norte	18,9	11,5	11,7	53,2	50,9	1,7	124,1	35,2	71,6	24,9	53,6
Centro	15,8	10,3	9,8	**100,9**	**102,2**	1,8	78,6	37,2	95,3	15,9	62,4
Lisboa	**28,8**	22,9	**29,5**	16,3	15,4	2,2	**1.341,3**	33,8	142,6	**42,9**	28,4
Alentejo	5,1	3,2	3,4	39,3	47,2	1,7	22,7	38,1	94,9	20,6	**72,7**
Algarve	21,5	**35,4**	**29,9**	23,6	-4,1	4,6	602,2	**46,2**	**667,1**	24,1	27,1

[(1)] Os dados referem-se aos estabelecimentos hoteleiros (EH); [(2)] Total nacional; [(3)] Três meses com mais dormidas em relação ao total; [(4)] Hóspedes/população x 100; [(5)] Média diária do rendimento por quarto. (Fonte: INE, 2012a)

Apesar dos Açores continuarem a ser a região do país com menos visitantes, a importância do setor do turismo na economia local é bastante mais significativa do que os dados anteriores parecem induzir. De facto, considerando a superfície e a população da região, os indicadores apontam para que os Açores tenham um peso da atividade turística semelhante ao da média nacional, com uma densidade da procura turística de 148,4 turistas por km^2, e um índice de saturação turística de 139,6 (Quadro 18). Já comparativamente com a Região Autónoma da Madeira, os valores da procura turística dos Açores são bastante baixos, quase nove vezes inferiores.

Esta diferença é geralmente encarada como uma fragilidade, mas também pode representar uma vantagem, pelo facto de atualmente os Açores já estarem munidos de

adequados instrumentos de planeamento e terem maior capacidade para reduzir os impactes negativos da atividade turística, tanto na paisagem, como na comunidade local. Segundo um estudo sobre a atitude dos residentes face ao turismo, realizado em 2005 e 2006 pelo SREA (2007a), a quase totalidade da população açoriana (99,7%) não sentia qualquer perturbação causada pelo turismo na sua atividade diária, nem a necessidade de alterar os seus hábitos para evitar os turistas. Adicionalmente, quase 95% da comunidade local considerava que o turismo era bom para os Açores e 68,7% desejavam a sua expansão.

Parece existir um consenso transversal sobre a necessidade e importância em expandir a atividade turística na região, pelo que a questão central consiste em saber como é que os Açores conseguirão assegurar um período prolongado de crescimento da atividade turística.

Observando a evolução do número de hóspedes (Figura 52), verifica-se que a atividade turística na região cresceu, de forma irregular mas consistente, entre os inícios da década de 1980 e 2007, e especialmente entre 1999 e 2006. Dos 32 anos representados, apenas em quatro se verificou uma diminuição da procura (1993, 1997, 2003 e 2009). Analisando a curva da procura, verifica-se que os Açores tiveram uma fase de exploração e envolvimento até 1998, a de desenvolvimento e consolidação até 2007, entrando a partir dai numa fase de estagnação do ciclo de vida do destino.

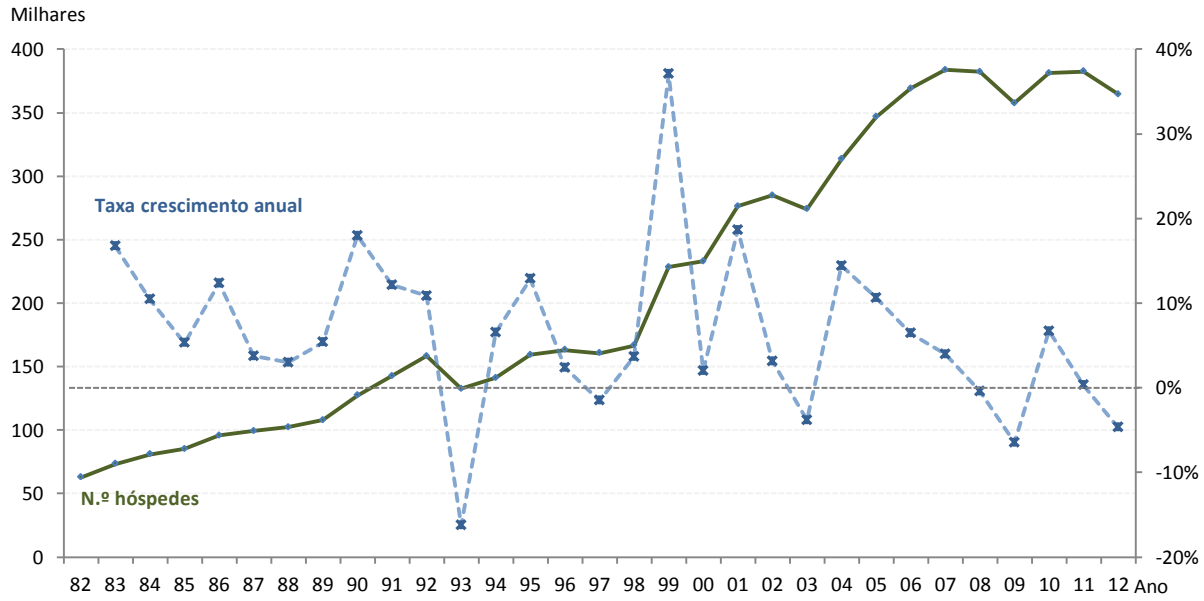


Figura 52 | Hóspedes e taxa de crescimento anual, RAA 1982-2012 (Dados: SREA, 2013)

Esta fase de estagnação é demasiado curta para se perceber se resulta apenas de uma situação conjuntural, associada à crise financeira mundial despoletada em 2008 e à crise

económica europeia e nacional que continua a subsistir, ou se se deve a problemas estruturais que, caso não sejam resolvidos, irão dificultar a transição do turismo nos Açores para um período de rejuvenescimento suportado por um crescimento sustentado.

É certo que a elevada dependência dos Açores do mercado nacional dificultará a recuperação da atividade turística da região. Segundo os dados disponíveis nas estatísticas oficiais, em 2011, os turistas nacionais foram responsáveis por 46,3% das dormidas e 58% dos hóspedes na RAA.

Contudo, esses dados não espelham adequadamente a realidade da procura turística dos Açores. Uma percentagem significativa desses turistas (16,8%) e das suas dormidas (23%) resultam de motivos de negócios ou profissionais, sendo, de forma destacada, a região do país onde este motivo de viagem tem maior expressão (INE, 2012a)[66]. No estudo sobre os turistas que visitam os Açores (SREA, 2007b), o peso das viagens por motivos profissionais é ainda mais expressivo (31,6%), valor que é mais do dobro da estimativa apresentada pela OMT para este tipo de motivação à escala mundial (15%).

Estes valores até poderiam ser um ponto forte do destino caso estivessem associados ao produto *meeting industry*, mas parece não ser o que acontece, sendo a região pouco atrativa neste segmento (MEI, 2006; THR, 2006b). Esta procura resulta essencialmente das viagens realizadas por políticos, gestores, técnicos e funcionários públicos ou de empresas locais e do Continente que têm negócios na região e muitas delas são justificadas pela elevada dispersão territorial e da gestão das funções governamentais e administrativas. Este grupo de viajantes acentua a importância do turismo nacional nas estatísticas e condiciona outros indicadores como a taxa de ocupação-cama, o rendimento por quarto e mesmo a sazonalidade turística. Por outro lado, há que considerar a existência de um grupo importante de turistas nacionais e de outros ligados à diáspora, que não aparecem nas estatísticas porque recorrem a alojamento de familiares e amigos ou outros não contabilizados nas estatísticas.

Conhecer adequadamente o mercado seria de grande utilidade para os estudos e planeamento turístico e poderia sustentar ou colocar em causa as estratégias seguidas, por exemplo, no investimento em promoção que tem sido direcionado para cada mercado.

O elevado peso das viagens por motivos profissionais na região influencia outros indicadores, como seja a atenuação da sazonalidade turística, pois estas viagens tendem a distribuir-se ao longo de todo o ano (Figura 53).

[66] Inquérito às deslocações dos residentes de 2011, realizado pelo INE.

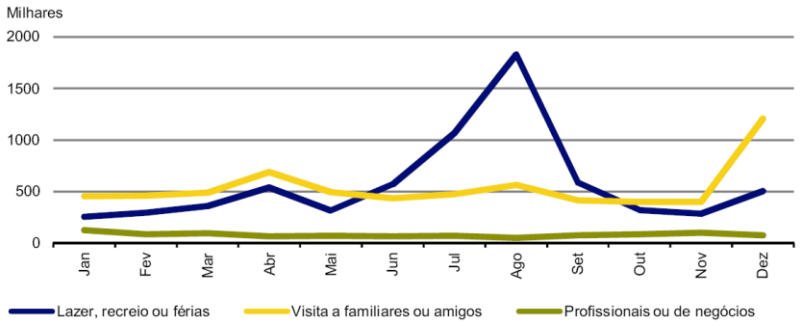


Figura 53 | Viagens realizadas em Portugal, segundo os principais motivos - 2011 (INE, 2012a: 28)

Esse facto justifica grande parte da diferença entre a sazonalidade dos turistas nacionais e estrageiros nos Açores, representada na figura 54. Provavelmente, caso não se considerassem os visitantes por motivos profissionais, o índice de sazonalidade superaria os 50%. É de realçar que a procura dos turistas estrangeiros, em apenas dois meses, corresponde a quase 40% (julho e agosto) e, caso se considerem os quatro meses com maiores fluxos[67], os valores sobem para 65%.

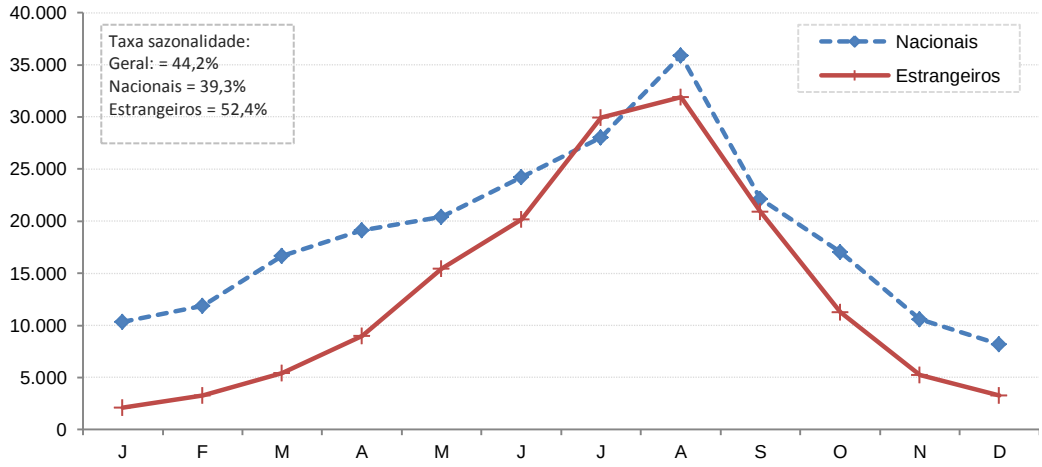


Figura 54 | Taxa de sazonalidade e hóspedes por mês em 2011 na RAA 1982-2012 (Dados: INE, 2012a)

Mesmo considerando o fator atenuante do elevado peso das viagens por motivos profissionais, a taxa de sazonalidade dos Açores é das mais elevadas do país (44,2%), apenas superada pelo Algarve (46,2%).

Esta abordagem em torno dos turistas por motivos profissionais não pretende amenizar a sua importância para alguns setores, como a hotelaria e a restauração, e o seu contributo para a redução da sazonalidade, mas chamar a atenção para uma situação específica que deve ser considerada no planeamento turístico, pois este é um grupo que não depende da

[67] A taxa de sazonalidade considera apenas os três meses com maior procura, mas nos Açores a distribuição da procura denota uma agrupação específica, destacando-se os meses de julho e agosto, seguidos de julho e setembro.

promoção turística, nem viaja motivado por qualquer atratividade ou diferenciação do destino.

Conjugando a crise económica, a melhoria das tecnologias de comunicação e a necessidade de racionalização das viagens por parte das empresas e dos organismos públicos, é expectável que se acentue a tendência para a redução destes visitantes. Assim, a dependência deste mercado e dos turistas nacionais tem condicionado o comportamento da procura nos últimos anos. A recuperação é igualmente dificultada por não se introduzirem fatores de mudança, melhorando a competitividade, especialmente a nível das acessibilidades, diversificando e qualificando a oferta e redirecionando a promoção que tem estado direcionada essencialmente para um turista generalista e não de nichos. De facto, os cenários do POTRAA para além de considerarem uma conjuntura nacional e internacional mais favorável, pressupunham que a região apostaria mais ativamente na captação de turismo de nichos, o que tardou a verificar-se.

A estagnação da procura nos últimos anos deveria induzir a revisão dos instrumentos de planeamento e das estratégias e planos de ação. Analisando os vários cenários prospetivos de crescimento da procura para a região, tanto do PENT, como do POTRAA[68] (Anexo 2), verifica-se que os desvios são muito significativos, sendo muito improvável que no horizonte definido ainda se possam recuperar essas diferenças (Figura 55).

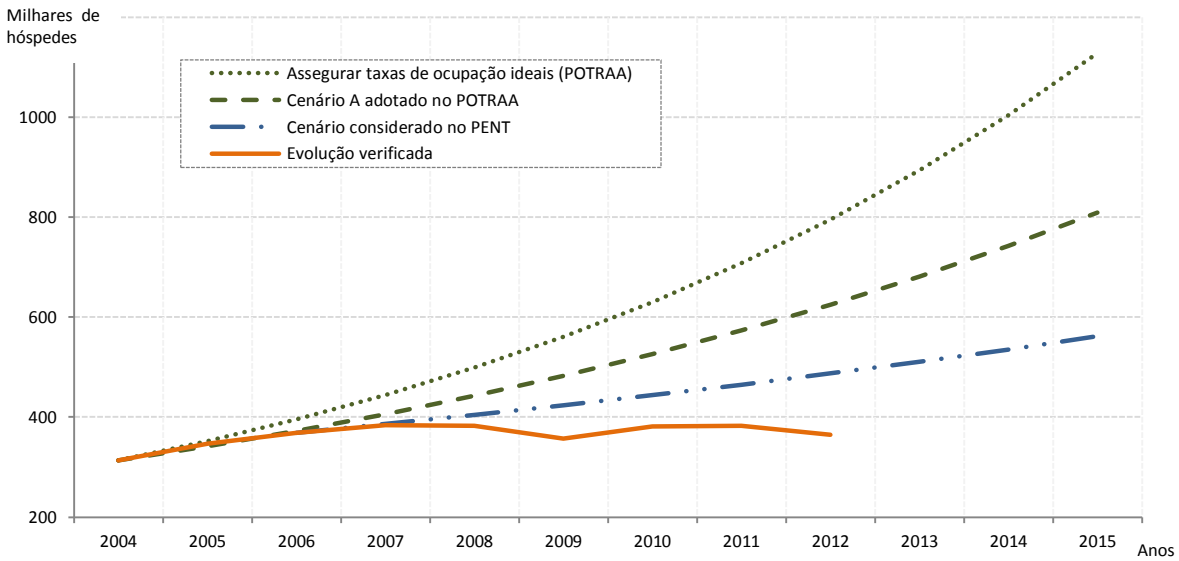


Figura 55 | Cenários PENT e POTRAA e crescimento da procura

(Dados: SREA, 2013; MEI, 2006 e Consórcio GEOIDEIA *et al*., 2004)

[68] Partindo de três cenários de crescimento do turismo para o horizonte de 2015, o POTRAA adota o cenário A, que enquadra "de modo flexível o desenvolvimento tendencial da RAA entre os dois referenciais, a manutenção do comportamento reativo dos últimos anos e a aproximação, o mais consistente possível, a um modelo mais ambicioso de sustentabilidade do desenvolvimento (Decreto legislativo regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto: 3433). Este cenário considera para o período entre 2008 e 2015 um crescimento anual médio da procura turística entre os 8,5% e 9,5% ao ano, o crescimento da estada média para 4 dias e do alojamento entre 6,5% e 7,5% por ano (Decreto legislativo regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto).

Um problema imediato, causado pelas previsões otimistas da procura turística, resulta de se terem criado expetativas junto dos *stakeholders* e, em particular, dos empresários que realizaram investimentos significativos considerando cenários que não se estão a concretizar. De facto, nos primeiros anos deste século, perante um período de grande expansão da procura, alimentado por cenários otimistas e programas de incentivo bastante atrativos, verificou-se um forte investimento na oferta de alojamento, em particular com a construção de novos hotéis de quatro estrelas (Figura 56). Entre 2000 e 2005, a capacidade de alojamento mais que duplicou (106,3%), e entre 2000 e 2011 o número de hotéis de 4 estrelas passou de 5 para 21 e o número de camas quase quintuplicou, passando estes hotéis a representar 63,5% da oferta total neste tipo de estabelecimentos. Apenas em 2012 foi inaugurado o primeiro hotel de cinco estrelas, envolto em alguma polémica pela excessiva dimensão e impacte na paisagem urbana de Angra de Heroísmo, que é classificada como património mundial pela UNESCO.

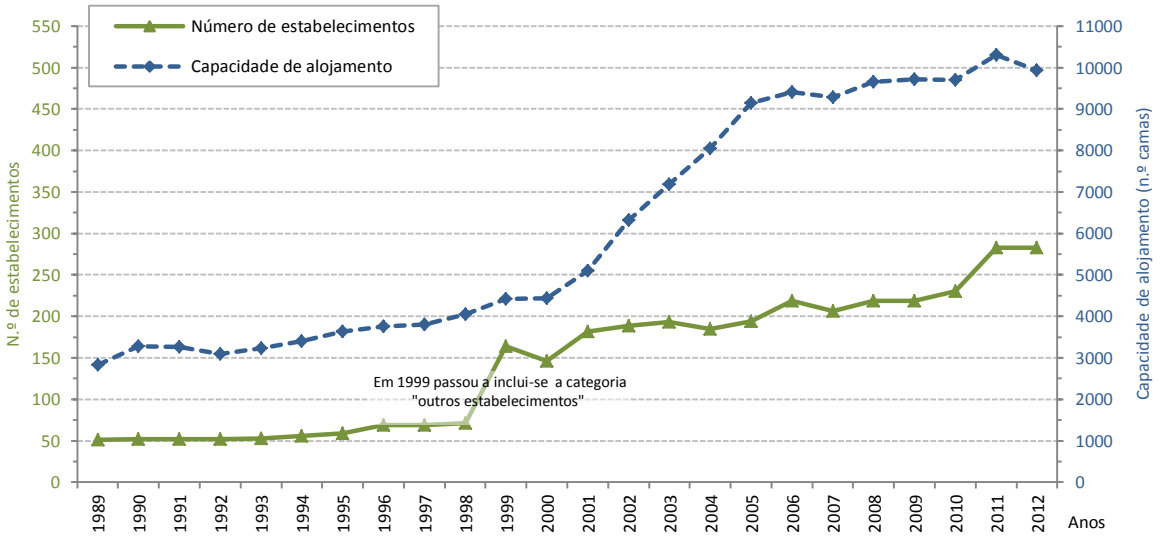


Figura 56 | Oferta de alojamento nos Açores (Dados: SREA, 2013)

Atualmente, o excesso de oferta hoteleira, conjugada com a quebra no crescimento da procura e a elevada sazonalidade, têm criado problemas acrescidos ao setor, que são difíceis de superar. Certamente que os Açores necessitavam de ampliar a oferta hoteleira, mas, considerando as necessidades a médio prazo e a evolução da procura, o crescimento foi excessivo. Em 2011 a hotelaria tradicional foi responsável por cerca de 90% dos hóspedes (SREA, 2013), com os hotéis a representarem 81,4% da oferta desta tipologia de alojamento, sendo a região do país com maior concentração das dormidas nestes estabelecimentos (INE, 2012a).

Infelizmente, muitos desses hotéis não estão adequados às características do destino e da procura, pela sua excessiva dimensão em relação às necessidades, por muitos

apresentarem uma arquitetura clássica que não acrescenta valor patrimonial ao destino, por alguns terem importantes impactes negativos na paisagem e porque são poucos aqueles que apresentam oferta integrada de produtos (SPA, golfe, animação turística, etc.). O seja, o acréscimo da oferta hoteleira foi excessivo e não assegurou a valorização do património nem uma identidade diferenciadora. Estes hotéis foram pensados para dar resposta a turistas que têm chegam à região em pacotes turísticos organizados por operadores turísticos e apoiados pelo Governo regional. Mas estes são maioritariamente turistas psicocêntricos e mesocêntricos com um poder de compra limitado, que escolhem os Açores essencialmente pela oportunidade de descobrirem mais um destino, algo exótico e autêntico, mas sem terem uma ligação forte aos principais produtos da região. Consequentemente, são turistas que estimulam pouco a economia local e na sua maioria não regressam.

Já a aposta no turismo rural foi mais sustentável e adequada às caraterísticas do destino. O investimento neste tipo de alojamento veio permitir recuperar muito património da arquitetura tradicional e potenciar o empreendedorismo e o desenvolvimento local. Em 2011, os Açores contavam com 873 camas e 33 unidades de alojamento de turismo rural, o que representava 8,5% do total da capacidade de alojamento da região, valor muito expressivo comparativamente com a média nacional que é de 4,4 % (INE, 2012a).

A aposta no alojamento deveria ter sido repartida por outras tipologias, como pequenos hotéis de charme, alojamento criativo na natureza e pensões modernas e especializadas direcionadas para nichos (viajantes autónomos, jovens, mochileiros, aventureiros, surfistas, etc.).

A expansão da hotelaria tradicional foi acompanhada por um modelo clássico de captação de turistas generalistas, frequentemente atraídos a visitar a região pela existência de pacotes turísticos integrados de baixo custo, incluindo ligações diretas à região recorrendo a voos *charters*. Desde 2001, que esta tem sido uma das principais estratégias de captação de turistas, direcionada essencialmente para os países escandinavos. Em 2001, essa política traduziu-se, por exemplo, na captação de quase 32.000 turistas suecos, essencialmente no segmento de terceira idade (Consórcio GEOIDEIA *et al.*, 2002). O problema desta estratégia é de que resulta num esforço significativo, com apoios financeiros e de promoção sem retorno sustentado, porque muitos dos turistas que visitam os Açores integrados nesses programas, o fazem principalmente porque representa uma oportunidade para conhecer um novo destino a baixos custos e poucos desses voltam aos Açores (Cymbron, 2012 *op. cit.* Paz, 2012).

Este modelo de captação de visitantes até pode ser adequado, caso se assegure que o investimento seja direcionado para mercados prioritários, para nichos de turistas que

valorizem mais as características intrínsecas do destino, ou que garantam fluxos em épocas baixas, mas sempre servindo de alavancagem a novas rotas e mercados que tenham possibilidade de, a curto prazo, subsistir sem esses apoios.

Essa estratégia foi muito direcionada para o mercado escandinavo, o que levou a um enorme aumento dos visitantes desses países, especialmente dinamarqueses, suecos e finlandeses (Figura 57).

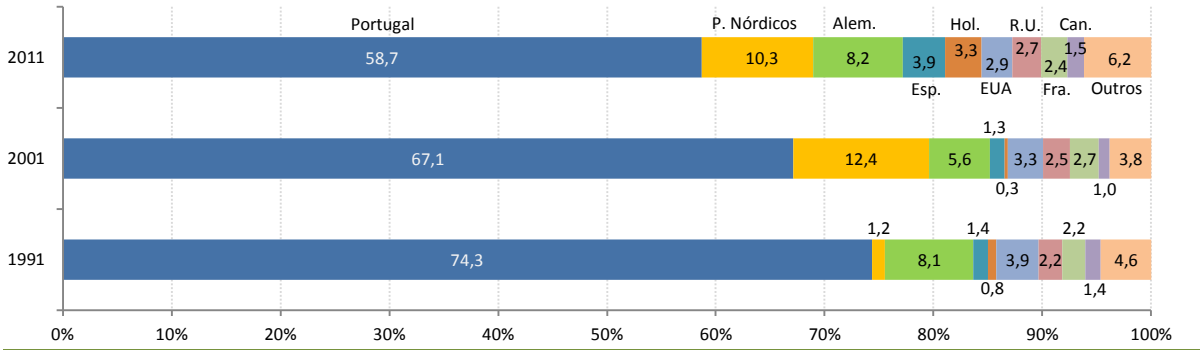


Figura 57 | Hóspedes totais por país de residência - Açores 2011 (Dados: SREA, 2013)

Considerando a posição geográfica dos Açores e a forte comunidade de diáspora açoriana na América do Norte, o número de visitantes dos EUA e do Canadá continua a ser limitado em relação às potencialidades, mesmo considerando que as estatísticas não demonstram o real peso deste mercado, porque muitos destes turistas estão ligados à diáspora e ficam alojados em casa de amigos e familiares. No estudo sobre o turismo dos Açores, baseado na aplicação de questionários aos visitantes (SREA, 2007b), em 2005/2006, os residentes nos EUA representavam 7,6% da procura e os canadianos 6,6%, enquanto os dados sobre os hóspedes registados apontavam apenas para 3,2% de visitantes dos EUA e 1,0% do Canadá[69].

De facto, os dados do questionário sobre o turismo dos Açores (SREA, 2007b) mostram que existe um peso significativo de turistas que fica alojado em casas de amigos e familiares (16,7%) e noutros meios de alojamento (5,1%), como parques ou locais de campismo, quartos ou apartamentos arrendados, instalações de sociedades e em iates (essencialmente estrangeiros em viagem) (SREA, 2007b).

A comparação entre os dados disponibilizados pelas estatísticas oficiais e os obtidos a partir do questionário aos turistas apresenta igualmente valores muito díspares a nível da estada média. Considerando os valores do ano a que se reporta o questionário aos turistas

[69] Esta disparidade poderá também resultar de outros fatores tais como da metodologia seguida na aplicação dos questionários, por exemplo por não terem sido consideradas as viagens com pernoita dos açorianos entre as ilhas.

(2005/2006), enquanto as estatísticas oficiais indicavam uma estada média de 3,6 noites por visitante, os dados obtidos por questionário apontam para 9,1 dias. O problema decorre essencialmente do método utilizado para contabilizar os hóspedes. Nas estatísticas oficiais, os turistas que mudam de alojamento são contabilizados como "novos" hóspedes e iniciam uma "nova" permanência. Os dados dos principais operadores turísticos, especialmente os associados aos pacotes turísticos com voo incluindo, apontam para permanências de seis a sete dias.

A maioria destes voos tem como destino o Aeroporto João Paulo II, na ilha de São Miguel, onde a maioria destes visitantes permanece durante toda a sua estada, contribuindo para a concentração turística em apenas uma das ilhas do arquipélago. De facto, uma das principais particularidades do destino Açores consiste na excessiva concentração da procura turística na ilha de São Miguel, responsável por 58,6% do total dos hóspedes e 64,7% das dormidas, em 2011 (Figura 58).

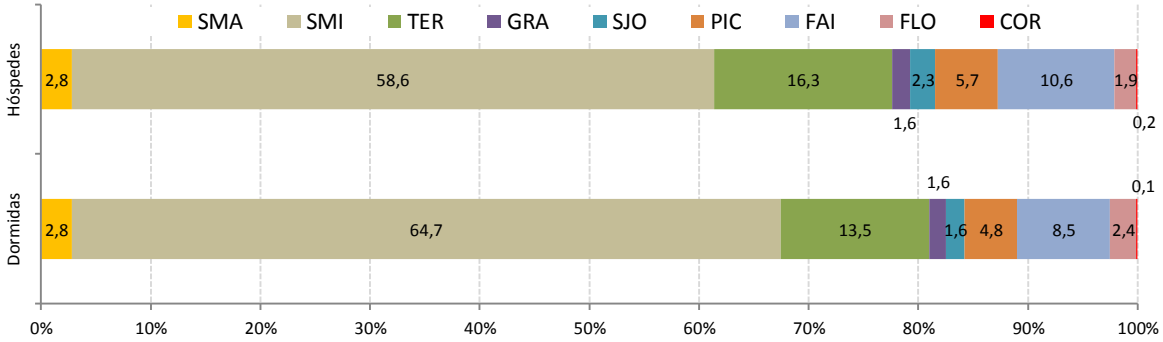


Figura 58 | Hóspedes e dormidas por ilha em 2011 (Dados: SREA, 2013)

Essa concentração resulta de diversos fatores, nomeadamente de ser a ilha de maior dimensão, da elevada concentração de recursos turísticos e de se tratar da principal porta de entrada na região. Mas é igualmente consequência das políticas adotadas de gestão territorial, dos transportes e do turismo. De facto, a densidade da procura turística é significativamente mais elevada em São Miguel, com um valor de 298 turistas por km^2, em 2011, seguido do Faial, com 203, e da Terceira, com 150. No extremo oposto, as ilhas do Pico, Flores, São Jorge e Corvo apresentam valores inferiores a 50 turistas por km^2.

Como fator positivo na evolução da procura turística, é de destacar o crescente aumento do peso dos visitantes estrangeiros, que passaram de 25,7%, em 1991, para 41,3%, em 2011 (Figura 59), e as dormidas respetivas de 31,4% para 53,7%. Destes, os oriundos dos países escandinavos são os que apresentam uma estada média superior, por viajarem maioritariamente em pacotes organizados de uma semana (Figura 59).

Mas o acréscimo dos visitantes estrangeiros nos últimos anos não tem sido tão significativo que permita despoletar uma fase de rejuvenescimento no ciclo de vida do destino. Uma

conjuntura nacional e internacional mais favorável é importante para que os Açores voltem a entrar num período de crescimento sustentado da atividade turística mas, simultaneamente, a região deve resolver alguns constrangimentos estruturais e associados à política seguida, nomeadamente a nível das acessibilidades e da política em torno da captação dos visitantes. A promoção e esforço de captação de turistas devem ser canalizados para o *core* do destino, muito ligado à mística das ilhas, do exotismo, do seu património natural e da sua identidade cultural.

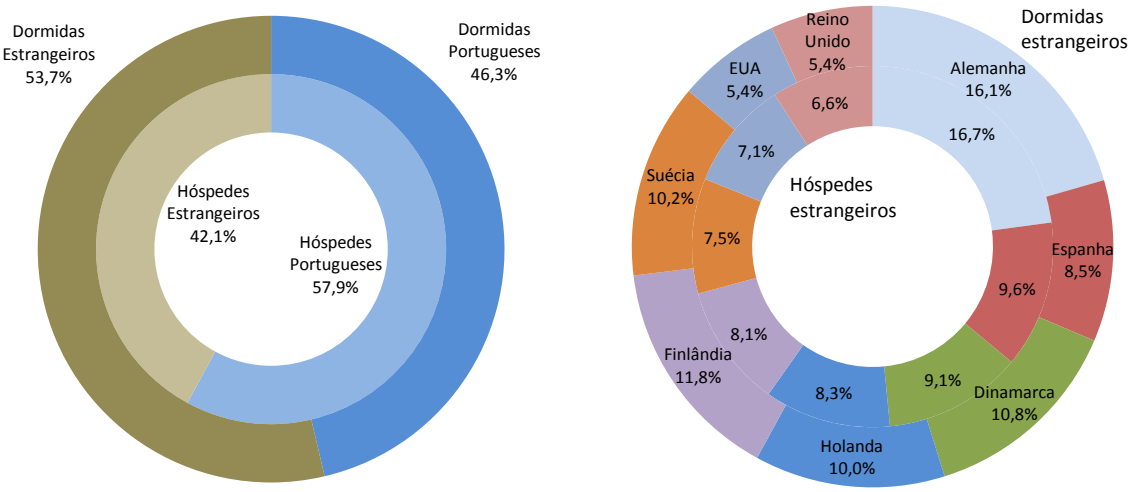


Figura 59 | Hóspedes e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros por país de residência - Açores 2011 (Dados: SREA, 2013)

Os resultados dos inquéritos realizados aos turistas pelo SREA (2007b) mostram claramente os nichos em que os Açores se podem afirmar internacionalmente, quer pela valorização dos aspetos relacionados com a natureza, a paisagem, o exotismo e a segurança, quer pelos elementos menos valorizados como as compras e a vida noturna (Figura 60).

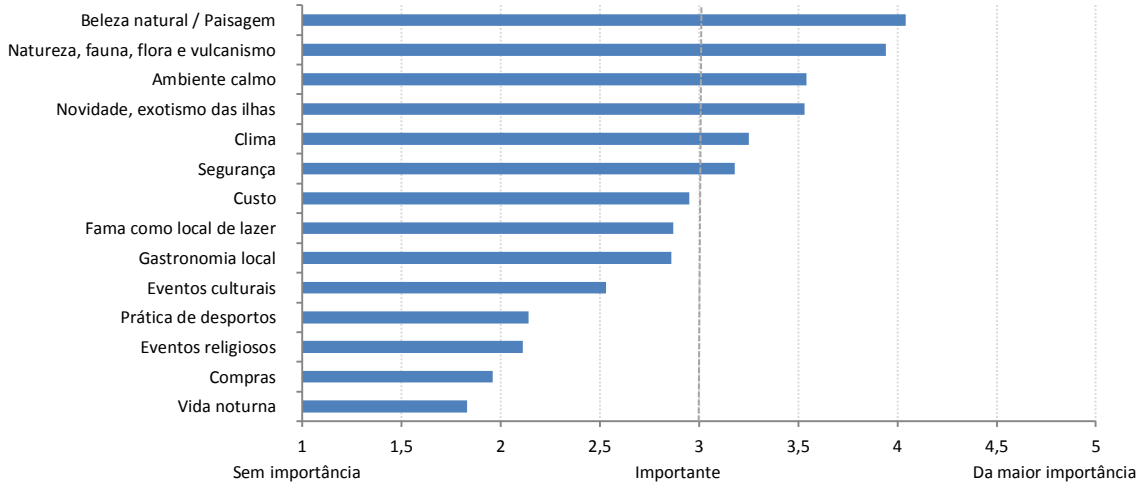


Figura 60 | Características determinantes na escolha do destino Açores (Dados: SREA, 2007b)

Embora a natureza possa ser fruída de forma contemplativa e de passagem, é cada vez mais procurada para ser vivenciada, servindo de base a experiências e a práticas desportivas e proporcionando emoções diferenciadoras. Neste âmbito, a oferta de atividades de animação turística e marítimo-turística, direcionadas para o turismo na natureza, são essenciais para a afirmação de muitos dos destinos.

Nos últimos anos, o setor da animação turística na região, tem crescido significativamente e diversificado a sua oferta. Produtos como a observação de cetáceos, com início apenas em 1989, assumem atualmente posição de destaque na oferta turística do destino. Em 2012, existiam 24 operadores marítimo-turísticos licenciados para esta atividade a operar em cinco ilhas, que proporcionaram quase cinquenta mil visitas (DRT, 2012). Outras atividades são bastante mais recentes, como o *canyoning* que se iniciou na região como atividade comercial apenas em 2006, ou o mergulho com tubarões, em 2010.

Algumas destas atividades são de risco acrescido ou têm potencial para causar importantes impactes negativos, pelo que é necessária a definição de regras e cumprimento de boas práticas. Se há atividades onde há muito por fazer para promover uma oferta mais estruturada e responsável, noutras, os Açores têm sido bem-sucedidos, quer considerando a regulamentação imposta pelas autoridades (e. g. observação de cetáceos), quer pelas iniciativas de operadores na definição e aplicação de boas práticas (e. g. mergulho com tubarões).

A oferta de empresas direcionadas para a prestação de serviços turísticos especializados em turismo na natureza e de aventura na região já é bastante significativa. Em finais de 2012, este setor contava com 111 empresas em atividade e legalmente registadas (Quadro 19), sendo que, quase todas (94%) se enquadravam no âmbito do turismo na natureza, oferecendo cerca de 337 serviços diferenciados, distribuídos por mais de 25 atividades, como a observação de cetáceos, a subida à montanha do pico, a pesca turística, etc.

Quadro 19 | Empresas de animação turística e marítimo-turísticas registadas e ativas em 2012[70]

	SMA	SMI	TER	SJO	GRA	PIC	FAI	COR	FLO	Açores
Empresas de animação turística (AT)	0	24	6	2	1	5	2	0	1	41
Operadores marítimo-turísticos (MT)	4	19	8	6	2	9	17	0	5	70
Total de empresas AT e MT registadas e ativas	4	43	14	8	3	14	19	0	6	111
Empresas AT com produtos de turismo natureza	0	17	6	2	1	5	2	0	1	34
Operadores MT com produtos de turismo natureza	4	19	8	6	2	9	17	0	5	70
Total AT e MT com produtos de turismo natureza	4	36	14	8	3	14	19	0	6	104

[70] Informação resultante do cruzamento das listagens da DRT e da ART e pelo levantamento através dos *sites* das empresas e de contatos diretos com alguns empresários do setor.

A ilha de São Miguel domina a oferta de serviços de animação turística (35%), seguida do Faial (18%) e da Terceira e Pico com 13,5%. Apenas a ilha do Corvo não tem empresas registadas, mas a maioria dos operadores das Flores promovem serviços de animação turística ou marítimo-turística no Corvo.

Embora existem algumas empresas que prestam serviços em várias ilha, em particular nos Grupos Central e Ocidental, a maioria opere apenas numa ilha. Destaca-se ainda a existência de algumas empresas que prestam serviços mesmo não estando registadas.

Uma abordagem ao estado e setor do turismo na região não poderia ficar completa sem incluir os aspetos qualitativos relacionados com a imagem do destino e a qualidade dos serviços. Os Açores têm desenvolvido um importante trabalho na valorização do seu património a nível internacional, que tem sido reconhecido por diversas organizações internacionais, em especial pela UNESCO, na classificação da cidade de Angra e da paisagem da cultura da vinha do Pico como Património Mundial, das ilhas do Corvo, Graciosa e Flores como Reservas da Biosfera e do Geoparque Açores. Concomitantemente, têm sido diversos os prémios e recomendações dos Açores como destino de viagem de excelência ou a recomendar, atribuídos por diversas revistas e outras entidades, geralmente no âmbito de destino a descobrir e associado à tranquilidade, à autenticidade e à beleza natural. São igualmente de valorizar dois *sites* de referência e inovadores no âmbito do turismo na natureza, o Trails-Azores da DRT (www.trails-azores.com) e o ZoomAzores[71] da ART (www.zoomazores.com).

Contudo, o trabalho desenvolvido a nível da certificação ambiental e da qualidade no setor do turismo ainda é muito incipiente, sendo poucas as empresas, restritas quase exclusivamente à área do alojamento, que implementaram sistemas de qualidade, de gestão ambiental, ou apresentam certificações. Direcionado para o turismo na natureza, é ainda mais escasso o trabalho realizado a nível da implementação de sistemas de qualidade, das boas práticas, da gestão do risco e da gestão ambiental.

Sendo a satisfação dos turistas um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento da atividade turística é fundamental garantir a monitorização da mesma, de forma regular e que abranja os segmentos e aspetos essenciais da procura e da oferta. Apesar de insuficientes e com aplicação irregular, os Açores contam com alguns estudos

[71] O ZoomAzores foi desenvolvido por uma equipa da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação e inclui um sistema de mapas na internet com informação georreferenciada de todas as atividades de turismo e desporto na natureza e outros recursos e serviços turísticos (Silva *et al.*, 2013).

que se debruçam sobre a qualidade da experiência turística recorrendo à aplicação de questionários aos visitantes.

Segundo o inquérito aos turistas, aplicado entre outubro de 2005 e setembro de 2006 (SREA, 2007b), 66,3% dos inquiridos indicaram ter ficado muito satisfeitos (45,4%) ou completamente satisfeitos (21,9%) com a sua visita aos Açores. Contudo, uma parte significativa dos inquiridos ficou apenas satisfeito com a visita (31,5%) e apenas 33,6% tiveram uma experiência de viagem melhor do que esperavam, ou seja, o destino não consegue superar as expetativas da maioria dos visitantes.

Por sua vez, a maioria dos indicadores avaliados apresenta uma classificação abaixo de bom (4, na escala de Likert), destacando-se como os mais positivos o (i) ambiente natural, (ii) hospitalidade dos residentes, e (iii) segurança, e como menos positivos: (i) estradas e sinalização, (ii) transportes marítimos inter-ilhas, (iii) transportes aéreos inter-ilhas, e (iv) vida noturna (Figura 61).

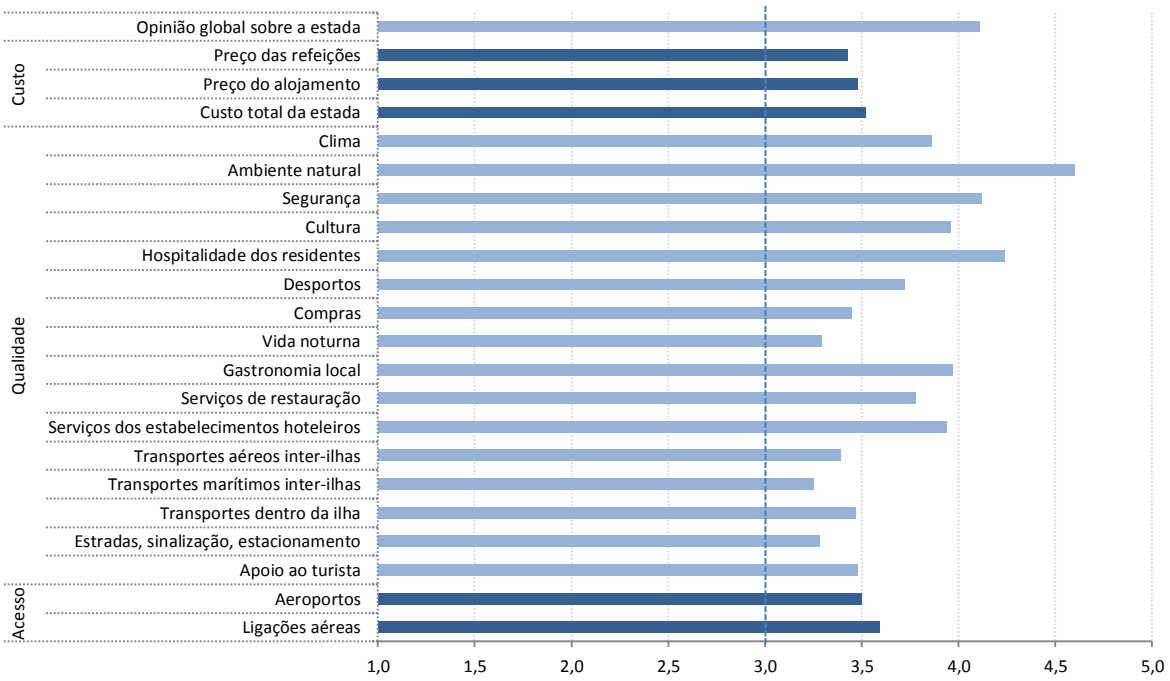


Figura 61 | Estrutura das opiniões dos turistas - 2005 (SREA, 2007b)

Segundo outro estudo, que auscultou a opinião dos turistas que visitaram os Açores em agosto de 2008 (ORT, 2008), 74% dos inquiridos considera que a qualidade global dos Açores como destino turístico é muito boa ou excelente (4 ou 5, na escala de Likert). Os indicadores de qualidade mais valorizados positivamente foram: a paisagem (89,6%), o clima (76,5%), a hospitalidade (62,8%) e a segurança (60,3%) (ORT, 2008). No que se refere aos atributos menos apreciados, destacam-se: a vida noturna e entretenimento (25,6%), o comércio (28,8%), os custos (29,8), os serviços de rent-a-car (39,3%), os

serviços de táxi e autocarro (40,8%), os cafés e bares (41,2%), os restaurantes (44,8%), os hotéis (46,7%) e a informação turística (49,9%). “Relativamente à qualidade dos Açores quando comparada com a de outras ilhas, aproximadamente 65% dos visitantes considerou-a melhor ou muito melhor” (ORT, 2008: 12).

Noutro estudo aplicado aos turistas que visitaram os Açores nos meses de inverno de 2007/2008, apenas 59,3% ficaram muito satisfeitos e 37,1% satisfeitos com a sua visita aos Açores (ORT e CEEAplA, 2008).

Salvaguardando o facto de se compararem estudos com metodologias e variáveis diferentes e para anos distintos, é de realçar que os dados anteriores não são muito animadores para o destino Açores. Resultados de inquéritos aplicados aos turistas que visitam Portugal (TP, 2010, 2011) mostram que cerca de 90% dos turistas ficaram muito satisfeitos com as suas férias (91%, em 2010 e 87%, em 2011) e cerca de 40%, consideraram que as férias ficaram acima das suas expetativas (44%, em 2010 e 36%, em 2011).

Acresce que, os valores obtidos sobre a qualidade do destino Açores, são muito influenciados positivamente por fatores intrínsecos ao território e às populações (paisagem, hospitalidade, clima, segurança), enquanto a satisfação em relação aos serviços é, em geral, apenas razoável.

Por isso, a análise da opinião dos turistas que visitam a região, ou de classificações como a atribuída pela revista National Geographic Traveler (Tourtellot, 2007), que considerou o Arquipélago dos Açores como o segundo melhor destino insular em termos de turismo sustentável, devem ser contextualizados. Isto porque os indicadores com melhor avaliação, e que contribuem positivamente para a notoriedade do destino, são o ambiente natural, a hospitalidade e a segurança e por este ser um destino não massificado, pouco conhecido e com baixos impactes negativos do turismo. Esta conclusão é importante para que os Açores aproveitem esses pontos fortes para sustentarem a sua oferta e promoção, mas também é indispensável tirar a ilação de que há muito trabalho a desenvolver para melhorar a qualidade da atividade turística, especialmente no que se refere à oferta de serviços.

Também no que se refere à perceção dos residentes em relação ao turismo na região, esta divide-se entre boa (49,5%) e satisfatória (45%), sendo que as principais sugestões de melhoria referem-se à oferta turística: “criação de outros serviços de animação turística, melhoria dos transportes, medidas de preservação do ambiente, mais infraestruturas, aumento da qualidade e mais formação” (SREA, 2007a: 27).

7. PERCEÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* DO TURISMO NA RAA

> Atualmente é comum considerar-se como necessária a inclusão dos *stakeholders* no processo de desenvolvimento turístico, mas isso não está suficientemente realizado.
>
> (Byrd, 2007: 12)

7.1 INTRODUÇÃO À APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário aplicado no âmbito desta tese está dividido em quatro partes: (i) caraterização dos inquiridos; (ii) turismo na região; (iii) turismo na natureza; (iv) empresas de animação turística e marítimo-turística.

Para representar os dados dos questionários recorre-se essencialmente a quadros e gráficos, agrupados pelas dimensões (agregados de variáveis) consideradas. São apresentados os valores para o total da amostra e pela variável independente constituída pelos grupos de *stakeholders*.

Como a informação é muito extensa recorreu-se a um conjunto de abreviaturas, em particular para cada um dos grupos de *stakeholders* e para as ilhas, conforme se apresenta no quadro 20.

Quadro 20 | Principais abreviaturas utilizadas na apresentação dos resultados do questionário

Ilhas / Região	**Abreviatura**
Região Autónoma Açores	RAA
Santa Maria	SMA
São Miguel	SMI
Terceira	TER
São Jorge	SJO
Graciosa	GRA
Pico	PIC
Faial	FAI
Corvo	COR
Flores	FLO

Stakeholders	**Abreviatura**
Animação turística e marítimo-turística	ATMT
Agências de viagem e turismo	AV
Alojamento turístico	ALT
Guias turísticos	GT
Organizações Não-governamentais	ONG
Investigadores e Especialistas	I&E
Entidades do Governo Regional	GR
Poder Local	PL

Outros: Média: $\overline{X}$; Desvio padrão: σ
p-value: *p* (* ≤ 0,05; ** ≤ 0,01; *** ≤ 0,001)

Considerando que a generalidade das variáveis são qualitativas e que se recorreu quase exclusivamente à escala de avaliação de Likert, procurou-se uniformizar a apresentação dos resultados, quer nas tabelas, quer nos gráficos.

Nos quadros apresenta-se a média de cada variável por grupo de *stakeholders* e a média e desvio padrão para o total da amostra, que corresponde ao território dos Açores.

Optou-se também por uma representação gráfica dos resultados relativamente homogénea, recorrendo maioritariamente a caixas-de-bigodes que permitem a leitura de cinco medidas estatísticas: mediana, valor mínimo e máximo, primeiro e terceiro quartil e média (assinalada com um ponto a vermelho).

Para o caso das variáveis em que o teste Kruskal-Wallis indique existirem diferenças estatisticamente significativas entre grupos, será indicado o *p-value* (*p*) na coluna da direita e apresentados gráficos (caixas-de-bigodes) com a distribuição de cada uma dessas variáveis por *stakeholder*. Na leitura dos dados indicam-se quais os grupos que apresentam diferenças significativas, para cada uma das variáveis.

São considerados três níveis de p-value: * igual ou inferior a 0,05; ** igual ou inferior a 0,01; *** igual ou inferior a 0,001. Nos casos em que o valor seja igual ou inferior a 0,05 mas que, pela aplicação do teste U de Mann-Whitney, não se identifiquem diferenças estatisticamente significativas entre grupos, não será apresentada no quadro a informação da existência de diferenças apontada pelo teste Kruskal-Wallis.

No quadro 21 é apresentado o número de variáveis com diferenças estatísticas significativas por cada grupo de *stakeholder*. Verifica-se que é no grupo GR - Entidades do Governo Regional que existe maior número de variáveis com diferenças estatísticas significativas (69), seguido do ATMT – empresas de animação turística e marítimo-turísticas (28), das ONG - Organizações Não Governamentais (26) e do ALT - Alojamento Turístico (22). No outro extremo destaca-se o grupo AV - Agências de Viagem e Turismo (3), seguido dos grupos PL – Poder Local (12), I&E – Investigadores e Especialistas (12) e GT – Guias Turísticos (12).

A justificação do grupo GR se destacar como o que apresenta mais diferenças estatísticas significativas, terá de ser confirmada pela análise mais detalhada das variáveis onde essas diferenças ocorrem, pelo que será apresentada posteriormente.

Quadro 21 | Diferenças estatísticas significativas entre variáveis por grupo de *stakeholders*

	ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	Total
PL	4	0	2	0	2	1	3	-	12
GR	**19**	1	**14**	5	**18**	9	-	3	**69**
I&E	0	0	0	1	1	-	9	1	12
ONG	1	0	3	1	-	1	18	2	26
GT	2	0	3	-	1	1	5	0	12
ALT	0	0	-	3	3	0	14	2	22
AV	2	-	0	0	0	0	1	0	3
ATMT	-	2	0	2	1	0	19	4	28

7.2 CARATERIZAÇÃO GERAL DOS INQUIRIDOS

A caracterização dos inquiridos foi considerada na primeira dimensão do questionário (dados gerais) e abrange seis variáveis:

- Ilha de residência (Q1);
- Grupo de *stakeholders* (Q2);
- Principal cargo ou função que exerce na entidade que representa (Q3);
- Se exerce cargo ou função no setor do turismo ou hotelaria (Q4);
- Habilitações literárias (Q5);
- Se tem formação específica na área da hotelaria (Q6).

Ilha de residência e grupo de *stakeholders* dos respondentes

A distribuição dos inquiridos por ilha de residência (Q1) demonstra uma grande concentração nas ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e Faial, com 78% dos respondentes, mas a relação não é direta entre o número de respostas e a dimensão populacional das ilhas, verificando-se que as menos povoadas apresentam um rácio de respostas proporcionalmente superior ao da população, ao contrário do que se passa com as duas ilhas mais povoadas (Quadro 22 e figura 62).

Quadro 22 | Inquiridos por ilha de residência e por grupo de *stakeholders*

Stakeholders		SMA	SMI	TER	SJO	GRA	PIC	FAI	COR	FLO	Total	T. %
ATMT - Animação turística e marítimo-turística		3	22	8	4	0	9	9	1	3	59	19,5
AV – Agências de viagem e turismo		0	8	1	4	0	0	3	0	0	16	5,3
ALT - Alojamento turístico		6	20	7	6	3	8	12	0	5	67	22,2
GT - Guias turísticos		1	15	6	1	0	16	4	0	0	43	14,2
ONG - Organizações não-governamentais		2	8	15	1	1	5	3	0	1	36	11,9
I&E - Investigadores e especialistas		2	9	6	1	0	0	4	0	0	22	7,3
GR - Entidades do Governo Regional		1	6	4	0	1	2	5	0	1	20	6,6
PL - Poder local		2	10	5	4	3	7	1	3	4	39	12,9
Total de inquiridos	N.º	17	98	52	21	8	47	41	4	14	302	
	%	5,6	32,5	17,2	7,0	2,6	15,6	13,6	1,3	4,6		100
População residente em 2011	%	2,3	55,9	22,9	3,7	1,8	5,7	6,1	0,2	1,5		

No que se refere à distribuição dos inquiridos por grupo de *stakeholders* (Q2), esta varia entre as 67 e as 16 respostas, correspondentes respetivamente aos alojamentos turísticos e ao grupo das agências de viagem e turismo (Quadro 22 e figura 62).

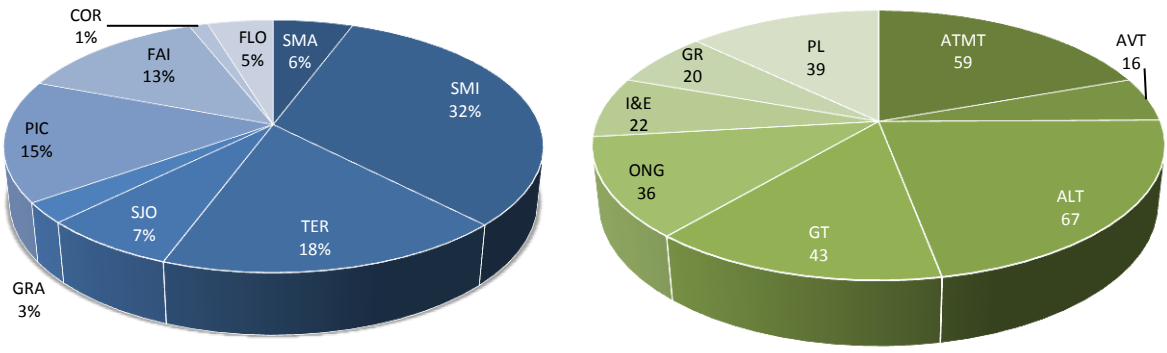


Figura 62 | Q2 - Ilha de residência (%) e grupo de *stakeholders* (n.º)

Principal cargo ou função que exerce na entidade

No que se refere ao principal cargo ou função que cada inquirido exerce na entidade que representa (Q3), predominam os proprietários e gestores (41,2%) e os cargos de direção ou coordenação (20,1%), verificando-se uma distribuição muito heterogénea por grupo de *stakeholders*. É nos grupos PL - Poder Local, GR - Entidades do Governo Regional e ALT - Alojamento Turístico, que os cargos são menos diversificados (Figura 63).

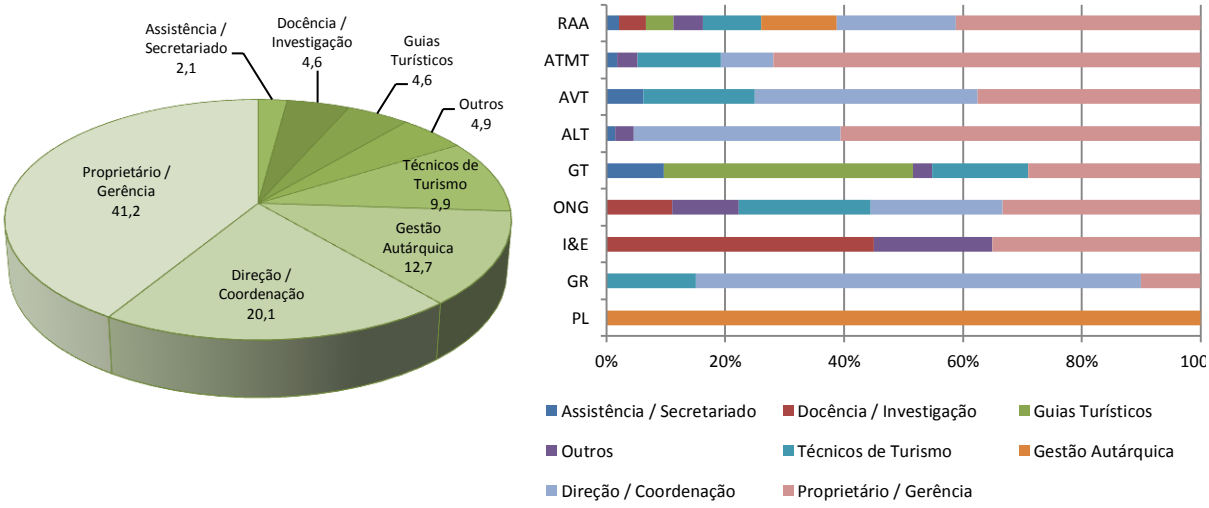


Figura 63 | Q3 - Principal cargo ou função que exerce na entidade

Exerce profissão no setor do turismo ou hotelaria

A maioria dos inquiridos apresenta uma ligação profissional ao setor do turismo (67%), como profissão principal (47%) ou secundária (33%) (Quadro 23).

Quadro 23 | Q4 - Profissão no setor do turismo ou hotelaria (%)

%	ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA
Sim, como atividade principal	48	87	64	56	31	14	30	3	43
Sim, mas não é a principal	33	7	23	33	22	38	10	11	24
Não	19	7	14	10	47	48	60	87	33

As diferenças entre os diversos grupos de *stakeholders* são muito expressivas, especialmente entre o PL, em que 87% dos inquiridos não exerce qualquer profissão no turismo, e o outro extremo, onde no grupo das AV apenas 7% da amostra não exerce profissão no setor.

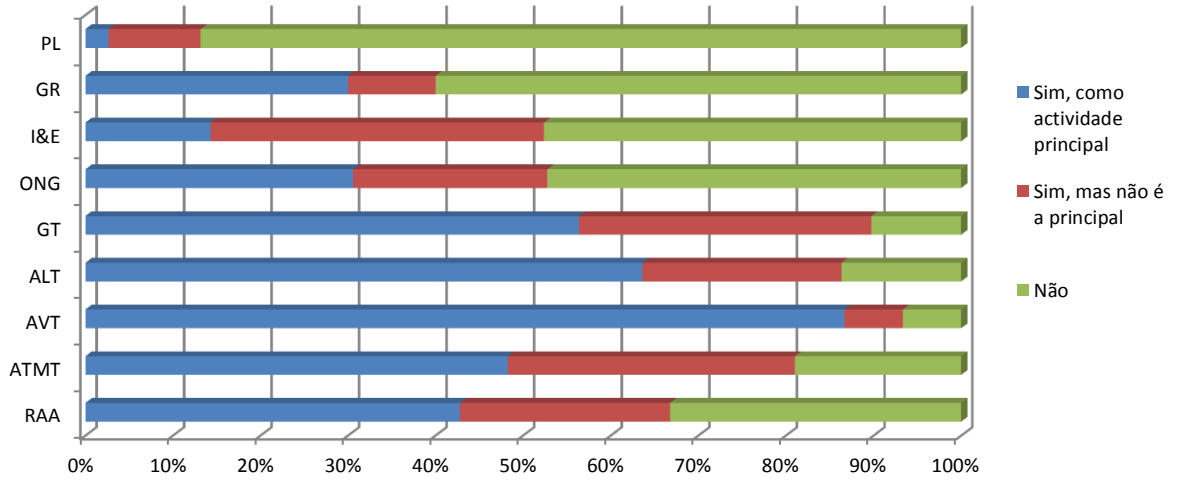


Figura 64 | Q4 – Atividade profissional no setor do turismo ou hotelaria

Habilitações literárias

Os grupos de *stakeholders* apresentam grande heterogeneidade nas habilitações literárias dos inquiridos (Quadro 24). Existem diversos grupos onde predomina o ensino secundário (ATMT, GT, AV) e outros onde a licenciatura é a classe mais representada (GR, ONG e ALT). O grupo Investigadores e Especialistas (I&E) destaca-se por ter um elevado peso dos que apresentam mestrado ou doutoramento (38%).

No caso dos GT seria de esperar um peso mais acentuado dos inquiridos com licenciatura. Contudo, apenas 33% apresentam habilitações acima do ensino secundário. Mesmo

subdividindo o grupo em “guias intérpretes” e “guias de montanha”, verifica-se que dos primeiros apenas 36% são licenciados e dos segundos 29,4%.

Quadro 24 | Q5 - Habilitações literárias (%)

	ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA
Ensino básico	7	6	9	10	3	0	0	8	6
Ensino secundário	58	56	37	57	22	24	5	42	41
Licenciatura	32	31	46	33	58	38	85	45	44
Mestrado ou doutoramento	3	6	7	0	17	38	10	5	9
Sem ensino superior	64	63	46	67	25	24	5	50	47
Ensino superior	36	38	54	33	75	76	95	50	53

Formação específica na área do turismo ou hotelaria

A maioria dos elementos da amostra não apresenta formação específica em turismo (68%). Apenas nos grupos agências de viagem e turismo (AV) e guias turísticos (GT), mais de metade dos inquiridos apresentam formação na área do turismo ou hotelaria (Quadro 25). No outro extremo estão os autarcas e os representantes do poder local (PL) e das entidades do Governo Regional (GR).

Contudo é de referir a limitação desta questão, pelo facto de nela não estar discriminado o que se entende por formação específica na área do turismo, pelo que os inquiridos podem ter assumido interpretações e critérios diferentes nas suas respostas.

Quadro 25 | Q6 - Formação específica na área do turismo ou hotelaria

%	ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA
Sim	24	63	32	71	29	24	15	8	32
Não	76	38	68	29	71	76	85	92	68

7.3 PERCEÇÃO DOS *STAKEHOLDERS* SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NA RAA

7.3.1 Considerações gerais

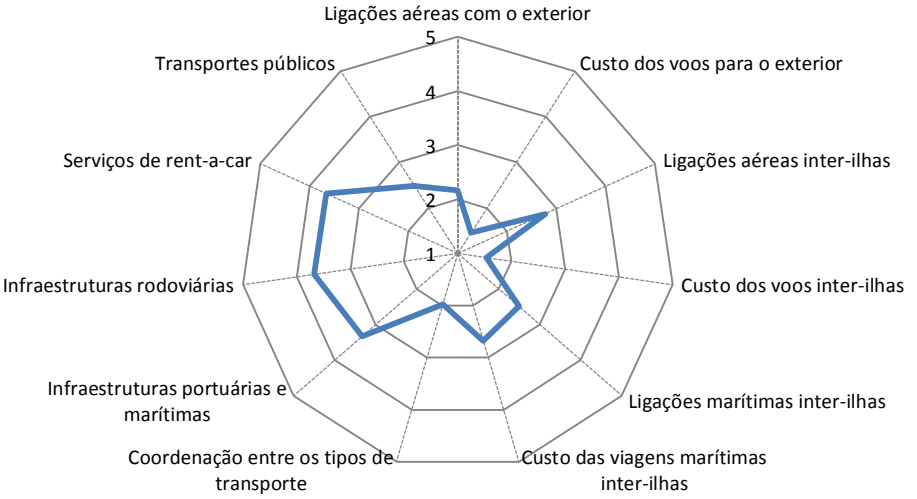
A segunda parte do questionário, sobre as potencialidades e desenvolvimento turístico da RAA, é composta por 102 variáveis agrupadas em nove dimensões:

- D1.1 - Acessibilidades: Questões 12.1 a 12.11; 14.11;
- D1.2 - Oferta: Questões 10.9, 10.10, 10.5, 10.8, 10.11, 10.12, **10.15**;
- D1.3 - Forças e fraquezas: Questões 15.1 a 15.3, 16.1 a 16.3;
- D1.4 - Potencial e desenvolvimento turístico:
  - D1.4.1 - Território: Questões 7, 8.1 a 8.10, 11.1, 11.2, 10.23;
  - D1.4.1 - Produtos: Questões 9.1 a 9.13;
- D1.5 - Modelos e planeamento turístico: Questões 11.6, 11.7, **11.8**, 11.9, 11.20;
- D1.6 - Gestão turística: Questões 10.20, 10.26, **11.10**, 11.18, 11.19, 13.1 a 13.7;
- D1.7 - Informação e promoção turística: Questões 10.14, **10.15**, 10.16, 10.17, 10.24, 14.7, 14.8;
- D1.8 - Sustentabilidade / Responsabilidade: questões 11.3 a 11.5, **11.8**, **11.10** a 11.13, 20.6, 14.1 a 14.6;
- D1.9 - Qualidade e competitividade: Questões 10.1 a 10.4, 10.6 a 10.8, 10.13, 10.19, 10.21, 10.22, 10.25, 11.14 a 11.17, 14.9 e 14.10.

As questões 10.15, 11.8 e 11.10, assinaladas a negrito, fazem parte de dois agregados de variáveis.

7.3.2 Acessibilidades (D1.1)

O nível de satisfação com as acessibilidades na região é em geral baixo. Do conjunto de onze questões (Q12.1 a Q12.11), apenas três apresentam avaliação média acima do insatisfeito: infraestruturas rodoviárias (3,7), serviços de rent-a-car (3,7) e infraestruturas portuárias e marítimas (3,3). O nível de insatisfação é particularmente elevado no que se refere ao custo do transporte aéreo, tanto inter-ilhas, como com o exterior, e à coordenação entre os transportes (Figura 65).



Escala: 1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-nem satisfeito nem insatisfeito, 4-satisfeito, 5-muito satisfeito

Figura 65 | Satisfação com as acessibilidades na região e com o exterior

Apesar de não se registarem grandes diferenças nos níveis de satisfação com as acessibilidades entre os diversos grupos de *stakeholders*, o grupo ATMT destaca-se como sendo o mais insatisfeito com as acessibilidades e o GR como o menos insatisfeito (Quadro 26). Já a avaliação por variável é significativamente heterogénea.

Quadro 26 | Satisfação com as acessibilidades na região e com o exterior

D1.1 - Acessibilidades		ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA		*p*
Q	Questão / Variável	$\bar{X}$	$\bar{X}$	$\bar{X}$	$\bar{X}$	$\bar{X}$	$\bar{X}$	$\bar{X}$	$\bar{X}$	$\bar{X}$	σ	
12.1	Ligações aéreas com o exterior	1,69	**3,00**	2,19	2,05	2,11	2,41	2,90	2,26	2,18	1,11	***
12.2	Custo dos voos para o exterior	1,20	1,69	1,39	1,60	1,39	1,45	**2,50**	1,32	1,47	0,75	***
12.3	Ligações aéreas inter-ilhas	2,50	**3,38**	2,72	2,63	2,78	2,77	3,20	2,92	2,77	1,16	
12.4	Custo dos voos inter-ilhas	1,31	2,13	1,48	1,56	1,49	1,41	**2,15**	1,53	1,54	0,75	***
12.5	Ligações marítimas inter-ilhas	2,09	2,47	2,48	2,53	2,53	2,30	**3,15**	2,79	2,49	1,08	**
12.6	Custo das viagens marítimas inter-ilhas	2,32	2,93	2,70	2,67	2,69	2,52	**3,25**	2,92	2,69	1,04	*
12.7	Coordenação entre os tipos de transporte	1,78	1,94	1,86	2,07	1,82	2,05	**2,55**	2,17	1,98	0,84	
12.8	Infraestruturas portuárias e marítimas	3,14	3,25	3,51	3,37	3,21	3,23	**3,75**	3,32	**3,34**	0,98	
12.9	Infraestruturas rodoviárias	3,65	3,56	3,72	3,71	3,71	3,36	**3,80**	3,69	**3,67**	0,81	
12.10	Serviços de rent-a-car	3,66	3,69	3,76	**3,88**	3,51	3,63	3,61	3,51	**3,68**	0,74	
12.11	Transportes públicos	2,33	2,53	2,52	2,60	2,09	2,33	2,61	**2,84**	2,48	1,07	

p (*p-value*): *≤0,05; **≤0,01; ***≤0,001 || 1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-nem satisfeito nem insatisfeito, 4-satisfeito, 5-muito satisfeito

Relativamente à distribuição dos dados predominam as distribuições assimétricas, tanto nas variáveis que apresentam níveis de satisfação mais elevados (12.9, 12.10 e 12.8), como nas que têm uma avaliação mais baixa (12.2, 12.4). Destacam-se as variáveis 12.2 e 12.4 (referentes ao custo dos voos) por serem as que apresentam maior concentração de dados, que neste caso correspondem a níveis elevados de insatisfação (Figura 66). Já as variáveis com maior dispersão dos dados são a 12.3 e a 12.1 (ligações aéreas inter-ilhas e com o exterior).

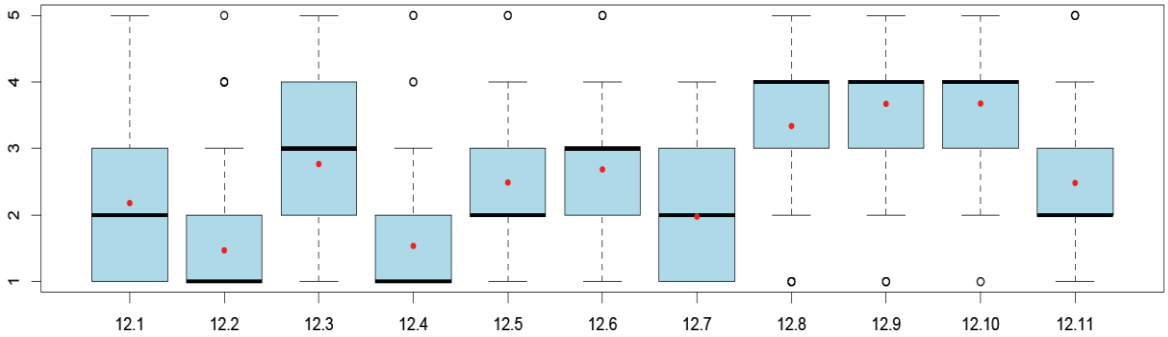


Figura 66 | Satisfação com as acessibilidades na região e com o exterior

Efetuando a comparação entre grupos de *stakeholders*, constata-se que existem diferenças estatisticamente significativas em cinco das onze variáveis. Essas diferenças são mais expressivas na variável 12.2 - custos dos voos para o exterior, entre o grupo GR com os restantes, excetuando o AV e GT (Figura 67).

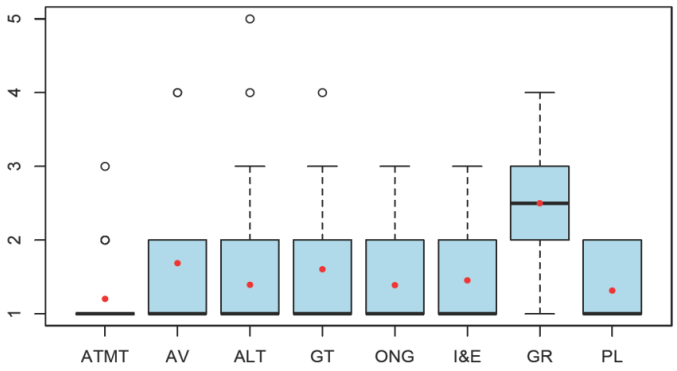


Figura 67 | Satisfação com as acessibilidades - custos dos voos para o exterior (Q12.2)

Nas outras quatro questões com diferenças estatísticas significativas, o grupo que se destaca é também o GR, por divergir dos restantes com níveis de satisfação mais elevados (Figura 68). Essas diferenças são:

- Q12.1 – Ligações aéreas com o exterior: ATMT com AV e com GR;
- Q12.4 – Custo dos voos inter-ilhas: GR com ATMT e ALT;
- Q12.5 – Ligações marítimas inter-ilhas: GR com ATMT;
- Q12.6 – Custo das viagens marítimas inter-ilhas: GR com ATMT.

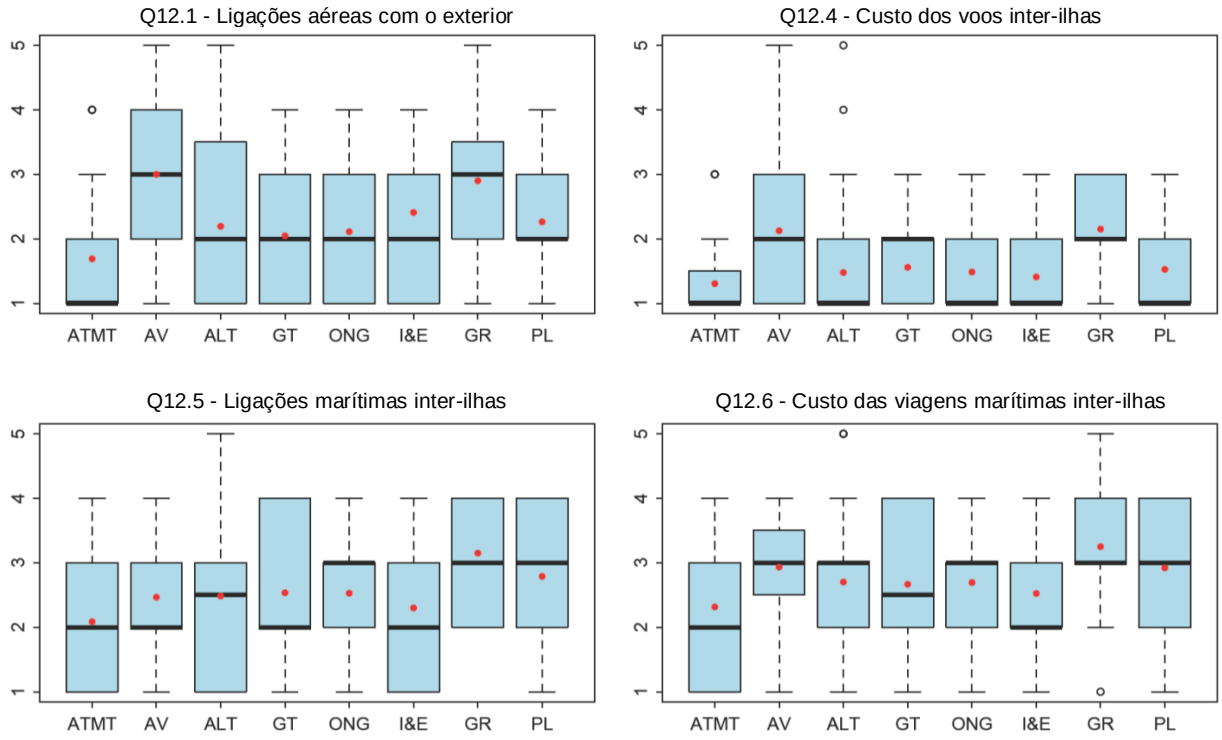


Figura 68 | Satisfação com as acessibilidades - variáveis com diferenças estatísticas significativas

A elevada insatisfação com as acessibilidades inter-ilhas e com o exterior, especialmente no que se refere ao custo do transporte aéreo, é considerado um ponto fraco da região, podendo inferir-se que todos os *stakeholders* acham urgente alterar, conforme expresso na resposta à questão referente ao nível de importância da melhoria das acessibilidades para o setor do turismo, cuja média é de 4,55 (entre importante e muito importante) e sem grandes diferenças entre os diversos grupos (Quadro 27 e figura 69).

Quadro 27 | Grau de importância da melhoria das acessibilidades para o desenvolvimento do turismo

D1.1 - Acessibilidades		ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA	
Q	Questão / Variável	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	σ
14.11	Melhoria das acessibilidades	4,63	4,44	**4,66**	4,59	4,53	4,43	4,58	4,32	4,55	0,74

Escala de avaliação: 1-nada importante, 2-pouco importante, 3-médio, 4-importante, 5-muito importante

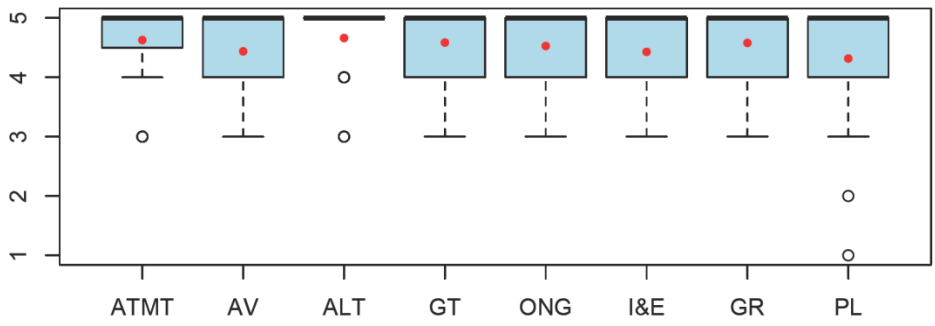


Figura 69 | Grau de importância da melhoria das acessibilidades para o desenvolvimento do turismo

7.3.3 Oferta (D1.2)

O nível de satisfação relativamente à oferta de recursos, equipamentos e serviços turísticos é modesto para todas as variáveis (média entre 2,61 e 3,30) e grupos de *stakeholders* (média entre 2,43 e 3,75) (Quadro 28). A avaliação mais elevada refere-se, na prática, a uma autoavaliação, correspondendo à opinião das agências de viagem sobre o seu próprio setor. As variáveis com menores níveis de satisfação são as referentes à oferta de animação noturna e de animação cultural e eventos (média de 2,61 e 2,96), enquanto a relativa à oferta de recursos culturais (museus, monumentos, etc.), é a que apresenta um nível de satisfação mais elevado (média de 3,30).

Quadro 28 | Satisfação com a oferta de recursos, equipamentos e serviços turísticos

D1.2 - Oferta de recursos, equipamentos e serviços		ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA		*p*
Q	Questão / Variável	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	σ	
10.9	Recursos culturais (museus…)	3,04	3,56	3,29	**3,67**	3,34	3,05	3,40	3,28	**3,30**	0,89	
10.10	Oferta de equipamentos turísticos	3,03	3,27	3,15	3,12	2,89	2,95	**3,42**	3,21	3,11	0,78	
10.5	Diversidade dos serviços de AT e MT	3,55	3,44	3,22	3,29	3,15	3,00	**3,63**	2,82	**3,26**	0,80	***
10.8	Serviços das agências de viagem	2,94	**3,75**	3,15	3,17	3,19	2,95	3,53	3,18	3,16	0,82	**
10.11	Oferta de animação cultural e eventos	3,02	2,69	2,86	3,05	2,94	2,73	**3,30**	3,00	2,96	0,79	
10.12	Oferta de animação noturna	2,68	2,56	2,48	2,43	2,54	2,71	**2,90**	2,82	2,61	0,79	
10.15	Serviços de informação turística	2,95	3,13	2,98	3,17	2,71	3,05	**3,50**	3,18	3,04	0,87	

p (*p-value*): *≤0,05; **≤0,01; ***≤0,001 || 1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-nem satisfeito nem insatisfeito, 4-satisfeito, 5-muito satisfeito

O desvio padrão é relativamente baixo em todas as variáveis e as médias variam pouco entre os diferentes *stakeholders*. Esta certa homogeneidade também se identifica na comparação das distribuições, que são maioritariamente assimétricas positivas, com exceção da Q10.11 que é simétrica e da Q10.12 que é assimétrica negativa (Figura 70).

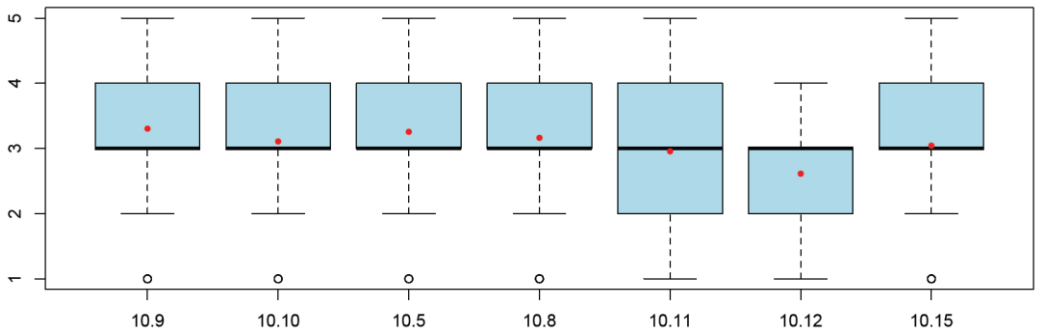


Figura 70 | Satisfação com a oferta de recursos, equipamentos e serviços turísticos

Apenas duas variáveis têm diferenças estatísticas significativas entre grupos, a Q10.5 - diversidade dos serviços de animação turística e marítimo-turística, e a Q10.8 - serviços das agências de viagem. Na primeira as diferenças são entre o grupo PL com ATMT e GR e na segunda entre o ATMT e o AV (Figura 71).

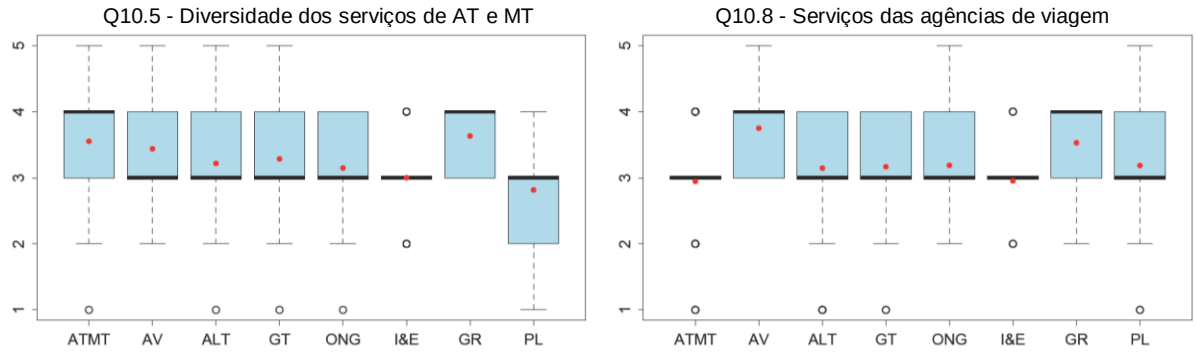


Figura 71 | Satisfação com a diversidade de serviços de ATMT e com os serviços das agências de viagem

Considerando o nível de satisfação médio que os grupos de *stakeholders* apresentam com a oferta de recursos, equipamentos e serviços turísticos da região, pode deduzir-se que estes consideram a oferta limitada, certamente aquém da que um destino turístico competitivo deve ter.

7.3.4 Forças e fraquezas (D1.3)

O questionário inclui duas questões de resposta aberta, sobre as forças (Q.15) e as fraquezas (Q16) do destino Açores, solicitando-se a apresentação dos três pontos mais importantes para cada questão.

No que se refere aos pontos fortes (Q15), destaca-se o ambiente e paisagem natural, que corresponde a 43% das respostas (Figura 72). Importa destacar que muitas das respostas incluídas no grupo "turismo na natureza e serviços de animação turística e marítimo-turística" englobam diversos pontos associados aos grupos "ambiente natural e ao turismo na natureza" (mergulho, observação de aves, turismo de aventura, etc.).

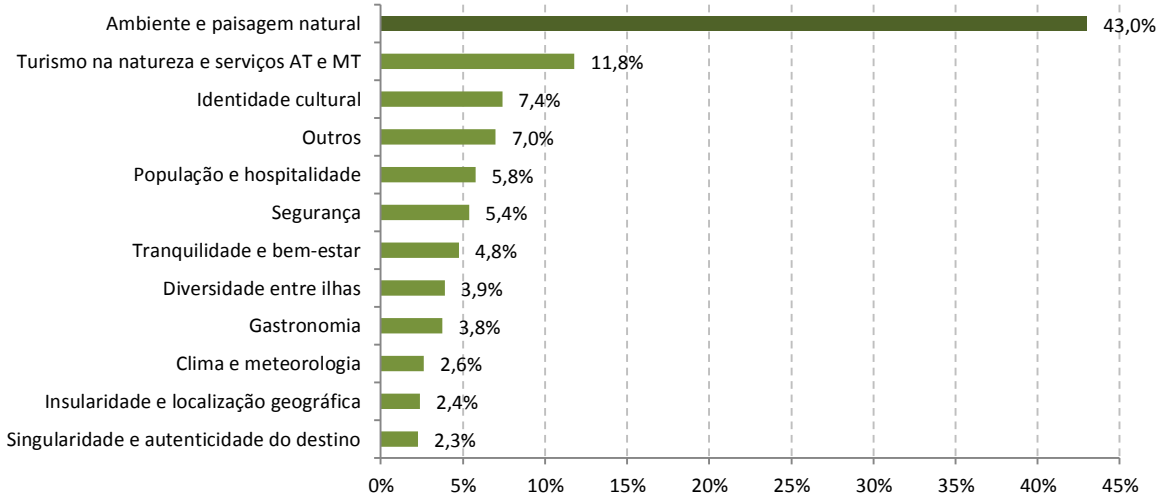


Figura 72 | Principais pontos fortes do destino Açores (Q15)

Foram muitos os inquiridos que indicaram mais do que um ponto enquadrado no ambiente e paisagem natural [72], que agrupou diversos subconjuntos de respostas (Figura 73).

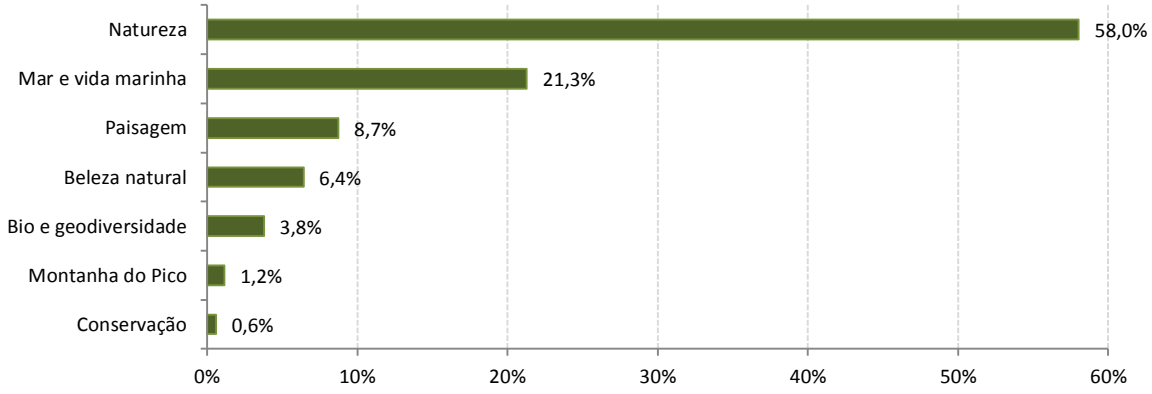


Figura 73 | Os pontos fortes dentro do grupo ambiente e paisagem natural

[72] Isto considerando que eram solicitados três pontos fortes e que um terço dessas respostas é significativamente inferior aos 43% dos que indicaram o ambiente e paisagem natural como ponto forte.

A distribuição das respostas pelos grupos de *stakeholders* é relativamente homogénea, mas existem algumas especificidades, como a valorização da identidade cultural e da gastronomia pelo grupo dos GT, da diversidade entre ilhas, da população e hospitalidade e da tranquilidade e bem-estar pelas AV, da segurança pelos grupos I&E e ONG e da singularidade e autenticidade do destino pelo GR (Quadro 29).

Quadro 29 | Principais pontos fortes do turismo da RAA (%)

	ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA
Ambiente e paisagem natural	41,0	42,4	43,2	42,7	**46,0**	45,5	40,0	43,4	43,0
Turismo na natureza e serviços AT e MT	14,9	12,1	8,2	10,0	9,0	12,7	12,0	**17,0**	11,8
Identidade cultural	5,0	6,1	6,6	**12,7**	6,0	10,9	6,0	7,5	7,4
População e hospitalidade	6,2	**9,1**	6,6	3,6	6,0	5,5	4,0	5,7	5,8
Segurança	7,5	3,0	3,8	2,7	8,0	**9,1**	4,0	4,7	5,4
Tranquilidade e bem-estar	5,0	**9,1**	7,7	3,6	1,0	3,6	2,0	4,7	4,8
Outros	5,0	3,0	7,7	**9,1**	8,0	**9,1**	8,0	5,7	7,0
Diversidade entre ilhas	3,7	**12,1**	4,4	3,6	5,0	0,0	4,0	1,9	3,9
Gastronomia	1,2	0,0	3,3	**10,0**	3,0	0,0	4,0	5,7	3,8
Clima e meteorologia	**4,3**	0,0	3,8	0,9	1,0	0,0	4,0	2,8	2,6
Insularidade e localização geográfica	**3,7**	3,0	3,3	0,0	3,0	1,8	2,0	0,9	2,4
Singularidade e autenticidade do destino	2,5	0,0	1,6	0,9	4,0	1,8	**10,0**	0,0	2,3

Quanto aos pontos fracos do destino Açores (Q16), destacam-se as acessibilidades (40,8%), em particular os aspetos associados ao preço das deslocações. Estes dados confirmam os apresentados na dimensão D1.1, alusivos à avaliação de onze variáveis sobre as acessibilidades da região. É ainda de realçar o elevado número de referências à qualidade e preço dos serviços e aos aspetos relacionados com o planeamento (14,7%) e gestão turística (12,0%) (Figura 74).

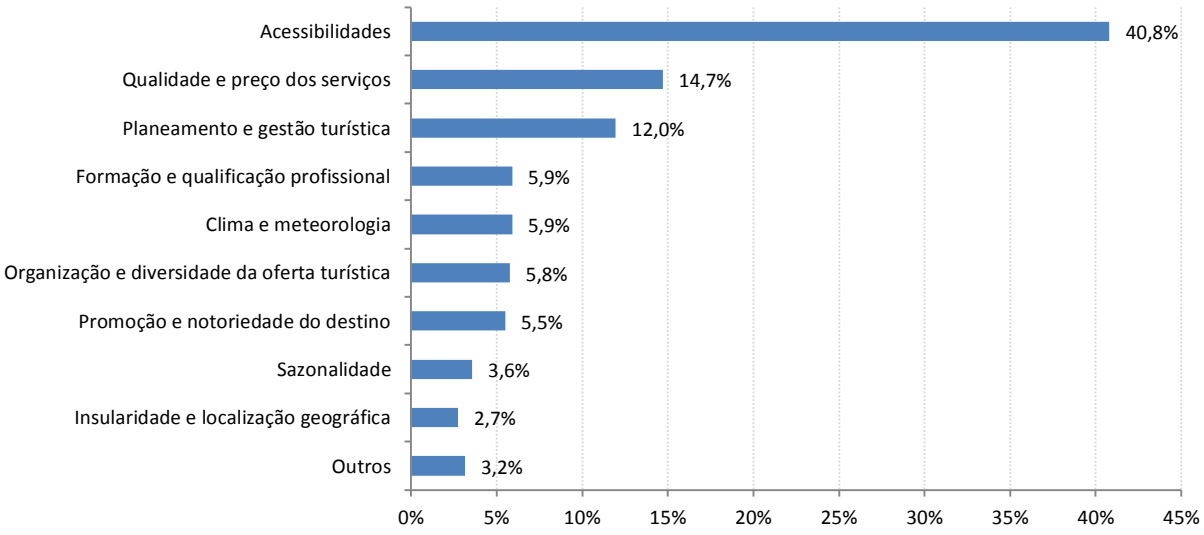


Figura 74 | Principais pontos fracos do destino Açores

Na análise comparativa entre grupos de *stakeholders* sobre os pontos fracos do turismo da região, constatam-se diferenças importantes (Quadro 30), destacando-se as seguintes:

- Menor valorização das acessibilidades como ponto fraco pelo grupo I&E;
- A variável qualidade e preços de serviços é especialmente valorizada como ponto fraco pelos grupos I&E, GR e PL;
- Maior valorização do planeamento e da gestão turística como ponto fraco pelos grupos ATMT e ONG e menor pelos GR e PL;
- Fraca valorização do clima e meteorologia como ponto fraco por parte do grupo I&E;
- Maior valorização da formação e qualificação profissional como ponto fraco pelo grupo GT;
- Importância expressiva como ponto fraco da organização e diversidade da oferta turística por parte do grupo GR;
- Ausência ou indicação residual da promoção e notoriedade do destino como ponto fraco pelos grupos AV e PL;
- Maior valorização da sazonalidade como ponto fraco pelo grupo ONG;
- Peso significativamente superior do ponto fraco associado à insularidade e localização geográfica por parte dos grupos AV e GR.

Quadro 30 | Principais pontos fracos do turismo da RAA (%)

	ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA
Acessibilidades	43,1	37,5	42,4	40,4	35,7	28,8	34,0	**51,7**	40,8
Qualidade e preço dos serviços	11,8	12,5	11,5	14,6	15,3	**21,2**	20,0	19,1	14,7
Planeamento e gestão turística	**19,6**	9,4	12,1	10,1	15,3	7,7	4,0	4,5	12,0
Clima e meteorologia	4,6	**12,5**	7,9	7,9	3,1	1,9	4,0	6,7	5,9
Formação e qualificação profissional	4,6	6,3	6,1	**9,0**	7,1	7,7	2,0	4,5	5,9
Organização e diversidade da oferta turística	2,0	3,1	6,1	5,6	5,1	9,6	**14,0**	6,7	5,8
Promoção e notoriedade do destino	5,9	0,0	5,5	6,7	5,1	**9,6**	8,0	2,2	5,5
Sazonalidade	3,3	0,0	1,8	3,4	**7,1**	3,8	6,0	3,4	3,6
Outros	2,6	**9,4**	4,2	1,1	4,1	5,8	0,0	1,1	3,2
Insularidade e localização geográfica	2,6	**9,4**	2,4	1,1	2,0	3,8	8,0	0,0	2,7

7.3.5 Potencialidades e desenvolvimento turístico (D1.4)

Potencial e desenvolvimento turístico da região – Território (D1.4.1)

A maioria dos inquiridos (62%) considera que os Açores estão numa fase de crescimento moderado da atividade turística, enquanto 27,8% consideram que se está numa fase de estagnação (Figura 75).

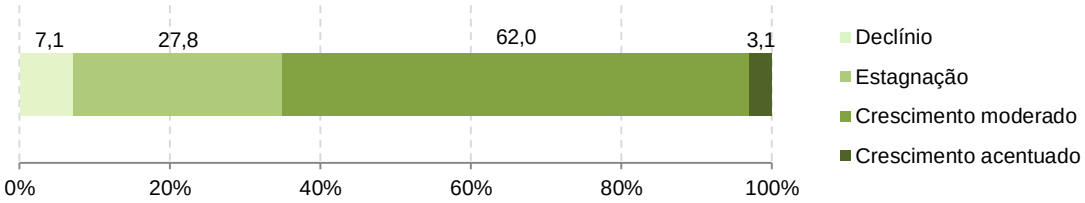


Figura 75 | Opinião sobre a fase atual de desenvolvimento turístico da RAA (Q7)

O grupo GR destaca-se por ser o que apresenta maior concentração de opiniões, com 95% dos inquiridos a considerar que o turismo dos Açores se encontra numa fase de crescimento moderado (Quadro 31). Por sua vez, os grupos com opiniões menos otimistas são o ALT, ONG, I&E e AV.

Quadro 31 | Opinião sobre a fase atual de desenvolvimento turístico da RAA (Q7) (%)

D1.4 – Fase de desenv. turístico	ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA
Declínio	5,1	0,0	**12,3**	2,4	11,1	9,1	0,0	7,7	7,1
Estagnação	27,1	**46,2**	35,4	26,8	30,6	31,8	5,0	17,9	27,8
Crescimento moderado	66,1	53,8	50,8	63,4	52,8	54,5	**95,0**	71,8	62,0
Crescimento Acentuado	1,7	0,0	1,5	**7,3**	5,6	4,5	0,0	2,6	3,1

No que se refere à importância da atividade turística para a região, todos os *stakeholders* a consideram muito elevada (média de 4,56 a 4,84), não existindo diferenças estatísticas significativas entre os grupos (Quadro 32). Apesar da menor concentração das opiniões, existe também unanimidade entre os grupos, de que o turismo é uma das atividades da região com maior potencial de crescimento nos próximos 10 anos (média de 4,31 a 4,61).

Quadro 32 | Importância da atividade turística para a região

D1.4 - Potencial e desenvolvimento turístico - Território		ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA	
Q	Questão / Variável	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	σ
11.1	O turismo é uma atividade importante para o desenvolvimento da RAA	4,80	4,56	**4,84**	4,79	4,58	4,59	4,70	4,79	4,75	0,49
11.2	O turismo é uma das atividades da RAA com maior potencial de crescimento nos próximos 10 anos	4,61	4,31	**4,61**	4,53	4,39	4,55	4,55	4,41	4,52	0,67

Escala de avaliação: 1-discordo totalmente, 2-discordo, 3-nem concordo nem discordo, 4-concordo, 5-concordo totalmente

Quanto ao potencial de desenvolvimento turístico da região a médio prazo (5 a 10 anos), os *stakeholders* consideram que ele se situa entre o médio e o elevado (média de 3,2 a 3,8) (Quadro 33). Este é um valor modesto, especialmente quando comparado com a resposta à questão anterior (Q11.2). Essa discrepância poderá ser explicada por um certo pessimismo em relação ao desenvolvimento da região, em que a ausência de alternativas parece reforçar o potencial estratégico do turismo para a região.

Muitos inquiridos apresentam respostas à questão 8 apenas para algumas ilhas, verificando-se uma taxa de não respostas entre os 17% (São Miguel e Pico) e os 24% (Corvo e Santa Maria). Com exceção do Corvo e das Flores, o desvio padrão é inferior a 1, e nenhuma das variáveis apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Quadro 33 | Potencial de desenvolvimento turístico a médio prazo (5 a 10 anos)

Q	D1.4 - Potencial e desenvol-vimento turístico: Território	ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA		
		$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	σ	% n.d.
8.1	Região (RAA)	3,54	3,20	3,38	3,66	3,66	3,52	**3,79**	3,52	3,53	0,69	12
8.2	Santa Maria	3,00	2,42	2,79	2,94	2,93	3,00	**3,22**	3,00	2,93	0,87	24
8.3	São Miguel	3,67	3,46	3,70	3,77	**4,06**	3,81	3,56	3,70	**3,74**	0,80	17
8.4	Terceira	3,07	3,00	3,15	3,38	3,48	3,20	3,39	**3,52**	3,27	0,81	21
8.5	São Jorge	3,18	2,79	3,14	**3,41**	3,34	3,10	**3,41**	3,38	3,24	0,90	21
8.6	Graciosa	2,74	2,36	2,88	3,00	2,94	2,86	**3,22**	3,07	2,90	0,90	23
8.7	Pico	3,85	3,54	3,67	3,73	3,88	3,90	**4,05**	3,90	**3,81**	0,81	17
8.8	Faial	3,36	3,00	3,12	3,46	**3,53**	3,35	3,39	3,28	3,32	0,78	19
8.9	Corvo	2,47	2,08	2,40	2,71	2,68	2,55	**2,89**	2,48	2,54	1,03	24
8.10	Flores	3,21	3,00	3,07	3,26	3,29	3,25	**3,53**	3,23	3,22	1,00	21

Escala de avaliação: 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-elevado, 5-muito elevado

As ilhas do Pico e de São Miguel destacam-se como as que os inquiridos consideram apresentar maior potencial de desenvolvimento turístico a médio prazo, enquanto no outro extremo estão as ilhas do Corvo, da Graciosa e de Santa Maria (Figura 76).

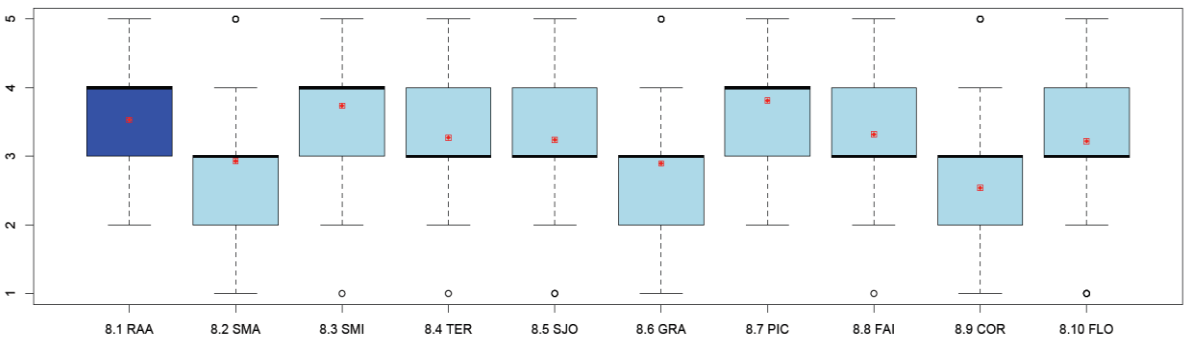


Figura 76 | Potencial de desenvolvimento turístico a médio prazo (5 a 10 anos)

Potencial e desenvolvimento turístico da região – Produtos (D1.4.2)

No que se refere ao potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos, os inquiridos destacam claramente o turismo na natureza (4,50) e o turismo náutico excluindo cruzeiros (4,25). Estas são também as duas variáveis em que os dados apresentam menor dispersão (Quadro 34 e figura 77). Num segundo nível destacam-se o *touring* cultural e paisagístico (3,71) e o produto saúde e bem-estar (3,56).

Quadro 34 | Potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos na RAA

D1.4 – Potencial desenvolvimento: Produtos		ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA		*p*
Q	Questão / Variável	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	σ	
9.1	*City breaks* (estadias de curta duração)	2,78	3,07	2,63	3,05	2,70	**3,20**	2,94	3,03	2,86	1,03	
9.2	Cruzeiros	3,09	3,13	2,68	**3,45**	2,73	3,10	3,41	2,97	3,01	1,03	**
9.3	Golfe	2,98	2,87	2,71	3,08	2,91	2,95	**3,22**	2,84	2,91	0,98	
9.4	Gastronomia e vinhos	3,38	3,20	3,02	**3,51**	3,50	3,30	3,39	3,50	3,33	0,93	
9.5	Saúde e bem-estar	3,50	3,19	3,44	3,54	**3,94**	3,62	**3,94**	3,47	3,56	0,96	
9.6	Sol e mar	**3,37**	2,63	3,10	3,18	2,71	3,14	2,67	3,27	3,09	1,10	
9.7	Turismo cultural	3,22	2,80	2,95	3,46	3,53	3,24	**3,56**	3,21	3,23	0,96	
9.8	Turismo de negócios e congressos	2,75	3,13	2,72	3,22	**3,24**	2,95	3,17	3,00	2,96	1,02	
9.9	Turismo na natureza	4,45	4,00	4,55	4,46	**4,69**	4,60	4,63	4,45	**4,50**	0,64	
9.10	Turismo náutico (excluindo cruzeiros)	4,35	3,81	4,18	4,13	4,36	4,29	**4,50**	4,30	**4,25**	0,78	
9.11	Turismo religioso	2,69	2,53	2,49	3,00	3,16	2,80	**3,44**	2,81	2,80	0,98	**
9.12	Turismo residencial e *resorts*	2,89	2,36	2,58	**3,03**	2,64	2,95	2,94	2,78	2,77	0,98	
9.13	*Touring* cultural e paisagístico	3,59	3,40	3,60	3,88	3,63	**4,14**	4,06	3,71	3,71	0,95	

p (p-value): *≤0,05; **≤0,01; **≤0,001 || Escala de avaliação: 1-muito baixo, 2-baixo, 3-médio, 4-elevado, 5-muito elevado

Os produtos que os inquiridos consideram com menor potencial para a região são o turismo residencial e *resorts* (2,77), o turismo religioso (2,80), os *city breaks* (2,86), o golfe (2,91) e o turismo de negócios e congressos (*meeting industry*) (2,96).

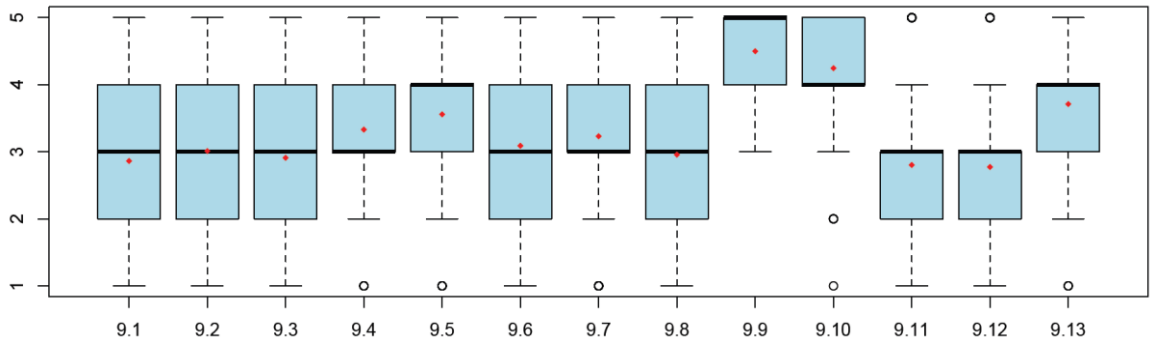


Figura 77 | Potencial de desenvolvimento dos produtos turísticos na RAA

Os dados apontam para a existência de uma grande convergência das opiniões sobre a importância de cada um dos produtos turísticos para a região. Apenas em duas variáveis

existem diferenças estatísticas significativas entre grupos de *stakeholders* (Figura 78), na Q9.2 (cruzeiros) entre o ALT e o GT e na Q9.11 (turismo religioso) entre o grupo ALT e o GR.

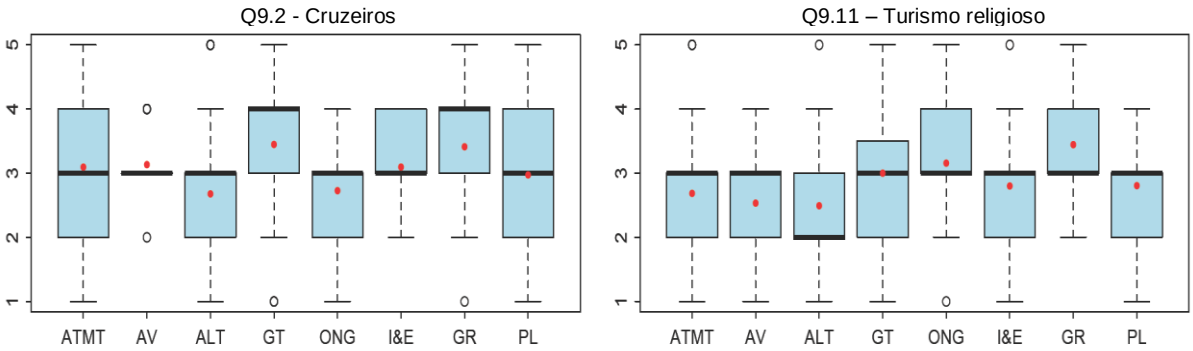


Figura 78 | Potencial de desenvolvimento dos produtos - variáveis com diferenças estatísticas significativas

Condicionada tanto por fatores locais (clima, condições para prática de atividades, acessibilidades, etc.), como externos (período de férias, etc.), a sazonalidade turística é uma realidade na maioria dos destinos e bastante acentuada nos Açores. Quando questionados sobre a satisfação com a distribuição da procura ao longo do ano os inquiridos em média consideram-se insatisfeitos (Quadro 35).

Quadro 35 | Procura turística ao longo do ano

D1.4 - Potencial e desenvolvimento turístico: Produtos		ATMT	AV	ALT	GT	ONG	I&E	GR	PL	RAA		*p*
Q	Questão / Variável	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	$\bar{x}$	σ	
10.23	Procura turística ao longo do ano (sazonalidade)	1,86	2,38	1,93	**2,58**	2,25	2,43	**2,56**	2,21	2,18	0,88	***

p (*p-value*): *≤0,05; **≤0,01; **≤0,001 || 1-muito insatisfeito, 2-insatisfeito, 3-nem satisfeito nem insatisfeito, 4-satisfeito, 5-muito satisfeito

Os dois grupos mais insatisfeitos com a sazonalidade são o ATMT e o ALT e os menos insatisfeitos os GT e GR (Figura 79), verificando-se diferenças estatísticas significativas entre o grupo GT e o ATMT e ALT.

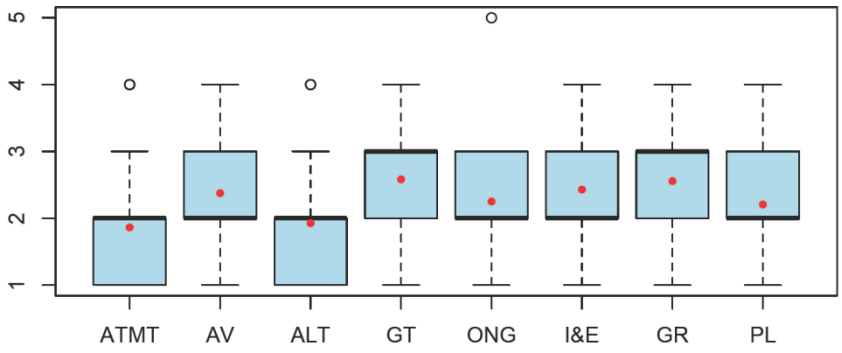


Figura 79 | Procura turística ao longo do ano